



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

SUMÁRIO

Preâmbulo	07
Análise	09
Enfoque Sobre os Objetivos Estratégicos do Governo Definidos no Plano Plurianual e Orçamento de 2000	11
Informações Complementares	29
Operações de Crédito	30
Recursos para Aumento de Capital	31
Despesas a Regularizar	32
Auditorias	33
Destinação de Receita para Pessoal	36
Fundos Especiais	38
Destinação de Receita de ICMS aos Municípios	39
Destinação de Receita Tributária ao Legislativo e ao Judiciário	41
Destinação de Receita Tributária ao Fundo de Desenvolvimento Econômico	42
Aplicação de Receita na Educação	43
Aplicação de Receita na Saúde	47
Destinação de Receita Tributária ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	50
I - Administração Direta	51
1 - Orçamento	51
2 - Execução Orçamentária	56
2.1 - Receita	56
2.1.1 - Receitas Correntes	57
2.1.2 - Receitas de Capital	60
2.1.3 - Comparativo da Arrecadação da Receita	61
2.1.4 - Evolução da Receita Arrecadada	61
2.2 - Despesa	62
2.2.1 - Despesas Correntes	64
2.2.1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	64
2.2.1.2 - Juros e Encargos da Dívida Pública	65
2.2.1.3 - Outras Despesas Correntes	65
2.2.2 - Despesas de Capital	66
2.2.2.1 - Investimentos	66



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.2.2 -	Inversões Financeiras	67
2.2.2.3 -	Amortização da Dívida Pública	67
2.2.3 -	Despesas Realizadas por Órgãos Segundo as Categorias Econômicas	68
2.2.4 -	Evolução da Despesa Realizada	69
3 -	Balanço Orçamentário	70
3.1 -	Demonstração da Receita e da Despesa	70
3.2 -	Resultado Orçamentário do Exercício	71
4 -	Balanço Financeiro	72
4.1 -	Receita Orçamentária	72
4.2 -	Receita Extra-Orçamentária	73
4.3 -	Saldo do Exercício Anterior	73
4.4 -	Despesa Orçamentária	74
4.5 -	Despesa Extra-Orçamentária	75
4.6 -	Saldo para o Exercício Seguinte	75
5 -	Balanço Patrimonial	77
5.1 -	Resultado Financeiro do Exercício	79
5.2 -	Resultado Patrimonial do Exercício	80
5.3 -	Saldo Patrimonial	81
5.4 -	Índices	83
5.4.1 -	Quociente de Pronta Liquidez	83
5.4.2 -	Quociente de Liquidez Mediata	84
5.4.3 -	Quociente Geral de Solvência	84
6 -	Demonstração das Variações Patrimoniais	86
 II - Autarquias e Fundações		91
1 -	Orçamento	92
2 -	Execução Orçamentária	96
2.1 -	Receita	96
2.1.1 -	Receitas Correntes	97
2.1.2 -	Receitas de Capital	98
2.1.3 -	Comparativo de Arrecadação da Receita	99
2.1.4 -	Evolução da Receita Arrecadada	99
2.2 -	Despesa	100
2.2.1 -	Despesas Correntes	101
2.2.1.1 -	Pessoal e Encargos Sociais	102
2.2.1.2 -	Juros e Encargos da Dívida por Contrato	102
2.2.1.3 -	Outras Despesas Correntes	103
2.2.2 -	Despesas de Capital	103
2.2.2.1 -	Investimentos	104



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.3 -	Reserva de Contingência	105
2.2.4 -	Evolução da Despesa Realizada	105
3 -	Balanço Orçamentário	106
3.1 -	Demonstração da Receita e da Despesa	106
3.2 -	Resultado Orçamentário do Exercício	107
4 -	Balanço Financeiro	108
4.1 -	Receita Orçamentária	108
4.2 -	Receita Extra-Orçamentária	109
4.3 -	Saldo do Exercício Anterior	109
4.4 -	Despesa Orçamentária	110
4.5 -	Despesa Extra-Orçamentária	110
4.6 -	Saldo para o Exercício Seguinte	111
5 -	Balanço Patrimonial	112
5.1 -	Resultado Financeiro do Exercício	114
5.2 -	Resultado Patrimonial do Exercício	115
5.3 -	Saldo Patrimonial	115
5.4 -	Índices	119
5.4.1 -	Quociente de Pronta Liquidez	119
5.4.2 -	Quociente de Liquidez Mediata	119
5.4.3 -	Quociente Geral de Solvência	119
6 -	Demonstração das Variações Patrimoniais	120
III - Fundos Especiais		124
1 -	Orçamento	125
2 -	Execução Orçamentária	129
2.1 -	Receita	129
2.1.1 -	Receitas Correntes	130
2.1.2 -	Receitas de Capital	131
2.2 -	Despesa	133
2.2.1 -	Despesas Correntes	134
2.2.1.1 -	Pessoal e Encargos Sociais	135
2.2.1.2 -	Outras Despesas Correntes	135
2.2.2 -	Despesas de Capital	136
2.2.2.1 -	Investimentos	137
3 -	Balanço Orçamentário	138
3.1 -	Demonstração da Receita e da Despesa	138
3.2 -	Resultado Orçamentário do Exercício	139
4 -	Balanço Financeiro	140
4.1 -	Receita Orçamentária	140
4.2 -	Receita Extra-Orçamentária	141



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.3 -	Saldo do Exercício Anterior	141
4.4 -	Despesa Orçamentária	142
4.5 -	Despesa Extra-Orçamentária	142
4.6 -	Saldo para o Exercício Seguinte	143
5 -	Balanço Patrimonial	144
5.1 -	Resultado Financeiro do Exercício	145
5.2 -	Resultado Patrimonial do Exercício	146
5.3 -	Saldo Patrimonial	147
5.4 -	Índices	152
5.4.1 -	Quociente de Pronta Liquidez	152
5.4.2 -	Quociente de Liquidez Mediata	152
5.4.3 -	Quociente Geral de Solvência	152
6 -	Demonstração das Variações Patrimoniais	154
IV - Balanço Consolidado		157
1 -	Orçamento	157
2 -	Execução Orçamentária	160
3 -	Balanço Patrimonial	162
4 -	Retrospecto Sinótico	166
4.1 -	Resultado da Execução Orçamentária	166
4.2 -	Reflexos da Gestão Financeira de 1997	166
4.3 -	Alterações do Patrimônio Permanente	166
4.4 -	Alterações do Patrimônio Transitório	167
4.5 -	Resultado Patrimonial do Exercício	168
4.6 -	Saldo Patrimonial	168
4.7 -	Índices	170
4.7.1 -	Quociente de Pronta Liquidez	170
4.7.2 -	Quociente de Liquidez Mediata	170
4.7.3 -	Quociente Geral de Solvência	170
V - Resumo		172



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

PREÂMBULO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, cumprindo disposições expressas na Constituição do Estado de Goiás e na Lei n.º 13.571, de 29 de dezembro de 1999, remeteu a este Egrégio Tribunal de Contas, no prazo legal, através do Processo n.º 19492570, as contas anuais da gestão referente ao exercício de 2000, para que esta Corte, desempenhando sua honrosa função, oferecesse o seu Parecer Prévio sobre as referidas contas, subsidiando assim, a soberana decisão que vier a ser proferida pela Augusta Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, a quem, por disposição constitucional, cabe o julgamento das Contas do Governo do Estado.

O Tribunal de Contas, no exercício de sua relevante missão e louvando-se na minuciosa e apurada auditagem eficientemente realizada através da Divisão de Análise de Balanços, Divisão de Processamento de Dados e Contadoria Geral, que passam a fazer parte deste Relatório, sobre a execução orçamentária do exercício, a situação da administração financeira do Estado e, ainda, sobre todos os anexos que integram as contas anuais, por exigência da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, oferece à decisão do Poder Legislativo os resultados aqui reproduzidos e analisados.

Este relatório, oferecido à decisão da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás abrange a execução orçamentária dos Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive do Tribunal de Contas, das Autarquias, das Fundações e dos Fundos Especiais mantidos pelo Governo Estadual, englobando minuciosa análise das posições financeiras, orçamentárias e patrimoniais dessas entidades.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ANÁLISE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

As contas anuais do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Goiás, têm o prazo constitucional de 60 (sessenta) dias, a se contar da abertura dos trabalhos legislativos da Assembléia Legislativa de Goiás, para serem remetidas à apreciação do Tribunal de Contas, aqui chegando referente a 2000, em 17 de abril do ano em curso, consistindo das Contas dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações consolidadas e ainda, dos Fundos Especiais.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

**ENFOQUE SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
DO GOVERNO DEFINIDOS NO PLANO PLURIANUAL E
ORÇAMENTO DE 2000**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O Plano Plurianual do Estado de Goiás, Lei n.º 13.570, de 28 de dezembro de 1999, definiu os objetivos estratégicos do governo para o período de 2000 a 2003, que são:

Goiás Competitivo e Pólo Econômico Regional - Desenvolver e fomentar a competitividade de Goiás no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para produzir em padrões de eficiência em nível mundial, consolidando o Estado como pólo econômico.

Goiás Cidadania com Melhoria de Qualidade de Vida - Criar condições aos goianos de acesso e facilidade de atendimento aos bens sociais e ao mercado de trabalho, permitindo o pleno exercício da cidadania.

Goiás Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado - Corrigir as distorções e desequilíbrios regionais de crescimento, propiciando um desenvolvimento espacial e ambiental integrado.

Governo Moderno e Empreendedor - Transformar a estrutura de governo, modernizando, descentralizando e construindo um serviço voltado ao cidadão e ao incremento da eficácia e estabelecendo canais de comunicação com a população.

Alianças e Parcerias em prol de Goiás - Criar uma nova prática política e de governo que incorpore toda a sociedade em um novo Goiás mais solidário e democrático.

Ficou também determinado os programas a serem executados para atingir cada objetivo.

A Lei n.º 13.571, de 29 de dezembro de 1999, especificou, para o exercício de 2000, as ações e metas a serem atingidas dentro de cada objetivo estratégico de governo, bem como para os demais programas, que são: Programas dos Outros Poderes e Ministério Público, Programa de Apoio Administrativo e Programa de Encargos Especiais.

A seguir, passaremos a discriminar cada Objetivo Estratégico de Governo e os demais programas:

1) GOIÁS COMPETITIVO E PÓLO ECONÔMICO REGIONAL

Para este objetivo foi orçado o valor de R\$ 504.847.336,00 que representava 11,23% do total orçado para o exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$ 165.580.461,56 que representa 4,64% do total empenhado no exercício.

GOIÁS COMPETITIVO E POLO ECONÔMICO REGIONAL

SETORES	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
SETOR AGROPECUÁRIO	73.732.410,00	54.930.754,13	6.061.767,77
SETOR DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	78.155.500,00	68.796.202,49	9.226.420,43
SETOR MINERAÇÃO	1.382.750,00	622.750,00	0,00
SETOR TURISMO	8.918.000,00	2.772.000,00	879.586,29
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TRANSPORTES	288.598.226,00	245.342.916,00	123.863.538,24
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - ENERGIA	555.750,00	710.000,00	460.608,34
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TELECOMUNICAÇÕES	19.500,00	19.500,00	0,00
SETOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	53.403.200,00	51.903.200,00	25.088.540,49
SETOR DESENVOLVIMENTO MACRO ECONÔMICO	82.000,00	82.000,00	0,00
TOTAL	504.847.336,00	425.179.322,62	165.580.461,56



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Do Total Empenhado foi pago no exercício o valor de R\$ 114.200.780,36, ficando em Restos a Pagar o valor de R\$ 51.379.681,20.

Este Objetivo agrega os seguintes setores da economia:

1.1 Setor Agropecuário

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, Fundo Especial de Desenvolvimento Rural e Encargos Gerais do Estado.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR AGROPECUÁRIO			
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1501 PROGRAMA AGROCOMPETITIVO	9.158.302,00	6.283.302,00	714.523,56
1503 PROGRAMA AGROMERCADO	179.410,00	164.410,00	7.084,62
1504 PROGRAMA AGROPROFISSIONALIZAÇÃO	2.338.664,00	988.664,00	31.650,00
1505 PROGRAMA AGROASSOCIATIVO	5.860.104,00	5.600.104,00	524.412,53
1507 PROGRAMA AGROSSOCIAL	7.360.808,00	2.460.808,00	1.653.907,95
1513 PROGRAMA AGROOPORTUNIDADES	2.852.503,00	2.126.930,13	6.764,98
1514 PROGRAMA AGROPÓLOS	2.965.847,00	2.259.280,00	0,00
1515 PROGRAMA AGROMARKETING	607.635,00	607.635,00	0,00
1520 PROGRAMA DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	10.129.500,00	8.358.961,00	1.758.186,02
1522 PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	232.750,00	783.357,00	225.993,39
1523 PROGRAMA AGROVILAS	14.300.977,00	12.809.410,00	544.463,29
1524 PROGRAMA SÍTIO HISTÓRICO DO KALUNGA	3.230.550,00	3.230.550,00	0,00
1525 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	2.709.360,00	1.042.416,00	82.314,56
1526 PROGRAMA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	7.906.000,00	4.314.927,00	60.302,00
1751 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS ESPECIAIS DE IRRIGAÇÃO	3.900.000,00	3.900.000,00	452.164,87
SOMA	73.732.410,00	54.930.754,13	6.061.767,77

Ao Setor Agropecuário foi destinado 1,64% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,17%. Verifica-se que alguns programas e ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 30 a 33) bem como os valores executados no exercício (fls. 34 a 37).

1.2 Setor de Indústria Comércio e Serviços

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria de Indústria e Comércio, Agência Goiana de Turismo e FOMENTAR.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

SETOR DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1541 PROGRAMA DE APOIO E DESENV. DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	4.795.500,00	3.025.883,00	202.157,74
1542 PROGRAMA DE INCENTIVO A EXPORTAÇÃO	11.470.000,00	970.000,00	0,00
1544 PROGRAMA DE ATRAÇÃO E PROMOÇÃO INDUSTRIAL	750.000,00	450.000,00	0,00
1545 PROGRAMA PROMOÇÃO COMERCIAL	1.780.000,00	1.080.000,00	532.138,75
1546 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PRODUIR	54.000.000,00	58.009.319,49	8.492.123,94
1548 PROGRAMA DE ÁREAS PÓLOS E DISTRITOS INDUSTRIAIS	5.260.000,00	5.260.000,00	0,00
1551 PROGRAMA FÁCIL	100.000,00	1.000,00	0,00
SOMA	78.155.500,00	68.796.202,49	9.226.420,43

Ao Setor de Indústria Comércio e Serviços foi destinado 1,74% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,26%. Verifica-se que alguns programas e ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 38 e 39) bem como os valores executados no exercício (fl. 40).

1.3 Setor Mineração

As unidades executoras das ações previstas nos programas deste Setor são: Secretaria de Infra-Estrutura e Fundo de Fomento à Mineração.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR MINERAÇÃO				
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado	
1621 PROGRAMA DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO MINERAL	1.108.250,00	348.250,00	0,00	
1622 PROGRAMA PEDRAS GOIANAS E ARTESANATO MINERAL	84.500,00	84.500,00	0,00	
1628 PROGRAMA DE GEOLOGIA, PESQUISA E TECNOLOGIA MINERAL	170.000,00	170.000,00	0,00	
1836 PROGRAMA POLOS GRANITEIROS	20.000,00	20.000,00	0,00	
SOMA	1.382.750,00	622.750,00	0,00	

Embora tenha sido destinado ao Setor Mineração 0,03% do total orçado, não houve execução no período.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 41) bem como os valores executados no exercício (fl. 42).

1.4 Setor Turismo

A unidade executora das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foi: Agência Goiana de Turismo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR TURISMO				
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado	
1830 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO POLO TURÍSTICO DA REGIÃO DE CALDAS NOVAS	1.509.400,00	437.400,00	13.820,00	
1831 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO POLO TURÍSTICO DE GOIÂNIA	1.714.600,00	1.264.600,00	650.105,17	
1832 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS CIDADES HISTÓRICAS	1.442.000,00	372.000,00	83.337,62	
1833 PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO DOS LAGOS	1.418.000,00	318.000,00	59.573,50	
1834 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO VALE DO ARAGUAIA	1.418.000,00	156.000,00	7.050,00	
1835 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS COM VOCAÇÃO TURÍSTICA	<u>1.416.000,00</u>	<u>224.000,00</u>	<u>65.700,00</u>	
SOMA	8.918.000,00	2.772.000,00	879.586,29	

Ao Setor Turismo foi destinado 0,20% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,02%. Verifica-se que algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executadas.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 43 e 44) bem como os valores executados no exercício (fls. 45 e 46).

1.5 Setor Infra-Estrutura Econômica – Transporte

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Agência Goiana de Regulamentação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos e Agência Goiana de Transporte e Obras Públicas.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TRANSPORTES				
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado	
1582 PROGRAMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS	576.900,00	576.900,00	473.435,44	
1583 PROGRAMA AEROPORTUÁRIO	6.412.500,00	6.412.500,00	1.267.564,07	
1584 PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	19.360.000,00	4.604.690,00	3.307.674,41	
1585 PROGRAMA ESTRADA NOVA	2.025.000,00	2.525.000,00	2.827,57	
1586 PROGRAMA ASFALTO NOVO	18.050.000,00	48.550.000,00	15.950.270,14	
1592 PROGRAMA GOIÁS PAVIMENTADO	211.230.758,00	146.930.758,00	80.451.533,87	
1593 PROGRAMA CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA	<u>30.943.068,00</u>	<u>35.743.068,00</u>	<u>22.410.232,74</u>	
SOMA	288.598.226,00	245.342.916,00	123.863.538,24	

Ao Setor Infra-Estrutura Econômica - Transportes foi destinado 6,42% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 3,47%. Verifica-se que algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 47 e 48) bem como os valores executados no exercício (fl. 49).

1.6 Setor Infra-Estrutura Econômica – Energia

A unidade executora das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foi: Secretaria de Infra-Estrutura.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - ENERGIA			
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1623 PROGRAMA LUZ NO CAMPO	263.250,00	560.000,00	460.608,34
1627 PROGRAMA NOVA MATRIZ ENERGÉTICO	292.500,00	150.000,00	0,00
SOMA	555.750,00	710.000,00	460.608,34

Ao Setor Infra-Estrutura Econômica - Energia foi destinado 0,01% do total orçado e na sua execução, este percentual manteve-se o mesmo. Verifica-se que um programa e algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 50) bem como os valores executados no exercício (fl. 51).

1.7 Setor Infra-Estrutura Econômica – Telecomunicações

A unidades executora das ações previstas nos programas deste Setor foi: Secretaria de Infra-Estrutura.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TELECOMUNICAÇÕES			
PROGRAMA	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1625 PROGRAMA TELECOMUNICAÇÕES PARA TODOS	19.500,00	19.500,00	0,00
SOMA	19.500,00	19.500,00	0,00

Ao Setor Infra-Estrutura Econômica - Telecomunicações foi destinado o valor de R\$ 19.500,00 e não houve execução no período.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 52) bem como os valores executados no exercício (fl. 53).

1.8 Setor de Ciência e Tecnologia

A unidade executora das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foi: Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA				
PROGRAMAS		Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1721 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA - CPC		3.575.200,00	3.575.200,00	160.481,30
1722 PROGRAMA GOIÁS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INFOVIAS		676.000,00	676.000,00	43.353,00
1723 PROGRAMA SISTEMA METEOROLÓGICO DE GOIÁS - SIMEGO		1.684.000,00	1.684.000,00	15.427,00
1724 PROGRAMA DE FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		<u>47.468.000,00</u>	<u>45.968.000,00</u>	<u>24.869.279,19</u>
SOMA		53.403.200,00	51.903.200,00	25.088.540,49

Ao Setor de Ciência e Tecnologia foi destinado 1,19% do total orçado, sendo que na sua execução, este percentual diminuiu para 0,70%. Verifica-se que algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executadas.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 54) bem como os valores executados no exercício (fl. 55).

1.9 Setor Desenvolvimento Macro Econômico

As unidades executoras das ações previstas nos programas deste Setor foram: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento e Encargos Gerais do Estado.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR DESENVOLVIMENTO MACRO ECONÔMICO				
PROGRAMAS		Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
3148 PROGRAMA GOIANO DE COMPETITIVIDADE		57.000,00	57.000,00	0,00
3154 PROGRAMA MACRO EIXOS-ESTRUTURANTES		<u>25.000,00</u>	<u>25.000,00</u>	<u>0,00</u>
SOMA		82.000,00	82.000,00	0,00

Ao Setor Desenvolvimento Macro Econômico foi destinado o valor de R\$ 82.000,00 e não houve execução no período.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 56) bem como os valores executados no exercício (fl. 57).

2) GOIÁS CIDADANIA COM MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA

Para este objetivo foi orçado o valor de R\$ 674.309.620,00 que representava 15,00% do total orçado para o exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$ 430.965.875,65 que representa 12,08% do total empenhado no exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

GOIÁS CIDADANIA COM MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA

SETORES	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
SETOR EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	155.889.690,00	174.211.575,83	106.461.325,98
SETOR SAÚDE	245.062.030,00	330.472.286,27	133.152.076,65
SETOR DE JUSTIÇA E SEGURANÇA	83.239.707,00	77.654.453,33	45.780.117,75
SETOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	162.639.769,00	205.418.595,19	133.557.627,92
SETOR DE GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO	<u>27.478.424,00</u>	<u>26.368.424,00</u>	<u>12.014.727,35</u>
TOTAL	674.309.620,00	814.125.334,62	430.965.875,65

Do Total Empenhado foi pago no exercício o valor de R\$ 306.350.712,31 e ficando em Restos a Pagar o valor de R\$ 124.615.163,34.

Este Objetivo agrega os seguintes setores da economia:

2.1 Setor Educação, Cultura e Esportes

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria da Educação, Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, Fundação Universidade Estadual de Goiás, Encargos Gerais do Estado, Agência Goiana Pedro Ludovico Teixeira e Fundo Estadual de Esportes.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1641 PROGRAMA DE GARANTIA DE PADRÕES BÁSICOS PARA FUNCIONAMENTO ESCOLAR	41.131.562,00	45.057.706,92	16.775.128,59
1642 PROGRAMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO DO ALUNO NA ESCOLA -ACELERA GOIÁS	21.435.200,00	32.656.644,34	29.700.754,28
1643 PROGRAMA SALÁRIO ESCOLA	9.088.000,00	17.088.000,00	13.762.238,93
1658 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARTICIPATIVA	5.987.010,00	5.283.738,87	1.012.860,19
1741 PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA	9.000.000,00	9.000.000,00	8.097.937,72
3300 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	36.237.863,00	5.532.967,14	2.360.333,76
3301 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	360.000,00	180.000,00	48.182,91
3302 PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA	6.000.078,00	29.359.938,79	25.475.390,44
3304 PROGRAMA DE GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO	6.309.056,00	8.896.658,77	3.265.251,87
1661 PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	2.926.000,00	2.457.000,00	745.784,40
1664 PROGRAMA DE APOIO E PROMOÇÃO À CULTURA GOIANA	2.460.300,00	4.197.300,00	1.143.871,19
1667 PROGRAMA COMUNIDADE ESPORTIVA	2.119.401,00	2.119.401,00	257.870,60
1668 PROGRAMA TEMPO DE LAZER	554.280,00	554.280,00	2.620,00
1669 PROGRAMA GOIÁS - POTÊNCIA ESPORTIVA	<u>12.280.940,00</u>	<u>11.827.940,00</u>	<u>3.813.101,10</u>
SOMA	155.889.690,00	174.211.575,83	106.461.325,98

Ao Setor de Educação, Cultura e Esportes foi destinado 3,47% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 2,99%. Verifica-se que algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 59 a 62) bem como os valores executados no exercício (fls. 63 a 66).

2.2 Setor Saúde

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria da Saúde, Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, e Fundo Especial de Saúde.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR SAÚDE				
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado	
1671 PROGRAMA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE SAÚDE	5.666.150,00	4.752.150,00	2.123.946,37	
1672 PROGRAMA KIT'S SANITÁRIOS - TEMPO DE SANEAR	13.646.000,00	40.783.610,00	3.524.300,30	
1673 PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	184.593.700,00	193.919.314,97	73.079.809,01	
1674 PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	2.394.130,00	16.628.791,00	6.076.752,90	
1675 PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	305.350,00	810.853,00	290.304,23	
1676 PROGRAMA AMBULATÓRIO 24 HORAS DE ALTA RESOLUTIVIDADE	5.902.400,00	13.330.351,00	12.808.889,70	
1677 PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	30.796.100,00	59.818.321,20	34.933.895,14	
1688 PROGRAMA ASSISTÊNCIA AOS RADIOACIDENTADOS	1.758.200,00	428.895,10	314.179,00	
SOMA	245.062.030,00	330.472.286,27	133.152.076,65	

Ao Setor Saúde foi destinado 5,45% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 3,73%. Verifica-se que algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executadas.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 67 a 69) bem como os valores executados no exercício (fls. 70 e 71).

2.3 Setor Justiça e Segurança

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria de Segurança Pública, Diretoria Geral da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Agência Goiana do Sistema Prisional, Departamento Estadual de Trânsito e Fundo Estadual de Segurança Pública.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

SETOR DE JUSTIÇA E SEGURANÇA				
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado	
1727 PROGRAMA GOIÁS CIDADANIA CONTRA O CRIME E A IMPUNIDADE	19.514.934,00	22.373.054,38	17.628.826,38	
1728 PROGRAMA PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	680.000,00	680.000,00	206.669,75	
1729 PROGRAMA INTEGRADO DAS POLÍCIAS	4.550.000,00	2.196.625,95	875.617,21	
1730 PROGRAMA DE SEGURANÇA E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	15.704.880,00	14.964.880,00	10.023.992,88	
1731 PROGRAMA DE PRONTO ATENDIMENTO, SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIO	6.789.893,00	4.239.893,00	2.143.247,37	
1732 PROGRAMA TRÂNSITO SEGURO - PRESERVAÇÃO DA VIDA	12.000.000,00	11.200.000,00	3.994.864,25	
1733 PROGRAMA DETRAN DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	<u>24.000.000,00</u>	<u>22.000.000,00</u>	<u>10.906.899,91</u>	
SOMA	83.239.707,00	77.654.453,33	45.780.117,75	

Ao Setor Justiça e Segurança Pública foi destinado 1,85% do total orçado, sendo que na sua execução, este percentual diminuiu para 1,28%. Verifica-se que algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executadas.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 72 e 73) bem como os valores executados no exercício (fls. 74 e 75).

2.4 Setor de Assistência e Promoção Social

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria da Cidadania e Trabalho, Secretaria da Saúde, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, Fundo Estadual de Cidadania, Fundo de Assistência Social e Fundo Estadual da Criança e do Adolescente.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL				
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado	
1710 PROGRAMA DE APOIO À PESSOA IDOSA	4.758.819,00	2.696.556,00	386.799,39	
1712 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS CARENTES	38.872.140,00	60.512.140,00	38.588.154,33	
1714 PROGRAMA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE INFRATOR	6.744.768,00	6.844.768,00	953.355,13	
1715 PROGRAMA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	15.644.751,00	22.919.751,00	11.666.485,14	
1717 PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO DEFICIENTE	7.509.291,00	7.709.291,00	2.310.954,04	
1718 PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS USUÁRIOS DO IPASGO	89.010.000,00	104.651.089,19	79.651.879,89	
1742 PROGRAMA DA JUVENTUDE	50.000,00	50.000,00	0,00	
1743 PROGRAMA DA MULHER	<u>50.000,00</u>	<u>35.000,00</u>	<u>0,00</u>	
SOMA	162.639.769,00	205.418.595,19	133.557.627,92	

Ao Setor Assistência e Promoção Social foi destinado 3,62% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 3,74%. Verifica-se que alguns programas e ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 76 a 78) bem como os valores executados no exercício (fls. 79 a 81).

2.5 Setor de Geração de Renda e Trabalho

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria da Cidadania e Trabalho e Fundo Especial de Geração de Emprego e Renda.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR DE GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO			
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1707 PROGRAMA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA E ATENDIMENTO AO SEGURO DESEMPREGO	452.968,00	1.832.968,00	1.562.310,90
1708 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E ORIENTAÇÃO P/ EMPREGO E RENDA - PRO-AVANÇAR.	10.898.486,00	8.408.486,00	6.420.272,94
1709 PROGRAMA DE SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO	26.970,00	26.970,00	0,00
1750 PROGRAMA BANCO DO POVO	<u>16.100.000,00</u>	<u>16.100.000,00</u>	<u>4.032.143,51</u>
SOMA	27.478.424,00	26.368.424,00	12.014.727,35

Ao Setor de Geração de Renda e Trabalho foi destinado 0,61% do total orçado, sendo que na sua execução, este percentual diminuiu para 0,34%. Verifica-se que um programa e algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 82) bem como os valores executados no exercício (fl. 83).

3) GOIAS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO

Para este objetivo foi orçado o valor de R\$ 116.624.087,00 que representava 2,59% do total orçado para o exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$ 41.132.390,50 que representa 1,15% do total empenhado no exercício.

GOIAS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO			
SETORES	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
SETOR DESENVOLVIMENTO REGIONAL	71.192.295,00	90.199.155,80	36.521.019,59
SETOR MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	32.425.238,00	25.315.738,00	2.164.219,55
SETOR SANEAMENTO	3.477.500,00	3.212.120,00	155.765,39
SETOR HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	<u>9.529.054,00</u>	<u>26.157.401,00</u>	<u>2.291.385,97</u>
TOTAL	116.624.087,00	144.884.414,80	41.132.390,50

Do Total Empenhado foi pago no exercício o valor de R\$ 12.654.896,58, ficando em Restos a Pagar o valor de R\$ 28.477.493,92.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

Este Objetivo agrega os seguintes setores da economia:

3.1 Setor Desenvolvimento Regional

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria de Segurança Pública, Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação, Encargos Gerais do Estado, Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, Agência Goiana de Turismo, Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, Fundo Especial de Desenvolvimento Rural, Fundo Especial de Saúde e Fundo Estadual de Segurança Pública.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado	
1745 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE GOIANO	12.002.000,00	7.425.589,00	672.861,27	
1746 PROGRAMA DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIANIA/METRÓPOLE CIDADÃ	18.120.099,00	17.195.819,00	2.838.524,00	
1747 PROGRAMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ENTORNO DO DF	23.180.496,00	53.308.129,00	31.450.348,41	
1748 PROGRAMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE GOIANO – NORDESTE NOVO	<u>17.889.700,00</u>	<u>12.269.618,80</u>	<u>1.559.285,91</u>	
SOMA	71.192.295,00	90.199.155,80	36.521.019,59	

Ao Setor Desenvolvimento Regional foi destinado 1,58% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 1,02%. Verifica-se que várias ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executadas.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 85 a 87) bem como os valores executados no exercício (fls. 88 a 90).

3.2 Setor Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Este Setor teve a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação e a Agência Goiana do Meio Ambiente e Recursos Naturais como unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

SETOR MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS			
PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1691 PROGRAMA GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	5.421.000,00	5.300.500,00	0,00
1693 PROGRAMA DE BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19.376.112,00	12.426.112,00	0,00
1694 PROGRAMA DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	4.435.040,00	5.036.040,00	1.438.452,77
1704 PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL	<u>3.193.086,00</u>	<u>2.553.086,00</u>	<u>725.766,78</u>
SOMA	32.425.238,00	25.315.738,00	2.164.219,55

No Orçamento de 2000 foi destinado ao Setor Meio Ambiente e Recursos Hídricos 0,72% do total, sendo que na sua execução, este percentual diminuiu para 0,06%. Verifica-se que alguns programas e ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 91 e 92) bem como os valores executados no exercício (fl. 93).

3.3 Setor Saneamento

A unidade executora das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foi: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR SANEAMENTO			
PROGRAMA	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1839 PROGRAMA TODA CASA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E PROTEÇÃO SANITÁRIA	3.477.500,00	3.212.120,00	155.765,39
SOMA	3.477.500,00	3.212.120,00	155.765,39

Ao Setor Saneamento foi destinado 0,08% do total orçado, sendo que na sua execução, este percentual diminuiu para 0,00%, uma vez que foi empenhado apenas R\$ 155.765,39. Verifica-se que uma ação, embora tivesse recurso alocado no orçamento, não foi executada.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 94) bem como os valores executados no exercício (fl. 95).

3.4 Setor Habitação e Desenvolvimento Urbano

A unidade executora das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foi: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

SETOR HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1692 PROGRAMA HABITAÇÃO NOVO	5.837.910,00	23.466.257,00	1.920.354,66
1838 PROGRAMA DE REFORMA DE MORADIA PARA A POPULAÇÃO CARENTE – PROREFORMA	543.504,00	1.043.504,00	371.031,31
1843 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ANÁPOLIS	2.800.000,00	1.300.000,00	0,00
3147 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	347.640,00	347.640,00	0,00
SOMA	9.529.054,00	26.157.401,00	2.291.385,97

No Orçamento de 2000 foi destinado ao Setor Habitação e Desenvolvimento Urbano 0,21% do total, sendo que na sua execução, este percentual diminuiu para 0,06%. Verifica-se que alguns programas e ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo “Objetivos e Programas de Governo” encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 96) bem como os valores executados no exercício (fl. 97).

4) GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR

Para este objetivo foi orçado o valor de R\$ 87.014.484,00 que representava 1,94% do total orçado para o exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$ 68.988.951,63 que representa 1,93% do total empenhado no exercício.

GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR

SETORES	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
SOMA SETOR GESTÃO PÚBLICA	55.728.840,00	94.738.953,03	42.012.441,76
SOMA SETOR FINANÇAS PÚBLICAS	9.190.000,00	5.915.000,00	4.113.428,54
SOMA SETOR DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	22.095.644,00	31.834.876,00	22.863.081,33
TOTAL	87.014.484,00	132.488.829,03	68.988.951,63

Do Total Empenhado foi pago no exercício o valor de R\$ 38.697.145,60 e ficando em Restos a Pagar o valor de R\$ 30.291.806,03.

Este Objetivo agrega os seguintes setores da economia:

4.1 Setor Gestão Pública

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria da Saúde, Encargos Gerais do Estado, Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos e Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

SETOR GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1749 PROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS (CONVÊNIOS)	19.843.000,00	31.589.628,03	16.846.147,15
3149 PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO - PED	180.000,00	180.000,00	0,00
3150 PROGRAMA GESTÃO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	142.400,00	142.400,00	0,00
3151 PROGRAMA DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO	356.000,00	342.775,00	4.854,00
3152 PROGRMA DE CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.456.800,00	2.456.800,00	0,00
3153 PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	11.000.000,00	7.800.000,00	2.262.751,50
1587 PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS	15.481.500,00	47.317.210,00	20.441.702,53
1791 PROGRAMA DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.143.486,00	1.143.486,00	597.680,42
3142 PROGRAMA DE APOIO LOGÍSTICO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.005.654,00	3.646.654,00	1.859.306,16
3306 PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE GOIÁS	<u>120.000,00</u>	<u>120.000,00</u>	<u>0,00</u>
SOMA	55.728.840,00	94.738.953,03	42.012.441,76

Ao Setor Gestão Pública foi destinado 1,24% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 1,18%. Verifica-se que alguns programas e ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 99 a 102) bem como os valores executados no exercício (fls. 103 a 105).

4.2 Setor Finanças Públicas

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foram: Secretaria da Fazenda e Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR FINANÇAS PÚBLICAS

PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1771 PROGRAMA INCREMENTO DA RECEITA	7.180.000,00	5.205.000,00	3.611.409,69
3144 PROGRAMA DE GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS	100.000,00	100.000,00	2.400,00
3145 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO FAZENDÁRIA	1.900.000,00	600.000,00	499.618,85
3305 PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL	<u>10.000,00</u>	<u>10.000,00</u>	<u>0,00</u>
SOMA	9.190.000,00	5.915.000,00	4.113.428,54



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Ao Setor Finanças Públicas foi destinado 0,20% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,12%. Verifica-se que um programa e algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 106) bem como os valores executados no exercício (fl. 107).

4.3 Setor Divulgação e Publicidade

A unidade executora das ações desenvolvidas nos programas deste Setor foi: Agência Goiana de Comunicação

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes ao setor, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

SETOR DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE				
PROGRAMAS		Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1797 PROGRAMA MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA TV E RÁDIO BRASIL CENTRAL		850.644,00	450.644,00	0,00
3143 PROGRAMA DE PUBLICIDADES GOVERNAMENTAIS		<u>21.245.000,00</u>	<u>31.384.232,00</u>	<u>22.863.081,33</u>
SOMA		22.095.644,00	31.834.876,00	22.863.081,33

Ao Setor Divulgação e Publicidade foi destinado 0,49% do total orçado, sendo que na sua execução, este percentual aumentou para 0,64%. Verifica-se que um programa e algumas ações, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 108) bem como os valores executados no exercício (fl. 109).

5) ALIANÇAS E PARCERIAS. EM PROL DE GOIÁS

O Orçamento não destinou recursos a este objetivo.

6) OUTROS PROGRAMAS

O Orçamento destinou recursos aos demais Poderes, ao Ministério Público e também para Apoio Administrativo e Encargos Especiais.

Para estes programas foi orçado o valor de R\$ 3.111.995.556,00 que representava 69,24% do total orçado para o exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$ 2.859.825.113,12 que representa 81,19% do total empenhado no exercício.

OUTROS PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	53.314.319,00	53.531.105,50	49.108.441,95
APOIO ADMINISTRATIVO	946.318.291,00	1.387.235.357,93	1.252.734.740,53
ENCARGOS ESPECIAIS	2.112.362.946,00	1.647.674.220,21	1.557.981.930,64
Encargos Especiais	2.757.892.386,00	2.367.980.352,98	1.957.903.535,49
Transferências a Autarquias, Fundações e Fundos Especiais	<u>(645.529.440,00)</u>	<u>(720.306.132,77)</u>	<u>(399.921.604,85)</u>
TOTAL	3.111.995.556,00	3.088.440.683,64	2.859.825.113,12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Do Total Empenhado foi pago no exercício o valor de R\$ 2.608.664.899,27 e ficando em Restos a Pagar o valor de R\$ 251.160.213,85.

Estes Programas Podem ser assim Discriminados:

6.1 Outros Poderes e Ministério Público

As unidades executoras das ações desenvolvidas nestes programas foram: Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria Geral de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Procuradoria Geral de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e FUNDESP-PJ.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a Outros Poderes e Ministério Público, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:

OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
1821 PROGRAMA LEGISLATIVO PARA O TERCEIRO MILÊNIO	1.100.000,00	400.000,00	29.727,60
1822 PROGRAMA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, PATRIMONIAL E OPERACIONAL	27.088.737,00	28.151.809,40	27.175.458,98
1823 PROGRAMA REPRESENTAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.153.204,00	1.153.204,00	788.438,04
1824 PROGRAMA CONTROLE EXTERNO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS	11.276.841,00	13.524.583,14	13.133.270,56
1825 PROGRAMA MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	799.537,00	955.508,96	933.673,26
1826 PROGRAMA REORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO	8.246.000,00	8.246.000,00	5.954.297,51
1827 PROGRAMA INTEGRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	3.650.000,00	1.100.000,00	1.093.576,00
TOTAL	53.314.319,00	53.531.105,50	49.108.441,95

Aos Programas de Outros Poderes e Ministério Público foi destinado 1,19% do total orçado, sendo que na sua execução, este percentual aumentou para 1,38%.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fl. 111) bem como os valores executados no exercício (fl. 112).

6.2 Programas de Apoio Administrativo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a Apoio Administrativo, bem como os respectivos valores Orçados, Autorizados e Empenhados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

APOIO ADMINISTRATIVO

PROGRAMAS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
4001 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	760.839.241,00	1.142.644.713,05	1.016.073.261,28
4002 PROGRAMA GESTÃO E COORDENAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL	3.753.200,00	6.359.199,00	5.846.606,74
4003 PROGRAMA ELABORAÇÃO, REVISÃO E ENCAMINHAMENTO DE NORMAS E ATOS REGULAMENTARES E LEGAIS	8.732.100,00	14.988.100,00	12.913.818,17
4004 PROGRAMA SEGURANÇA E PROTEÇÃO DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS	905.800,00	1.767.100,00	1.685.258,44
4005 PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E COORDENAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL	197.650,00	644.250,00	574.250,56
4006 PROGRAMA DE DEFESA DOS INTERESSES LEGAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	7.991.000,00	13.066.356,00	10.017.350,45
4007 PROGRAMA DE COORDENAÇÃO E APOIO DAS AÇÕES DE POLICIAMENTO PREVENTIVO	119.231.100,00	145.617.439,88	144.055.366,47
4009 PROGRAMA DE COORDENAÇÃO E APOIO ÀS AÇÕES DE POLICIAMENTO REPRESSIVO	44.668.200,00	62.148.200,00	61.568.828,42
TOTAL	946.318.291,00	1.387.235.357,93	1.252.734.740,53

Aos Programas de Apoio Administrativo foi destinado 21,05% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 35,13%.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 113 e 114) bem como os valores executados no exercício (fls. 115 e 116).

6.3 Encargos Gerais

É um programa que tem como objetivo o atendimento às despesas das quais não se possa associar um bem ou serviço ofertado diretamente à sociedade. Suas ações são: Encargos com Inativos e Pensionistas, Encargos da Dívida Pública Interna e Externa, Transferências Constitucionais a Municípios, Encargos Judiciários, Transferências a Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, Transferências ao Tesouro Estadual, Transferências ao FUNDEF, Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Industriais, Agrícolas, Comerciais ou Financeira, Subvenções Econômicas a Empresas em Liquidação e Reserva de Contingência.

ENCARGOS ESPECIAIS	Valor Orçado	Valor Autorizado	Valor Empenhado
0000 ENCARGOS ESPECIAIS	2.112.362.946,00	1.647.674.220,21	1.557.981.930,64

Ao Programa de Encargos Especiais foi destinado 47,00% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 43,68%.

No Anexo "Objetivos e Programas de Governo" encontra-se detalhado os objetivos de cada programa, as metas e valores orçados de cada ação de governo (fls. 117 a 119) bem como os valores executados no exercício (fls. 120 a 122).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Estado de Goiás, pelos Órgãos da Administração Direta realizou Operações de Crédito Internas, totalizando, de valores inscritos às suas contas, a importância de R\$ 69.468.502,00.

De Operações de Crédito Internas, conforme se vê no Balanço Patrimonial e demonstrativos anexos, houve a inscrição de novas Operações de Crédito na importância de R\$ 69.468.502,00, sendo que os outros acréscimos à posição final de R\$ 7.688.708.393,00, referem-se a Atualização Monetária (R\$ 845.774.472,09), Encampação (R\$ 156.405.675,30), Cancelamento (R\$ 58.924.465,43) e Amortização (R\$ 96.770.860,96).

De Operações de Crédito Externas, conforme se vê no Balanço Patrimonial e demonstrativos anexos, não houve inscrição de novas Operações de Crédito, sendo que o acréscimo à posição final de R\$ 76.918.040,00, refere-se a Correção Cambial (R\$ 16.048.535,85), Encampação (R\$ 36.868.087,32), Cancelamento (R\$ 11.878.375,80) e Amortização (R\$ 15.102.680,47).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

- falta - 6

Foi verificado, no exercício de 2000, repasses feitos pelo Estado à conta Participação no Capital de Empresas:

A conta Participação no Capital de Empresas apresentou um acréscimo em relação ao exercício de 1999. As variações dos valores de participação no capital das empresas se deu da seguinte forma:

a) constituiu o capital da Agência de Fomento de Goiás: 1) com Letras Financeiras do Tesouro – Série LFT-A, Título 235478, no valor de R\$ 60.000.000,00; e 2) com negociações do FOMENTAR no valor de R\$ 9.979.982,00;

b) aumentou sua participação no capital da CELG: 1) com repasses no valor de R\$ 4.477.747,14; e 2) com integralização de ações no valor de R\$ 504.278.411,04 referente a dívidas assumidas pelo Estado;

c) aumentou sua participação no capital da GOIASINVEST com repasse no valor de R\$ 653.571,22;

d) aumentou sua participação no capital da SANEAGO: 1) com repasses no valor de R\$ 14.061.545,59; e 2) com integralização de ações no valor de R\$ 26.345.715,41 referente a dívidas assumidas pelo Estado;

e) aumentou sua participação no capital do CERNE com incorporação de reservas no valor de R\$ 714.462,88;

f) diminuiu sua participação na AGEHAB, com Baixa de R\$ 5,00;

g) diminuiu sua participação na CAIXEGO, com Baixa de R\$ 192.980,88;

h) diminuiu sua participação na TELEGOIÁS, com Baixa de R\$ 607.725,92.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DESPESAS A REGULARIZAR 7

Durante o Exercício de 2000, foram realizadas despesas à margem do Orçamento, em infração ao disposto no artigo 60 da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, ficando consignada em balanço a importância de R\$ 12.033.547,26, de despesas a regularizar. Deste valor R\$ 333.418,86 referem-se a operações cambiais da Secretaria da Saúde, R\$ 9.857.144,00 referem-se a repasses do Tesouro Estadual para quitação de Indenizações por Tempo de Serviços e a diversos órgãos jurisdicionantes e R\$ 1.842.984,40 referem-se a despesas da Fundação Universidade Estadual de Goiás.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

AUDITORIA §

No exercício de 2000 o Tribunal de Contas constituiu comissões de auditoria para apuração de irregularidades em diversos órgãos estaduais a saber:

Portaria	Data	Processo	Órgão	Objeto
067/00	21/01/00	---	---	Proceder a um minucioso estudo da legalidade de cada processo de despesa de responsabilidade das Agências recém-criadas pelo Governo do Estado de Goiás.
155/00	15/02/00	17725470/99	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	Apurar possíveis irregularidades praticadas pela Direção Geral do CAIS Vila Nova - Unidade da Secretaria de Estado da Saúde.
198/00 304/00	25/02/00 23/03/00	17343992/99	DETRAN/CRISA	Apuração de fatos, identificação de responsáveis e qualificação de danos envolvendo a construção de um CIRETRAN na região da Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia-Go.
230/00	08/03/00	17616263/99	EMATER/ SECRETARIA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - SECTEC	Apurar aplicação dos recursos referentes ao contrato para "Desenvolvimento de Pesquisa e Experimentações Científicas e Tecnológicas", celebrado entre a EMATER e a SECTEC.
253/00	14/03/00	18096425/00	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	Acompanhar a realização do 8º Concurso Público para Procurador do Estado.
343/00 354/00	05/04/00 07/04/00	18244939/00 17681189/99	Secretaria de Estado da Fazenda	Apurar as possíveis irregularidades ocorridas na licitação, modalidade Convite n.º 032/99, para contratar o fornecimento de água mineral para a Secretaria de Estado da Fazenda, através do processo n.º 17726778/00, em tramitação no TCE. E a todas as licitações realizadas na modalidade convite no exercício de 1999.
351/00	06/04/00	18267033/00	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	Acompanhamento de Concurso Público para o cargo de Procurador.
384/00	14/04/00	18305180/00	COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS - CELG	Proceder à apuração do ativo e passivo da CELG, emitir parecer sobre sua viabilidade econômica e o seu real valor como referência para fins de sua provável alienação, bem como apurar as medidas assecuratórias que eventualmente estariam sendo propostas para garantir a qualidade dos serviços que deverão ser prestados, se privatizada a empresa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Portaria	Data	Processo	Órgão	Objeto
387/00	17/04/00	18290604/00	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S.A.	Apurar as denúncias formuladas pelo Secretário Geral do TCE.
419/00	23/03/00	18353487/00	POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS	Acompanhamento da realização de Concurso Público para Curso de Formação de Praças.
698/00	24/07/00	17186188/99	JUCEG	Analisar a legalidade e a economicidade do contrato firmado entre a JUCEG e o Posto de Conveniência Praça Cívica, para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes para a JUCEG, tendo em vista indícios de prática de atos ilegais pela falta de realização de licitação.
708/00 836/00 856/00 917/00 1075/00	27/07/00 15/09/00 26/09/00 17/10/00 28/12/00	---	AGETOP	Proceder ao levantamento e estudo da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os processos de contratos celebrados para a realização de obras públicas, inclusive os oriundos do extinto DERGO e da empresa em processo de liquidação CRISA.
724/00	02/08/00	17692512/99	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	Proceder à análise da documentação relatada e apresentada nos autos, bem como da defesa oferecida, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na nomeação, através do Decreto Governamental de 12/05/98, com base no processo n.º 16041399, em funções técnicas e administrativas, dos aprovados no Concurso Público realizado pela Secretaria de Estado da Saúde, no período de 02.03.98 a 30.04.98.
728/00 810/00	03/08/00 05/09/00	17663504/99	COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS - CELG	Apurar possíveis irregularidades existentes na CELG, quanto aos procedimentos licitatórios na modalidade Tomada de Preços n.ºs PR-CPL-6.0042/99-DD e PR-CPL-6.0043/99-DD, que tem como objetos a implantação de balizamento luminoso noturno para o aeródromo do Município de Anápolis e de Formosa.
770/00 897/00 933/00	22/08/00 04/10/00 27/10/00	16482085/98 18398189/00	FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE - FUNESA E FUNDAÇÃO DE APOIO ÀS AÇÕES DE SAÚDE NO ESTADO DE GOIÁS - FUNSAÚDE	Proceder a uma auditoria nos termos requeridos de seu objeto, tendo como referência inicial a análise da Prestação de Contas do Movimento de Tesouraria da FUNESA, tendo em vista indícios de prática de irregularidades e inclusive de atos formais. E estender os trabalhos às contas do FUNSAÚDE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Portaria	Data	Processo	Órgão	Objeto
1033/00	12/12/00	16178742/00	AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO E DE OUTROS ÓRGÃOS ESTATAIS	Proceder aos exames dos processos de publicidade e propaganda, de responsabilidade da Agência Goiana de Comunicação e de outros órgãos estatais, encaminhados à apreciação desta Corte, no que concerne aos pedidos de regularização de despesa, da verificação da constitucionalidade do seu objeto e de outros aspectos solicitados e tratados nos respectivos processos.
1042/00	13/12/00	18991718/00	---	Proceder a um minucioso levantamento das questões relacionadas ao estabelecimento de índices de participação no ICMS/2000, pela COÍNDICE, em face dos mandados de segurança impetrados por municípios deste Estado no sentido de rever seus respectivos índices.
1084/00	29/12/00	---	---	Levantar e relacionar todas as auditorias em curso, salientando aquelas em que as informações solicitadas não estão sendo atendidas, bem como as que porventura estejam sendo obstaculizadas pelos órgãos fiscalizados.
1085/00	29/12/00	18926380/00	GINÁSIO DE ESPORTES DE GOIÂNIA	Proceder a apuração de possíveis irregularidades ocorridas nas obras de construção do Ginásio de Esportes de Goiânia, ao lado do Estádio Serra Dourada, nos termos do requerimento n.º 379/00 apresentado nos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DESTINAÇÃO DE RECEITA PARA PESSOAL - falta - 9

A Constituição Estadual estabelece:

“... ”

Art. 113 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que revogou a Lei Complementar n.º 96/99, disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do artigo 169 da Constituição Federal e estabelece:

“Art. 19 – Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50% (cinquenta por cento);

II – Estados: 60% (sessenta por cento).”

As Despesas Realizadas (paga e a pagar) com Pessoal (Ativo e Inativo), da Administração Direta, Empresas Econômicas Dependentes, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais estão a seguir relacionadas:

	R\$
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.414.431.311,19
EMPRESAS ECONÔMICAS	14.560.222,48
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	123.021.620,45
FUNDOS ESPECIAIS	<u>2.482.034,33</u>
	1.554.495.188,45
DEDUÇÃO	
Contribuições ao Fundo de Pensão	<u>37.744.739,34</u>
	1.516.750.449,11



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

A Receita Corrente Líquida do Estado de Goiás pode ser assim discriminada:

	R\$
RECEITA CORRENTE BRUTA	
Administração Direta	3.075.288.690,35
Autarquias e Fundações	403.562.577,90
Fundos Especiais	<u>177.047.575,33</u>
TOTAL	3.655.898.843,58
 DEDUÇÕES	
Transferências aos Municípios	593.536.583,24
Transferências a Autarquias, Fundações e Fundos Especiais	258.525.026,65
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência e Assistência	<u>132.204.748,14</u>
TOTAL	<u>984.266.358,03</u>
 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	 2.671.632.485,55

O valor total das Despesas com Pessoal R\$ 1.516.750.449,11, representou 56,77% das Receitas Correntes Líquidas que foi de R\$ 2.671.632.485,55.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

FUNDOS ESPECIAIS

A partir do exercício de 1991, os Fundos Especiais tiveram as suas Receitas Previstas e Despesas Fixadas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Na Consolidação Geral dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais foi aumentado o saldo de Fundos Especiais registrado no Ativo Permanente da Administração Direta e das Autarquias e Fundações, visto que o Balanço Patrimonial dos Fundos Especiais está registrando todos os saldos do referido Balanço.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

DESTINAÇÃO DE RECEITA DE ICMS AOS MUNICÍPIOS

É prevista na Constituição Estadual a destinação de percentual de Receita de ICMS, IPVA e IPI aos Municípios, a saber:

“ ...

Art. 107 - Pertencem aos Municípios:

...

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território de cada um deles;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

VI - vinte e cinco por cento dos recursos que o Estado receber, nos termos do inciso V do artigo anterior, observados os critérios estabelecidos no §1º deste artigo.”

“Art. 106 - Pertencem ao Estado:

...

V - sua cota de participação proporcional ao valor de suas exportações, no produto de arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, nos termos do art. 159, inciso II, da Constituição da República.”

No exercício de 2000, o Estado apresentou uma arrecadação de ICMS de R\$ 2.142.345.282,66 e de IPVA de R\$ 95.343.490,25 e recebeu de Transferências da União referente a Cota parte do IPI a importância de R\$ 8.244.106,88 e a Cota parte do ICMS Exportação a importância de R\$ 38.680.185,60. Foi efetivamente repassado aos Municípios, a título de destinações tributárias constitucionais, o valor de R\$ 593.536.583,24, tendo sido efetuado um repasse a menor de R\$ 1.452.555,67, equivalente a 0,24%.

	R\$	
IMPOSTOS ARRECADADOS		
IPVA arrecadado em 2000	95.343.490,25	
ICMS arrecadado em 2000	<u>2.142.345.282,66</u>	2.237.688.772,91
 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		
Cota parte do IPI	8.244.106,88	
Cota parte do ICMS Exportação	<u>38.680.185,60</u>	46.924.292,48
TOTAL		2.284.613.065,39



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS

50% da receita de IPVA	47.671.745,13
25% da receita de ICMS	545.256.367,07
25% da receita do IPI	<u>2.061.026,72</u>
SOMA	594.989.138,92

TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	DESPESA REALIZADA		
	PAGA	A PAGAR	TOTAL
Transferências Constitucionais a Municípios			
Secretaria da Fazenda	<u>593.536.583,24</u>	<u>4.849.665,42</u>	<u>598.386.248,66</u>
SOMA	593.536.583,24	4.849.665,42	598.386.248,66
Transferências Voluntárias a Municípios			
Secretaria do Planejamento	6.636.175,77	6.397.998,47	13.034.174,24
Secretaria da Saúde	0,00	35.767,86	35.767,86
Secretaria da Educação	<u>12.521.933,81</u>	<u>11.576,43</u>	<u>12.533.510,24</u>
SOMA	<u>19.158.109,58</u>	<u>6.445.342,76</u>	<u>25.603.452,34</u>
TOTAL	612.694.692,82	11.295.008,18	623.989.701,00

DESTINAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONSTITUCIONAIS **593.536.583,24**

VALOR DESTINADO A MENOR (0,24%) **-1.452.555,67**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

**DESTINAÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA AO LEGISLATIVO E
AO JUDICIÁRIO**

falta - 12

É prevista na Constituição Estadual a destinação de percentual de Receita Tributária ao Legislativo e ao Judiciário, a saber:

“ ...
Art. 110 -

§ 5º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - ...

a) Ao Poder Legislativo, não menos que três por cento de sua Receita Tributária Líquida.

b) Ao Poder Judiciário, não menos que cinco por cento de sua Receita Tributária Líquida”.

A alínea "a" foi alterada pela Emenda Constitucional n.º 02, de 20 de novembro de 1991, elevando o percentual para cinco por cento.

A Receita Tributária Líquida pode ser assim demonstrada:

RECEITA TRIBUTÁRIA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.249.009.348,99
Transferências a Municípios	<u>(593.536.583,24)</u>
	1.655.472.765,75
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	92.209.830,02
FUNDOS ESPECIAIS	<u>17.600.090,14</u>
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	1.765.282.685,91

As Despesas efetivamente Realizadas com o Legislativo, em 2000, foram de R\$ 116.782.546,75 equivalente a 6,62% da Receita Tributária Líquida Total, que foi de R\$ 1.765.282.685,91.

As Despesas efetivamente Realizadas com o Judiciário, em 2000, foram de R\$ 137.094.522,91 equivalente a 7,77% da Receita Tributária Líquida Total, que foi de R\$ 1.765.282.685,91.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

**DESTINAÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA
AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

A Constituição Estadual estabelece:

" ...

Art. 146 - Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento Econômico de Goiás, constituído por um por cento das receitas tributárias líquidas do orçamento anual do Estado a ser regulamentado por lei complementar".

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece:

" ...

Art. 18 - O funcionamento e a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico de Goiás serão disciplinados por lei complementar.

Parágrafo Único - Até a vigência da Lei Complementar, os recursos do Fundo serão aplicados no mercado financeiro, a partir de janeiro de 1991 pelo Banco do Estado de Goiás e pela Caixa Econômica do Estado de Goiás, em proporções iguais."

O Fundo de Desenvolvimento Econômico não foi previsto no Orçamento do exercício de 2000.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

APLICAÇÃO DE RECEITA NA EDUCAÇÃO

É prevista na Constituição Estadual a aplicação de Receita na Educação, a saber:

"Art. 158 - O Estado aplicará, anualmente no mínimo trinta por cento da receita de imposto incluída a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de ensino público, prioritariamente nos níveis fundamental, médio, pré-escolar e de educação especial.

§ 1º - A parcela dos impostos estaduais transferida aos Municípios não constitui receita do Estado, para efeito deste artigo".

No exercício de 2000 o Estado teve uma Receita Líquida de Impostos no valor de R\$ 2.196.680.738,73, que somada às Transferências da União para Educação, no valor de R\$ 28.285.906,24, totalizaram R\$ 2.224.966.644,97 como demonstrado a seguir:

	R\$
Receita Tributária	
Receita de Impostos	2.245.428.474,73
Transferências Correntes	
Transferências da União	
Cota-Parte FPE	407.481.739,22
Transf. do Imp. s/Renda Retido nas Fontes	90.382.815,54
Cota-Parte do Imp. s/Prod. Industrializados	8.244.106,88
Cota-Parte do ICMS Exportação	<u>38.680.185,60</u>
SOMA DE RECEITAS DE IMPOSTOS	<u>544.788.847,24</u>
	2.790.217.321,97
(-)Transferências a Municípios	<u>(593.536.583,24)</u>
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	2.196.680.738,73
(+)Transferências da União	
Cota-Parte da Contrib. Salário Educação	<u>28.285.906,24</u>
TOTAL	2.224.966.644,97



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

As Despesas Realizadas, Pagas e a Pagar, podem ser assim demonstradas:

FUNÇÃO EDUCAÇÃO/AÇÕES	DESPESA		
	PAGA	A PAGAR	TOTAL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO			
1188 Implantação e implementação do sistema de avaliação e monitoramento	44.476,81	3.706,10	48.182,91
2190 Fortalecimento das atividades técnicas/pedagógicas /administrativas das áreas central/descentralizadas	746.235,17	104.956,53	851.191,70
2192 Fortalecimento das atividades técnicas/pedagog./administrat. do ensino médio/profis./jovens e adultos	604.716,52	262.019,91	866.736,43
2203 Implantação, implementação do sistema integrado de informações gerenciais	419.003,62	0,00	419.003,62
4001 Programa de apoio administrativo	296.928.829,27	39.462.655,82	336.391.485,09
2196 Capacitação de recursos humanos do ensino médio/profissional/jovens e adultos e técnicos da SE	129.311,34	0,00	129.311,34
7001 Encargos com Inativos e Pensionistas	120.787.327,91	11.194.415,40	131.981.743,31
1174 Constr.,ampl.,refor. e manutenção de prédios do ensino fundamental/especial	7.256.549,78	421.876,36	7.678.426,14
1182 Equipamento e reequipamento de prédios de ensino fundamental/ especial	3.062.840,58	3.459.039,42	6.521.880,00
2182 Aceleração de aprendizagem	1.433.252,57	333.519,35	1.766.771,92
2184 Fornecimento de merenda escolar aos alunos de ensino fundamental	13.761.336,54	1.720.107,80	15.481.444,34
2185 Transporte de alunos da zona rural de ensino fundamental/zona rural	12.356.212,65	96.325,37	12.452.538,02
1171 Salário-escola	10.648.655,43	3.113.583,50	13.762.238,93
2194 Capacitação de recursos humanos do ensino fundamental/especial	1.391.582,00	464.344,04	1.855.926,04
1189 Implementação de sistemática de autonomia da unidade escolar/ensino fundamental	8.374.234,04	8.270.979,14	16.645.213,18
1190 Transferência de recursos financeiros às escolas de ensino fundamental/especial	5.046.205,35	3.066.300,00	8.112.505,35
2199 Descentralização em bases modernas e democráticas/ensino fundamental	638.463,91	63.008,00	701.471,91
1185 Apoio às inovações educacionais e ao protagonismo dos docentes – PAIE	300,00	1.947,00	2.247,00
2187 Fortalecimento das atividades técnicas/pedagógicas e administrativas do ensino fundamental/especial	431.298,70	161.186,21	592.484,91
2188 Fortalecimento das atividades técnicas/pedagógicas/administrativas do ensino fundamental - FUNDESCOLA	128.971,54	1.529,75	130.501,29
2201 Transferência de recursos financeiros às unidades de ensino/profissional/jovens e adultos	6.600,00	9.600,00	16.200,00
2195 Capacitação de gestores, professores técnicos/congressos, ciclos de estudos e encontros/ensino especial	367.394,28	7.702,10	375.096,38



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

FUNÇÃO EDUCAÇÃO/ÇÕES	DESPESA		
	PAGA	A PAGAR	TOTAL
2189 Fortalecimento das atividades técnicas/pedagógicas e administrativas do ensino especial	377.531,66	25.555,26	403.086,92
1184 Equipamento e reequipamento de prédios de médio/prof./jovens e adultos	<u>1.606.835,42</u>	<u>598.856,40</u>	<u>2.205.691,82</u>
TOTAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	486.548.165,09	72.843.213,46	559.391.378,55
GOVERNADORIA DO ESTADO			
7019 Transferências à Fundação Universidade Estadual de Goiás - FUEG	<u>11.216.629,70</u>	<u>6.765.838,86</u>	<u>17.982.468,56</u>
TOTAL DA GOVERNADORIA DO ESTADO	11.216.629,70	6.765.838,86	17.982.468,56
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - SEPLAN			
2356 Financiamento de estudos de terceiro grau - bolsa universitária	<u>7.451.000,00</u>	<u>646.937,72</u>	<u>8.097.937,72</u>
TOTAL DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - SEPLAN	7.451.000,00	646.937,72	8.097.937,72
TOTAL FUNÇÃO EDUCAÇÃO	505.215.794,79	80.255.990,04	585.471.784,83

Os gastos com Educação foram realizados nas seguintes categorias econômicas:

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DESPESA		
	PAGA	A PAGAR	TOTAL
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	395.914.411,23	45.085.682,82	441.000.094,05
Outras Despesas Correntes	<u>95.634.732,49</u>	<u>28.086.180,19</u>	<u>123.720.912,68</u>
SOMA	491.549.143,72	73.171.863,01	564.721.006,73
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	13.666.651,07	7.045.297,03	20.711.948,10
Inversões Financeiras	<u>0,00</u>	<u>38.830,00</u>	<u>38.830,00</u>
SOMA	13.666.651,07	7.084.127,03	20.750.778,10
TOTAL	505.215.794,79	80.255.990,04	585.471.784,83

Percentual de Despesas efetivamente Paga com Educação (inclusive gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	22,71%
---	---------------

Percentual de Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) para Educação (inclusive gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	26,31%
--	---------------



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

Percentual de Despesa efetivamente Paga com Educação (excluídos os gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	17,28%
Percentual de Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) para Educação (excluídos os gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	20,38%

O total de Despesas efetivamente Paga com Educação de R\$ 505.215.794,79, equivale a 22,71% do total da Receita que foi de R\$ 2.224.966.644,97 (Receita Líquida de Impostos de R\$ 2.196.680.738,73 mais as Transferências da União de R\$ 28.285.906,24).

O total da Despesa Empenhada, Paga e a Pagar para Educação no valor de R\$ 585.471.784,83, equivale a 26,31% do total da Receita que foi de R\$ 2.224.966.644,97 (Receita Líquida de Impostos de R\$ 2.196.680.738,73 mais as Transferências da União de R\$ 28.285.906,24). O saldo de Restos a Pagar, de 2000, foi de R\$ 80.255.990,04.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

APLICAÇÃO DE RECEITA NA SAÚDE

Foi prevista na Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, a aplicação de Receita na Saúde, a saber:

“Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

“Art. 77 – Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:”

“I – no caso da União.”

...

“II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e”

“III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, . . .

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.”

“§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei.”

“§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.”

“§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.”

No exercício de 2000 o Estado teve uma Receita Líquida de Impostos no valor de R\$ 2.196.680.738,73.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

	R\$	R\$
Receita Tributária		
Receita de Impostos		2.245.428.474,73
Transferências Correntes		
Transferências da União		
Cota-Parte FPE	407.481.739,22	
Transf. do Imp. s/Renda Retido nas Fontes	90.382.815,54	
Cota-Parte do Imp. s/Prod. Industrializados	8.244.106,88	
Cota Parte do ICMS Exportação	<u>38.680.185,60</u>	544.788.847,24
SOMA DE RECEITAS DE IMPOSTOS		2.790.217.321,97
(-) Transferências a Municípios		(593.536.583,24)
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS		2.196.680.738,73

A Despesa Realizada, Paga e a Pagar, pode ser assim demonstrada:

FUNÇÃO SAÚDE	PAGA	A PAGAR	TOTAL
4001 Programa de apoio administrativo	97.653.323,32	17.922.711,08	115.576.034,40
2799 Saúde especial para pessoa idosa	0,00	5.275,70	5.275,70
7001 Encargos com inativos e pensionistas	10.332.453,41	1.394.969,60	11.727.423,01
2262 Exames de análises clínicas e citogenética	10.886,61	12.193,99	23.080,60
2263 Assistência médica e odontológica aos radioacidentados	44.374,91	242.723,49	287.098,40
2264 Assistência psicológica e social aos radioacidentados	4.000,00	0,00	4.000,00
7029 Transferências ao Fundo Especial de Saúde - FUNESA	<u>29.873.086,24</u>	<u>5.901.090,13</u>	<u>35.774.176,37</u>
TOTAL	137.918.124,49	25.478.963,99	163.397.088,48

Os gastos com Saúde foram realizados nas seguintes categorias econômicas:

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DESPESA		
	PAGA	A PAGAR	TOTAL
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	98.212.268,49	11.009.089,53	109.221.358,02
Outras Despesas Correntes	<u>39.299.095,44</u>	<u>14.091.867,25</u>	<u>53.390.962,69</u>
SOMA	137.511.363,93	25.100.956,78	162.612.320,71
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	<u>406.760,56</u>	<u>378.782,21</u>	<u>785.542,77</u>
SOMA	406.760,56	378.782,21	785.542,77
TOTAL	137.918.124,49	25.479.738,99	163.397.863,48



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Percentual de Despesas efetivamente Paga com Saúde (inclusive gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	6,28%
---	--------------

Percentual de Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) para Saúde (inclusive gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	7,44%
--	--------------

Percentual de Despesa efetivamente Paga com Saúde (excluídos os gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	5,81%
---	--------------

Percentual de Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) para Saúde (excluídos os gastos com Inativos e Pensionistas) em relação à Receita de Impostos	6,90%
---	--------------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DESTINAÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA
AO FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- falta 16

A Constituição Estadual estabelece:

" ...

Art. 168 - Para execução da política de desenvolvimento científico e tecnológico, o Estado destinará anualmente, três por cento de sua Receita Tributária, transferidos no exercício, em duodécimos mensais para o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia".

O Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia teve como Receita Prevista e Despesa Orçada no Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 2000, a importância de R\$ 55.663.703,00. Durante o período foi empenhada Despesa no valor de R\$ 26.558.123,53, tendo sido efetivamente realizado o valor de R\$ 22.389.706,66, correspondente a 1,27% da Receita Tributária Líquida, que foi de R\$ 1.765.282.685,91. O saldo de Restos a Pagar foi de R\$ 4.168.416,87.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ORÇAMENTO - PROGRAMA

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 - ORÇAMENTO

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2000, aprovado pela Lei n.º 13.571, de 29 de dezembro de 1999, estimou a Receita em R\$ 3.163.200.000,00 (três bilhões, cento e sessenta e três milhões e duzentos mil reais) e fixou a Despesa em igual importância.

Pela Lei n.º 13.774, de 28 de dezembro de 2000, foi acrescido ao Orçamento a importância de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

A Receita Arrecadada, durante o exercício de 2000, registrou a importância de R\$ 3.236.715.406,22 (três bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, setecentos e quinze mil, quatrocentos e seis reais e vinte e dois centavos), significando, portanto, uma arrecadação a menor, no valor de R\$ 526.484.593,78 (quinhentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos), em relação à Receita Orçada de R\$ 3.763.200.000,00 (três bilhões, setecentos e sessenta e três milhões, e duzentos mil reais).

A Despesa Autorizada final sofreu um aumento de 0,36%, em relação a que foi inicialmente fixada, em decorrência de reduções e suplementações orçamentárias e de créditos especiais, conforme se demonstra à seguir:

ORÇAMENTO INICIAL	R\$ 3.163.200.000,00	
ACRÉSCIMOS AO ORÇAMENTO	<u>R\$ 600.000.000,00</u>	
SUB-TOTAL	R\$ 3.763.200.000,00	
REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	<u>R\$ (1.322.748.268,21)</u>	R\$ 2.440.451.731,79
CRÉDITOS SUPLEMENTARES		<u>R\$ 1.288.085.268,21</u>
SOMA		R\$ 3.728.537.000,00
CRÉDITOS ESPECIAIS		<u>R\$ 48.300.657,13</u>
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA		R\$ 3.776.837.657,13

A seguir, o demonstrativo comparativo das Despesas Orçada, Autorizada e Realizada, por suas Categorias Econômicas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA ORÇADA		DESPESA AUTORIZADA		DESPESA REALIZADA	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
30000000	<u>2.252.241.362,00</u>	<u>59,85</u>	<u>3.134.542.031,09</u>	<u>82,99</u>	<u>2.847.398.051,70</u>	<u>89,50</u>
31000000	1.264.912.832,00	33,61	1.679.712.633,09	44,47	1.634.881.043,82	51,39
32000000	112.020.200,00	2,98	164.752.849,00	4,36	163.184.622,91	5,13
33000000	875.308.330,00	23,26	1.290.076.549,00	34,16	1.049.332.384,97	32,98
40000000	<u>752.798.638,00</u>	<u>20,00</u>	<u>626.045.863,58</u>	<u>16,58</u>	<u>334.178.846,90</u>	<u>10,50</u>
44000000	563.123.913,00	14,96	495.577.812,94	13,12	221.297.288,70	6,96
45000000	85.674.725,00	2,28	8.090.722,64	0,22	736.025,15	0,02
46000000	104.000.000,00	2,76	122.377.328,00	3,24	112.145.533,05	3,52
90000000	<u>758.160.000,00</u>	<u>20,15</u>	<u>16.249.762,46</u>	<u>0,43</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	3.763.200.000,00	100,00	3.776.837.657,13	100,00	3.181.576.898,60	100,00

A seguir, o demonstrativo Despesa Realizada, por seus Elementos:

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
30000000	<u>2.847.398.051,70</u>	<u>89,50</u>
31000000	<u>1.634.881.043,82</u>	<u>51,39</u>
31110000	<u>99.870.668,19</u>	<u>3,14</u>
31117900	99.870.668,19	3,14
31120000	<u>1.113.882,88</u>	<u>0,04</u>
31128500	1.113.882,88	0,04
31140000	<u>14.560.222,48</u>	<u>0,46</u>
31144400	<u>14.560.222,48</u>	<u>0,46</u>
31900000	<u>1.519.336.270,27</u>	<u>47,75</u>
31900100	<u>317.417.519,52</u>	<u>9,98</u>
31900200	<u>114.065.280,85</u>	<u>3,59</u>
31900300	<u>104.904.959,08</u>	<u>3,30</u>
31900301	101.097.285,47	3,18
31900302	3.807.673,61	0,12
31900400	<u>72.449,81</u>	<u>0,00</u>
31900500	<u>755,00</u>	<u>0,00</u>
31900800	<u>940.745,52</u>	<u>0,03</u>
31900900	<u>2.811.828,34</u>	<u>0,09</u>
31901100	<u>658.073.580,78</u>	<u>20,68</u>
31901200	<u>142.627.630,33</u>	<u>4,48</u>
31901300	<u>18.313.212,57</u>	<u>0,57</u>
31901301	1.870.739,00	0,06
31901302	16.348.318,83	0,51
31901303	71.223,69	0,00
31901399	22.931,05	0,00
31901600	<u>123.319.015,68</u>	<u>3,87</u>
31901700	<u>13.638.631,39</u>	<u>0,43</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
31909200	<u>23.150.661,40</u>	<u>0,73</u>
31909201	2.127.114,83	0,07
31909202	3.021.462,06	0,09
31909203	15.573.355,29	0,49
31909204	2.428.729,22	0,08
32000000	<u>163.184.622,91</u>	<u>5,13</u>
32110000	<u>653.830,08</u>	<u>0,02</u>
32118000	653.830,08	0,02
32900000	<u>162.530.792,83</u>	<u>5,11</u>
32902100	<u>148.801.377,47</u>	<u>4,68</u>
32902101	131.114.720,47	4,12
32902102	17.686.657,00	0,56
32902200	<u>13.729.415,36</u>	<u>0,43</u>
32902201	12.022.767,50	0,38
32902202	1.706.647,86	0,05
33000000	<u>1.049.332.384,97</u>	<u>32,98</u>
33110000	<u>59.267.155,36</u>	<u>1,86</u>
33118100	59.267.155,36	1,86
33120000	<u>88.693.541,52</u>	<u>2,79</u>
33128700	88.693.541,52	2,79
33140000	<u>18.078.822,90</u>	<u>0,57</u>
33144400	18.078.822,90	0,57
33400000	<u>612.903.758,90</u>	<u>19,26</u>
33406800	610.648.864,46	19,19
33406900	2.254.894,44	0,07
33500000	<u>25.498.146,55</u>	<u>0,80</u>
33504300	25.498.146,55	0,80
33900000	<u>244.890.959,74</u>	<u>7,70</u>
33900800	<u>1.876,14</u>	<u>0,00</u>
33901000	<u>7.000,00</u>	<u>0,00</u>
33901400	<u>6.071.821,40</u>	<u>0,19</u>
33901500	<u>8.113.294,88</u>	<u>0,26</u>
33901800	<u>13.495.258,76</u>	<u>0,42</u>
33901900	<u>129.851,37</u>	<u>0,00</u>
33903000	<u>42.379.115,55</u>	<u>1,33</u>
33903001	2.879.189,38	0,09
33903002	9.647.112,46	0,30
33903003	16.870.692,32	0,53
33903004	366.242,47	0,01
33903005	401.460,35	0,01
33903006	30.392,00	0,00
33903007	4.992.665,13	0,16
33903099	7.191.361,44	0,23
33903200	<u>1.646.804,51</u>	<u>0,05</u>
33903300	<u>3.640.927,60</u>	<u>0,11</u>
33903400	<u>3.325.050,63</u>	<u>0,10</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
33903401	201.717,60	0,01
33903402	3.123.333,03	0,10
33903500	<u>2.518.711,28</u>	<u>0,08</u>
33903600	<u>6.707.030,45</u>	<u>0,21</u>
33903900	<u>105.834.054,15</u>	<u>3,33</u>
33903901	4.750.112,97	0,15
33903902	325.178,09	0,01
33903903	1.461.244,18	0,05
33903904	36.969.755,00	1,16
33903905	7.445.121,43	0,23
33903906	4.871.504,91	0,15
33903907	288.479,78	0,01
33903908	6.479.580,40	0,20
33903909	3.788.060,00	0,12
33903999	39.455.017,39	1,24
33904000	<u>548.361,40</u>	<u>0,02</u>
33904100	<u>28,86</u>	<u>0,00</u>
33904700	<u>21.656.033,58</u>	<u>0,68</u>
33909100	<u>3.254.210,00</u>	<u>0,10</u>
33909200	<u>25.414.654,68</u>	<u>0,80</u>
33909201	11.765.164,59	0,37
33909205	500,76	0,00
33909299	13.648.989,33	0,43
33909300	<u>146.874,50</u>	<u>0,00</u>
40000000	<u>334.178.846,90</u>	<u>10,50</u>
44000000	<u>221.297.288,70</u>	<u>6,96</u>
44110000	<u>115.547.684,74</u>	<u>3,63</u>
44118200	115.547.684,74	3,63
44120000	<u>30.156.543,26</u>	<u>0,95</u>
44128800	30.156.543,26	0,95
44130000	<u>19.192.853,95</u>	<u>0,60</u>
44136500	19.192.853,95	0,60
44400000	<u>11.201.192,27</u>	<u>0,35</u>
44404200	115.250,17	0,00
44406900	11.085.942,10	0,35
44500000	<u>1.831.972,91</u>	<u>0,06</u>
44504200	1.831.972,91	0,06
44900000	<u>43.367.041,57</u>	<u>1,37</u>
44905100	<u>8.897.339,31</u>	<u>0,28</u>
44905200	<u>31.819.210,93</u>	<u>1,00</u>
44905201	1.821.470,03	0,06
44905202	6.854.458,30	0,21
44905203	9.102.031,36	0,29
44905204	113.806,17	0,00
44905205	540.490,99	0,02
44905206	3.600,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
44905207	516.886,53	0,02
44905208	10.650.088,73	0,33
44905209	1.499.749,26	0,05
44905299	716.629,56	0,02
44905300	<u>15.000,00</u>	<u>0,00</u>
44906100	<u>648.254,83</u>	<u>0,02</u>
44909200	<u>445.763,64</u>	<u>0,02</u>
44909900	<u>1.541.472,86</u>	<u>0,05</u>
45000000	<u>736.025,15</u>	<u>0,02</u>
45900000	<u>736.025,15</u>	<u>0,02</u>
45906100	622.195,15	0,02
45906200	75.000,00	0,00
45909300	38.830,00	0,00
46000000	<u>112.145.533,05</u>	<u>3,52</u>
46110000	<u>271.991,62</u>	<u>0,01</u>
46118400	271.991,62	0,01
46900000	<u>111.873.541,43</u>	<u>3,51</u>
46907100	<u>111.873.541,43</u>	<u>3,51</u>
46907101	96.770.860,96	3,04
46907102	15.102.680,47	0,47
90000000	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	3.181.576.898,60	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária dos Órgãos da Administração Direta compreende a realização de Receita Orçamentária pelo Tesouro Estadual e de Despesa Orçamentária pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Tribunal de Justiça de Goiás, Governadoria do Estado, Polícia Militar, Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado, Corpo de Bombeiros Militar, Diretoria Geral da Polícia Civil e Secretarias de Estado.

2.1 - RECEITA

A Receita do Tesouro Estadual estimada pelo Orçamento Geral do Estado para 2000, num total de R\$ 3.763.200.000,00, registrou, ao final do exercício, uma arrecadação da ordem de R\$ 3.236.715.406,22, significando que houve uma arrecadação a menor da ordem de R\$ 526.484.593,78, correspondente a um decréscimo percentual de 13,99%.

As Receitas Correntes, previstas em R\$ 3.464.315.055,00, registraram de arrecadação a importância de R\$ 3.075.288.690,35, significando um decréscimo de R\$ 389.026.364,65, correspondente ao percentual de 11,23%.

As Receitas de Capital, estimadas em R\$ 298.884.945,00, registraram em 2000 uma arrecadação de R\$ 161.426.715,87, demonstrando, portanto, que houve um decréscimo de R\$ 137.458.229,13, equivalente a um percentual de 45,99%.

A Receita Prevista comparada com a Arrecadada, por Categorias Econômicas, se demonstra com o quadro que se segue:

TÍTULOS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	%
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	2.424.093.150,00	2.249.009.348,99	(175.083.801,01)	(7,22)
Receita de Contribuição	69.000.000,00	23.069.559,84	(45.930.440,16)	(66,57)
Receita Patrimonial	8.004.000,00	22.720.793,56	14.716.793,56	183,87
Receita de Serviços	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Transf. Correntes	631.608.061,00	632.410.962,23	802.901,23	0,13
Outras Rec. Correntes	331.608.844,00	148.078.025,73	(183.530.818,27)	(55,35)
SOMA	3.464.315.055,00	3.075.288.690,35	(389.026.364,65)	(11,23)
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	91.000.000,00	69.468.502,00	(21.531.498,00)	(23,66)
Alienação de Bens	53.002.000,00	31.035.957,53	(21.966.042,47)	(41,44)
Transf. de Capital	104.882.945,00	60.834.214,07	(44.048.730,93)	(42,00)
Outras Rec. de Capital	50.000.000,00	88.042,27	(49.911.957,73)	(99,82)
SOMA	298.884.945,00	161.426.715,87	(137.458.229,13)	(45,99)
TOTAL	3.763.200.000,00	3.236.715.406,22	(526.484.593,78)	(13,99)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

assim: A participação relativa da Receita Arrecadada, por Títulos, se demonstra

RECEITAS CORRENTES	%	RECEITAS DE CAPITAL	%
Receita Tributária	69,48	Operações de Crédito	2,15
Receita de Contribuição	0,71	Alienação de Bens	0,96
Receita Patrimonial	0,70	Transf. de Capital	1,88
Receita de Serviços	0,00	Outras Rec. de Capital	<u>0,00</u>
Transf. Correntes	19,54		
Outras Rec. Correntes	<u>4,58</u>		
SOMA	95,01	SOMA	4,99

seguinte: Desta forma, por Categorias, a Receita Arrecadada, em números relativos é a

RECEITAS CORRENTES	%
	95,01
RECEITAS DE CAPITAL	
	<u>4,99</u>
	100,00

2.1.1 - RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes de 2000, com a importância de R\$ 3.075.288.690,35, contribuíram com 95,01% do total da arrecadação. Nesta categoria, a Receita Tributária com R\$ 2.249.009.348,99 é a mais expressiva fonte de Receita, participando com 69,48%.

A seguir, o quadro comparativo das Receitas Correntes Previstas com as Arrecadadas:

TÍTULOS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	%
RECEITA TRIBUTÁRIA				
Imp. s/Renda e Prov. de Qual. Nat. e Adic.	1.000,00	653,05	(346,95)	(34,70)
Imp. s/Prop. de Veículos Automotores	130.900.000,00	95.343.490,25	(35.556.509,75)	(27,16)
Imp. s/ Transm.C. Mortis				
Doação Bens e Direitos	8.308.000,00	7.739.048,77	(568.951,23)	(6,85)
Imp. s/Op. Rel. Circ. Merc.				
P. SER.T.I.I.Comunicação	2.275.283.150,00	2.142.345.282,66	(132.937.867,34)	(5,84)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

TÍTULOS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	%
Taxas Judiciárias	1.000,00	3.308,11	2.308,11	230,81
Taxas de Serv. Estaduais	<u>9.600.000,00</u>	<u>3.577.566,15</u>	<u>(6.022.433,85)</u>	(62,73)
SOMA	2.424.093.150,00	2.249.009.348,99	(175.083.801,01)	(7,22)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO				
Contr.p/Aposent. e Pensões	69.000.000,00	23.069.452,00	(45.930.548,00)	(66,57)
Contr.Previdenc. p/Assist.Social	<u>0,00</u>	<u>107,84</u>	<u>107,84</u>	0,00
SOMA	69.000.000,00	23.069.559,84	(45.930.440,16)	(66,57)
RECEITA PATRIMONIAL				
Aluguéis de Imóveis	1.000,00	11.768,06	10.768,06	1.076,81
Arrendamentos de Imóveis	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Outras Receitas Imobiliárias	2.000.000,00	3.705.711,24	1.705.711,24	0,00
Dividendos	1.000,00	77.738,34	76.738,34	7.673,83
Participações	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Juros de Dep. Bancários	<u>6.000.000,00</u>	<u>18.925.575,92</u>	<u>12.925.575,92</u>	215,43
SOMA	8.004.000,00	22.720.793,56	14.716.793,56	183,87
RECEITA DE SERVIÇOS				
Outros Serviços	<u>1.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>(1.000,00)</u>	(100,00)
SOMA	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
TRANSF. CORRENTES				
Outras Transferências	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Cota-Parte Fundo Part. dos Est. e Distrito Federal	434.000.000,00	407.481.739,22	(26.518.260,78)	(6,11)
Cota-Parte Fundo Especial	250.000,00	750.401,08	500.401,08	200,16
Transf. Imp. s/Renda Retido nas Fontes	101.400.000,00	90.382.815,54	(11.017.184,46)	(10,87)
Cota-Parte Imp. s/ Prod. Industrializados	9.600.000,00	8.244.106,88	(1.355.893,12)	(14,12)
Cota-Parte da Contrib. do Salário Educação	31.000.000,00	28.285.906,24	(2.714.093,76)	(8,76)
Cota-Parte do I.O.C. - Com. Ouro	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
C. do Fundo N.Des.E. - FNDE	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Cota-Parte ICMS Exportação	0,00	38.680.185,60	38.680.185,60	0,00
Doações de I. Priv. ao FECAD	20.000,00	14.234,05	(5.765,95)	(28,83)
Convênios c/ Órgãos Federais	53.235.061,00	56.291.188,88	3.056.127,88	5,74
Convênios c/ Outras Entidades	<u>2.100.000,00</u>	<u>2.280.384,74</u>	<u>180.384,74</u>	8,59
SOMA	631.608.061,00	632.410.962,23	802.901,23	0,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
Multas e Jur. Mora dos Tributos	46.500.000,00	40.329.398,49	(6.170.601,51)	(13,27)
Outras Multas de Origem N/Tributária	20.000,00	9.193,05	(10.806,95)	(54,03)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

TÍTULOS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	%
Comp. Financ. p/ Utiliz. de Recursos Hídricos	21.200.000,00	20.333.097,20	(866.902,80)	(4,09)
Comp. Financ. p/ Explor. de Recursos Minerais	2.000.000,00	1.112.891,68	(887.108,32)	(44,36)
Comp. Financ. Port. 15/97DNC/ Gov. Goiás	69.000.000,00	0,00	(69.000.000,00)	(100,00)
Outras Indenizações	10.000,00	6.327,87	(3.672,13)	(36,72)
Restit. do FUNDEF Lei Fed.942	40.000.000,00	0,00	(40.000.000,00)	(100,00)
Restituição de Financ. FOMENTAR	50.000.000,00	54.086.447,17	4.086.447,17	8,17
Restituições	9.000.000,00	9.585.323,91	585.323,91	6,50
Receita da Dívida Ativa Tributária	89.871.844,00	19.309.212,03	(70.562.631,97)	(78,51)
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	1.000,00	9.304,82	8.304,82	830,48
Honorários Advocatícios	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Receita Decorrente de Alienação de Bens	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Custas Processuais	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Rendas de Loterias	4.000.000,00	3.296.615,62	(703.384,38)	(17,58)
Atual. Monet. de Origem não Tributária	1.000,00	0,00	(1.000,00)	(100,00)
Receita Corrente Não Identif.	1.000,00	0,00	(1.000,00)	0,00
Outras Receitas Diversas	1.000,00	213,89	(786,11)	(78,61)
SOMA	331.608.844,00	148.078.025,73	(183.530.818,27)	(55,35)
TOTAL	3.464.315.055,00	3.075.288.690,35	(389.026.364,65)	(11,23)

Os Impostos e Taxas arrecadados no último quinquênio 1996/2000, tiveram a seguinte evolução:

ANOS	IMPOSTOS		TAXAS		TOTAL	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1996	1.458.031.070,29	100,00	23.594.173,69	100,00	1.481.625.243,98	100,00
1997	1.593.061.739,60	9,26	10.903.659,63	-53,79	1.603.965.399,23	8,26
1998	1.609.473.107,91	10,39	6.177.004,96	-73,82	1.615.650.112,87	9,05
1999	1.848.808.361,27	26,80	4.156.907,67	-82,38	1.852.965.268,94	25,06
2000	2.245.428.474,73	54,00	3.580.874,26	-84,82	2.249.009.348,99	51,79

A evolução do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços se comportou como segue



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ICM/ICMS

ANOS	R\$	ÍNDICES	% S/ANO ANTERIOR
1996	1.390.824.736,76	100,00	23,44
1997	1.511.441.240,72	8,67	8,67
1998	1.520.269.810,11	9,31	0,58
1999	1.759.086.844,64	26,48	15,71
2000	2.142.345.282,66	54,03	21,79

2.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

A arrecadação das Receitas de Capital, de 2000, registrou a importância de R\$ 161.426.715,87, significando uma participação de 4,99% sobre o total da arrecadação. Em relação à Receita Estimada registrou-se uma arrecadação a menor de R\$ 137.458.229,13, equivalente a um decréscimo percentual de 45,99%.

O quadro comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Arrecadadas se demonstra como segue:

TÍTULOS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	69.468.502,00	68.468.502,00	6.846,85
Operações de Crédito Externas	<u>90.000.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>(90.000.000,00)</u>	(100,00)
SOMA	91.000.000,00	69.468.502,00	(21.531.498,00)	(23,66)
ALIENAÇÃO DE BENS				
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	11.800,00	10.800,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	1.000,00	19.696,23	18.696,23	1.869,62
Alienação de Tít. e Val. Mobil.	<u>53.000.000,00</u>	<u>31.004.461,30</u>	<u>(21.995.538,70)</u>	(41,50)
SOMA	53.002.000,00	31.035.957,53	(21.966.042,47)	(41,44)
TRANSF. DE CAPITAL				
Transferências do DETRAN	60.000.000,00	59.144.912,00	(855.088,00)	(1,43)
Transferências da SANEAGO	0,00	247.400,00	247.400,00	0,00
Transferências de Outras Entid.	0,00	1.068.489,07	1.068.489,07	0,00
Convênios com Órgãos Federais	44.782.945,00	373.413,00	(44.409.532,00)	(99,17)
Convênios com Outras Entidades	<u>100.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>(100.000,00)</u>	(100,00)
SOMA	104.882.945,00	60.834.214,07	(44.048.730,93)	(42,00)
OUTRAS REC. DE CAPITAL				
Venda de Ações Empresas Estat.	50.000.000,00	0,00	(50.000.000,00)	(100,00)
Demais Receitas de Capital	<u>0,00</u>	<u>88.042,27</u>	<u>88.042,27</u>	0,00
SOMA	50.000.000,00	88.042,27	(49.911.957,73)	(99,82)
TOTAL	298.884.945,00	161.426.715,87	(137.458.229,13)	(45,99)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Das Receitas de Capital, a conta "Operações de Crédito", foi a fonte mais expressiva de Receita Arrecadada com R\$ 69.468.502,00, equivalente a 2,15%.

2.1.3 - COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA

As Receitas Arrecadadas em 2000 atingiram a importância de R\$ 3.236.715.406,22, superior em R\$ 12.237.684,12 às Receitas Arrecadadas em 1999 que foram de R\$ 3.224.477.722,10, o que significa que houve um acréscimo de 0,38% na arrecadação de 2000.

Como tem acontecido nos anos anteriores, a Receita Tributária novamente contribuiu com a maior parcela da Receita Arrecadada, registrando a importância de R\$ 2.249.009.348,99, equivalente a 69,48% do total da arrecadação.

O quadro que se segue demonstra o comparativo das Receitas Arrecadadas em 1999/00:

TÍTULOS	RECEITA ARRECADADA		DIFERENÇA	
	1999	2000	R\$	(+/-)%
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	1.852.965.268,94	2.249.009.348,99	396.044.080,05	21,37
Receita de Contribuição	26.215.849,56	23.069.559,84	(3.146.289,72)	(12,00)
Receita Patrimonial	6.663.087,12	22.720.793,56	16.057.706,44	240,99
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Correntes	472.714.317,21	632.410.962,23	159.696.645,02	33,78
Outras Rec. Correntes	150.754.972,78	148.078.025,73	(2.676.947,05)	(1,78)
SOMA	2.509.313.495,61	3.075.288.690,35	565.975.194,74	22,55
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	482.301.110,90	69.468.502,00	(412.832.608,90)	(85,60)
Alienação de Bens	147.566.742,36	31.035.957,53	(116.530.784,83)	(78,97)
Transf. de Capital	85.296.373,23	60.834.214,07	(24.462.159,16)	(28,68)
Outras Rec. de Capital	0,00	88.042,27	88.042,27	0,00
SOMA	715.164.226,49	161.426.715,87	(553.737.510,62)	(77,43)
TOTAL	3.224.477.722,10	3.236.715.406,22	12.237.684,12	0,38

2.1.4 - EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA

A evolução da Receita Arrecadada no quinquênio 1996/2000, com destaque da Receita Tributária, se apresenta da seguinte forma:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ANOS	RECEITA ARRECADADA			RECEITA TRIBUTÁRIA		
	R\$	ÍNDICE	%S/ANO ANTERIOR	R\$	ÍNDICE	%S/ANO ANTERIOR
1996	2.269.761.735,66	100,00	37,71	1.481.625.243,98	100,00	22,35
1997	3.208.986.683,38	41,38	41,38	1.603.965.399,23	8,26	8,26
1998	2.541.101.569,58	11,95	-20,81	1.615.650.112,87	9,05	0,73
1999	3.224.477.722,10	42,06	26,89	1.852.965.268,94	25,06	14,69
2000	3.236.715.406,22	42,60	0,38	2.249.009.348,99	51,79	21,37

2.2 - DESPESA

O Orçamento Geral do Estado fixou a Despesa do Tesouro Estadual, para 2000, em R\$ 3.763.200.000,00.

No decorrer da execução do Orçamento, as Despesas inicialmente fixadas não sofreram alterações em decorrência de Reduções, Suplementações Orçamentárias e de Créditos Especiais, resultando um total de Despesa Autorizada da importância de R\$ 3776837657,13.

Na execução do Orçamento da Despesa de 2000 apurou-se uma economia de gastos na importância de R\$ 595.260.758,53 resultante da diferença apurada entre a Despesa Autorizada e a Despesa Realizada, conforme se vê a seguir, no quadro demonstrativo por Créditos:

CRÉDITOS	DESPESA		DIFERENÇA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	(+/-) %
Orçament. e Suplem.	3.728.537.000,00	3.155.828.188,22	(572.708.811,78)	(15,36)
Créditos Especiais	<u>48.300.657,13</u>	<u>25.748.710,38</u>	<u>(22.551.946,75)</u>	(46,69)
TOTAL	3.776.837.657,13	3.181.576.898,60	(595.260.758,53)	(15,76)

A seguir, o quadro demonstrativo das Despesas Autorizadas, comparadas com as Realizadas, das unidades Administrativas dos Três Poderes:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ÓRGÃOS	AUTORIZADA		REALIZADA		DIFERENÇA	
	R\$	R\$	R\$	% S/O TOTAL	R\$	%
Assembléia Legislativa	64.360.046,02	62.209.082,68		1,96	2.150.963,34	3,34
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	50.150.654,87	48.576.490,46		1,53	1.574.164,41	3,14
Tribunal de Contas dos Municípios	25.629.175,67	25.188.289,65		0,79	440.886,02	1,72
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	155.847.132,44	155.784.441,08		4,90	62.691,36	0,04
Procuradoria Geral de Justiça	77.030.000,00	75.003.553,62		2,36	2.026.446,38	2,63
Governadoria do Estado de Goiás	197.087.449,75	145.820.550,51		4,58	51.266.899,24	26,01
Polícia Militar	230.555.221,71	226.378.191,07		7,12	4.177.030,64	1,81
Vice-Governadoria	649.250,00	574.250,56		0,02	74.999,44	11,55
Procuradoria Geral do Estado	24.746.000,00	21.178.058,65		0,67	3.567.941,35	14,42
Corpo de Bombeiros Militar	23.099.506,13	20.233.142,63		0,64	2.866.363,50	12,41
Diretoria Geral da Polícia Civil	96.897.438,00	94.775.931,18		2,98	2.121.506,82	2,19
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	37.043.335,00	16.284.804,41		0,51	20.758.530,59	56,04
Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho	138.147.617,00	87.175.583,27		2,74	50.972.033,73	36,90
Secretaria de Estado da Educação	623.262.295,13	559.391.378,55		17,58	63.870.916,58	10,25
Secretaria de Estado da Fazenda	1.188.212.726,79	1.173.459.197,33		36,88	14.753.529,46	1,24
Secretaria de Estado de Indústria e Comércio	15.752.931,64	2.917.092,71		0,09	12.835.838,93	81,48
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura	308.176.924,00	167.014.851,77		5,25	141.162.072,23	45,81
Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Habitação	68.470.789,90	9.830.760,42		0,31	58.640.029,48	85,64
Secretaria de Estado do Planej. e Desenvol. Regional	179.994.694,18	96.192.632,49		3,02	83.802.061,69	46,56
Secretaria de Estado da Saúde	233.517.374,90	163.397.863,48		5,14	70.119.511,42	30,03
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça	38.207.094,00	30.190.752,08		0,95	8.016.341,92	20,98
TOTAL	3.776.837.657,13	3.181.576.898,60		100,00	595.260.758,53	15,76



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Por Poderes, a Despesa Realizada em 2000 se distribui da seguinte forma:

	R\$	%
Poder Legislativo	135.973.862,79	4,27
Poder Judiciário	155.784.441,08	4,90
Ministério Público	75.003.553,62	2,36
Poder Executivo	<u>2.814.815.041,11</u>	<u>88,47</u>
	3.181.576.898,60	100,00

As Despesas Realizadas por Categorias Econômicas estão distribuídas conforme mostra o quadro seguinte:

CATEGORIAS ECONÔMICAS	R\$	%
DESPESAS CORRENTES		
Pessoal e Encargos Sociais	1.634.881.043,82	51,39
Juros e Encargos da Dívida Pública	163.184.622,91	5,13
Outras Despesas Correntes	<u>1.049.332.384,97</u>	<u>32,98</u>
SOMA	2.847.398.051,70	89,50
DESPESAS DE CAPITAL		
Investimentos	221.297.288,70	6,96
Inversões Financeiras	736.025,15	0,02
Amortização da Dívida Pública	<u>112.145.533,05</u>	<u>3,52</u>
SOMA	334.178.846,90	10,50
TOTAL	3.181.576.898,60	100,00

2.2.1 - DESPESAS CORRENTES

O montante das Despesas Correntes Realizadas em 2000 foi de R\$ 2.847.398.051,70, correspondendo a 89,50% do total da Despesa Empenhada. Em relação ao ano anterior, que registrou a quantia de R\$ 2.451.016.312,30, equivalente a 73,60% do total empenhado, o acréscimo verificado foi de R\$ 396.381.739,40, correspondente a 16,17%.

2.2.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais Empenhadas em 2000 atingiram o montante de R\$ 1.634.881.043,82, significando 51,39% de toda a Despesa Realizada e 57,42% das Despesas Correntes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

As Despesas de Pessoal e Encargos Realizadas por Elementos se demonstram da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Transferências Intragovernamentais a Autarquias e Fundações	99.870.668,19	6,11
Transferências Intragovernamentais a Fundos Especiais	1.113.882,88	0,07
Transferências Intrag. a Empresas Com. ou Financ.	14.560.222,48	0,89
Aposentadorias e Reformas	317.417.519,52	19,42
Aposentadorias do Magistério	114.065.280,85	6,98
Pensões	104.904.959,08	6,42
Contratação por Tempo Determinado-Pessoal Civil	72.449,81	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	755,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	940.745,52	0,06
Salário-Família	2.811.828,34	0,17
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	658.073.580,78	40,25
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	142.627.630,33	8,72
Obrigações Patronais	18.313.212,57	1,12
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	123.319.015,68	7,54
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	13.638.631,39	0,83
Despesas de Exercícios Anteriores	<u>23.150.661,40</u>	<u>1,42</u>
TOTAL	1.634.881.043,82	100,00

2.2.1.2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA

O montante empenhado em Juros e Encargos da Dívida Pública em 2000 atingiu a importância de R\$ 163.184.622,91, cuja participação relativa sobre o total da Despesa Empenhada foi de 5,13%.

Os Juros e Encargos da Dívida Pública Realizados em 2000, detalhados em seus Elementos se demonstram como segue:

ELEMENTOS	R\$	%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA		
Transferências Intragovernamentais a Autarquias e Fundações	653.830,08	0,40
Juros sobre a Dívida por Contrato	148.801.377,47	91,19
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	<u>13.729.415,36</u>	<u>8,41</u>
TOTAL	163.184.622,91	100,00

2.2.1.3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

O montante empenhado em Outras Despesas Correntes em 2000 atingiu a importância de R\$ 1.049.332.384,97, cuja participação relativa sobre o total da Despesa Empenhada foi de 32,98%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

As Outras Despesas Correntes Realizadas em 2000, detalhadas em seus Elementos se demonstram como segue:

ELEMENTOS	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Transferências Intragovernamentais a Autarquias e Fundações	59.267.155,36	5,65
Transferências Intragovernamentais a Fundos Especiais	88.693.541,52	8,45
Sub. Intragovernamentais a Empresas Comerciais ou Financeiras	18.078.822,90	1,72
Transferências a Municípios	612.903.758,90	58,41
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	25.498.146,55	2,43
Outros Benefícios Assistenciais	1.876,14	0,00
Outros Benefícios de Natureza Social	7.000,00	0,00
Diárias, Ressarcimentos e Ajuda de Custo - Pessoal Civil	6.071.821,40	0,58
Diárias, Ressarcimentos e Ajuda de Custo - Pessoal Militar	8.113.294,88	0,77
Auxílio Financeiro a Estudantes	13.495.258,76	1,29
Auxílio-Fardamento	129.851,37	0,01
Material de Consumo	42.379.115,55	4,04
Material de Distribuição Gratuita	1.646.804,51	0,16
Passagens e Despesas com Locação	3.640.927,60	0,35
Serviços de Comunicação	3.325.050,63	0,32
Serviços de Consultoria	2.518.711,28	0,24
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.707.030,45	0,64
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica	105.834.054,15	10,09
Auxílio para Programa de Fomento à Produção	548.361,40	0,05
Contribuições	28,86	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	21.656.033,58	2,06
Sentenças Judiciárias	3.254.210,00	0,31
Despesas de Exercícios Anteriores	25.414.654,68	2,42
Indenizações e Restituições	146.874,50	0,01
TOTAL	1.049.332.384,97	100,00

2.2.2 - DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital Realizadas em 2000 foram de R\$ 334.178.846,90, contribuindo com uma participação relativa de 10,50% sobre o total da Despesa Empenhada. Em relação ao ano anterior, cujas Despesas de Capital Realizadas atingiram a importância de R\$ 879.059.818,00, o decréscimo verificado foi de R\$ 544.880.971,10, correspondente a 61,98%.

2.2.2.1 - INVESTIMENTOS

As Despesas Realizadas com Investimentos, em 2000, atingiram a importância de R\$ 221.297.288,70, correspondente a 6,96% do total da Despesa Empenhada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

As Despesas Realizadas com Investimentos, desdobradas em seus Elementos, se apresentaram da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
INVESTIMENTOS		
Transferências Intragovernamentais a Autarquias e Fundações	115.547.684,74	52,21
Transferências Intragovernamentais a Fundos Especiais	30.156.543,26	13,63
Transferências Intragovernamentais a Empresas Ind. ou Agrícolas	19.192.853,95	8,67
Transferências a Municípios	11.201.192,27	5,06
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.831.972,91	0,83
Obras e Instalações	8.897.339,31	4,02
Equipamentos e Material Permanente	31.819.210,93	14,38
Integralização de Fundos Rotativos	15.000,00	0,01
Aquisição de Imóveis	648.254,83	0,29
Despesas de Exercício Anteriores	445.763,64	0,20
Investimentos em Regime de Execução Especial	<u>1.541.472,86</u>	<u>0,70</u>
TOTAL	221.297.288,70	100,00

2.2.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS

As Despesas Realizadas com Inversões Financeiras em 2000 atingiram a importância de R\$ 736.025,15, correspondente a 0,02% do total das Despesas Empenhadas.

As Despesas Realizadas com Inversões Financeiras, desdobradas em seus Elementos se apresentaram da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
INVERSÕES FINANCEIRAS		
Aquisição de Imóveis	622.195,15	84,53
Aquisição de Bens para Revenda	75.000,00	10,19
Indenizações e Restituições	<u>38.830,00</u>	<u>5,28</u>
TOTAL	736.025,15	100,00

2.2.2.3 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

As Despesas Realizadas com Amortização da Dívida Pública atingiram a importância de R\$ 112.145.533,05, correspondente a 3,52% do total das Despesas Empenhadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Por Elementos, a Amortização da Dívida Pública expressou seus gastos em 2000, da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA		
Transferências Intragovernamentais a Autarquias e Fundações	271.991,62	0,24
Principal da Dívida por Contrato - Interna	96.770.860,96	86,29
Principal da Dívida por Contrato - Externa	<u>15.102.680,47</u>	<u>13,47</u>
TOTAL	112.145.533,05	100,00

2.2.3 - DESPESAS REALIZADAS POR ÓRGÃOS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

A seguir, o quadro das Despesas por Órgãos Segundo as Categorias Econômicas:

ÓRGÃOS	DESPESAS		TOTAL	
	CORRENTES	CAPITAL	R\$	%
Assembléia Legislativa	61.825.517,75	383.564,93	62.209.082,68	1,95
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	48.199.874,71	376.615,75	48.576.490,46	1,53
Tribunal de Contas dos Municípios	25.100.290,18	87.999,47	25.188.289,65	0,79
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	155.784.441,08	0,00	155.784.441,08	4,90
Procuradoria Geral de Justiça	73.235.484,03	1.768.069,59	75.003.553,62	2,36
Governadoria do Estado de Goiás	116.149.626,19	29.670.924,32	145.820.550,51	4,58
Polícia Militar	224.536.275,07	1.841.916,00	226.378.191,07	7,11
Vice-Governadoria	574.250,56	0,00	574.250,56	0,02
Procuradoria Geral do Estado	21.086.948,85	91.109,80	21.178.058,65	0,67
Corpo de Bombeiros Militar	19.138.599,13	1.094.543,50	20.233.142,63	0,64
Diretoria Geral da Polícia Civil	92.525.863,18	2.250.068,00	94.775.931,18	2,98
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15.266.122,41	1.018.682,00	16.284.804,41	0,51
Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho	86.298.045,12	877.538,15	87.175.583,27	2,74
Secretaria de Estado da Educação	538.640.600,45	20.750.778,10	559.391.378,55	17,58
Secretaria de Estado da Fazenda	1.051.783.884,32	121.675.313,01	1.173.459.197,33	36,88
Secretaria de Estado de Indústria e Comércio	2.917.092,71	0,00	2.917.092,71	0,09
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura	56.238.150,32	110.776.701,45	167.014.851,77	5,25
Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Habitação	7.502.769,06	2.327.991,36	9.830.760,42	0,31
Secretaria de Estado do Planej. e Desenvol. Regional	61.127.485,07	35.065.147,42	96.192.632,49	3,02
Secretaria de Estado da Saúde	162.612.320,71	785.542,77	163.397.863,48	5,14
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça	<u>26.854.410,80</u>	<u>3.336.341,28</u>	<u>30.190.752,08</u>	<u>0,95</u>
TOTAL	2.847.398.051,70	334.178.846,90	3.181.576.898,60	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.4 - EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA

A Despesa Realizada no quinquênio 1996/00 evoluiu da seguinte forma:

ANOS	CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1996	1.851.525.591,82	19,99	527.841.813,47	97,78	2.379.367.405,29	31,46
1997	2.021.050.322,94	9,16	666.593.417,42	26,29	2.687.643.740,36	12,96
1998	2.199.426.076,08	8,83	1.168.701.229,30	75,32	3.368.127.305,38	25,32
1999	2.451.016.312,30	11,44	879.059.818,00	-24,78	3.330.076.130,30	-1,13
2000	2.847.398.051,70	16,17	334.178.846,90	-61,98	3.181.576.898,60	-4,46

A Despesa Realizada em 2000 da ordem de R\$ 3.181.576.898,60, obteve um acréscimo, em relação a 1996, da importância de R\$ 802.209.493,31, correspondente a 33,72%. Neste período os gastos com as Despesas Correntes cresceram 53,79% e com as Despesas de Capital decresceram 36,69%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Elaborado de acordo com o artigo 102 e Anexo 12 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, consiste em demonstrar o confronto da Receita Prevista com a Arrecadada e da Despesa Autorizada com a Realizada bem como o Resultado da EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

A Receita Prevista em confronto com a Arrecadada e a Despesa Autorizada confrontada com a Realizada bem como o Resultado da Execução Orçamentária, em resumo se evidencia como a seguir:

TÍTULOS	R\$	DIFERENÇA	
		PARCIAL	TOTAL
RECEITA			
RECEITAS CORRENTES			
Prevista	3.464.315.055,00		
Arrecadada	<u>3.075.288.690,35</u>	(389.026.364,65)	
RECEITAS DE CAPITAL			
Prevista	298.884.945,00		
Arrecadada	<u>161.426.715,87</u>	(137.458.229,13)	(526.484.593,78)
DESPESA			
DESPESAS CORRENTES			
Autorizada	3.134.542.031,09		
Realizada	<u>2.847.398.051,70</u>	287.143.979,39	
DESPESAS DE CAPITAL			
Autorizada	626.045.863,58		
Realizada	<u>334.178.846,90</u>	291.867.016,68	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Autorizada	16.249.762,46		
Realizada	<u>0,00</u>	<u>16.249.762,46</u>	<u>595.260.758,53</u>
DIFERENÇA			68.776.164,75

Entre as Receitas Previstas e Arrecadadas e as Despesas Autorizadas, conforme o quadro demonstrativo, apurou-se uma diferença positiva que se expressa em termos absolutos com a importância de R\$ 68.776.164,75.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3.2 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO

O Resultado da Execução Orçamentária em 2000 registrou um superávit de R\$ 55.138.507,62, apurado no confronto da Receita Arrecadada com a Despesa Realizada, e é demonstrado a seguir:

Superávit da Execução Orçamentária	68.776.164,75
Déficit Presumível	<u>(13.637.657,13)</u>
SUPERÁVIT	55.138.507,62

O Déficit Presumível da importância de R\$ 13.637.657,13, foi obtido do confronto entre a Receita Prevista e a Despesa Autorizada conforme a seguir:

RECEITA PREVISTA		
Receitas Correntes	3.464.315.055,00	
Receitas de Capital	<u>298.884.945,00</u>	3.763.200.000,00
DESPESA AUTORIZADA		
Despesas Correntes	3.134.542.031,09	
Despesas de Capital	626.045.863,58	
Reserva de Contingência	<u>16.249.762,46</u>	<u>3.776.837.657,13</u>
DÉFICIT PRESUMÍVEL		(13.637.657,13)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4 - BALANÇO FINANCEIRO

Elaborado de conformidade com o artigo 103 e Anexo 13 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, evidencia a "Receita e Despesa Orçamentária, bem como os Recebimentos e Pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, conjugados como saldos em Espécie provindos do Exercício Anterior e os que se transferem para o Exercício Seguinte".

O demonstrativo a seguir mostra o fluxo das entradas e saídas de numerários do Tesouro Estadual, bem como a Inscrição de Resíduos Passivos em contrapartida com a Despesa Orçamentária que figura com um montante de Despesa Empenhada (paga e a pagar) conjugadas com as Disponibilidades do Exercício Anterior e com as que passam para o Exercício Seguinte.

4.1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Este grupo de contas compreende os Ingressos da Receita Orçamentária que é demonstrada em números absolutos e relativos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES		
Receita Tributária	2.249.009.348,99	69,48
Receita de Contribuição	23.069.559,84	0,71
Receita Patrimonial	22.720.793,56	0,70
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transf. Correntes	632.410.962,23	19,54
Outras Rec. Correntes	<u>148.078.025,73</u>	<u>4,58</u>
SOMA	3.075.288.690,35	95,01
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	69.468.502,00	2,15
Alienação de Bens	31.035.957,53	0,96
Transf. de Capital	60.834.214,07	1,88
Outras Receitas de Capital	<u>88.042,27</u>	<u>0,00</u>
SOMA	<u>161.426.715,87</u>	<u>4,99</u>
TOTAL	3.236.715.406,22	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.2 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

A Receita Extra-Orçamentária, representativa dos Ingressos Financeiros processados Independentes da Execução Orçamentária, está representada em números absolutos e relativos, como se vê a seguir:

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$	%
Restos a Pagar	209.609.694,99	14,35
Despesa de Pessoal a Pagar	103.939.158,04	7,12
Consignações	50.002.141,91	3,42
Depósitos de Caução em Dinheiro	111.860,73	0,01
Depósitos de Outras Origens	339.276,74	0,02
Créditos de Agentes Arrecadadores	5.550,81	0,00
Entidades Estatais Credoras	1.178.126,83	0,08
Outros Credores	123.915.203,71	8,48
Recursos a Receber	876.847,75	0,06
Outros Devedores	99.166.490,54	6,79
Responsáveis por Suprimentos de Fundos	19.609.528,47	1,34
Despesas a Regularizar	848.576.959,08	58,09
Receita de Convênios	3.369.102,83	0,23
Recebimentos a Classificar	<u>63.483,50</u>	<u>0,01</u>
TOTAL	1.460.763.425,93	100,00

4.3 - SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As Disponibilidades oriundas do Exercício Anterior se constituíram da seguinte forma:

DISPONÍVEL + APLICAÇÃO + VINC. EM C/C BANCÁRIA	R\$	%
DISPONÍVEL		
Agentes Arrecadadores	13.441.798,88	9,12
Bancos C/Movimento	<u>32.381.655,00</u>	<u>21,96</u>
SOMA	45.823.453,88	31,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
De Curto e Médio Prazos	<u>61.151.855,76</u>	<u>41,47</u>
SOMA	61.151.855,76	41,47



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DISPONÍVEL + APLICAÇÃO + VINC. EM C/C BANCÁRIA	R\$	%
VINCULADO C/C BANCÁRIA		
Bancos Conta Caução	59.022,43	0,04
Bancos C/Fundos e/ou Programas Especiais	<u>40.411.845,33</u>	<u>27,41</u>
SOMA	<u>40.470.867,76</u>	<u>27,45</u>
TOTAL	147.446.177,40	100,00

4.4 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Orçamentária compreende o grupo de contas que registra as Despesas Realizadas por Títulos das Funções, cuja demonstração segue em números absolutos e relativos:

FUNÇÕES	R\$	%
01. Legislativa	86.038.978,23	2,70
02. Judiciária	103.936.175,04	3,27
03. Essencial à Justiça	42.194.456,97	1,33
04. Administração	333.768.906,97	10,49
06. Segurança Pública	268.852.220,15	8,45
08. Assistência Social	50.899.073,50	1,60
09. Previdência Social	400.639.953,44	12,59
10. Saúde	163.397.088,48	5,14
11. Trabalho	14.052.252,51	0,44
12. Educação	585.471.784,83	18,40
13. Cultura	6.133.468,73	0,19
14. Direitos da Cidadania	26.878.146,69	0,85
16. Habitação	1.547.726,48	0,05
17. Saneamento	899.424,88	0,03
18. Gestão Ambiental	7.378.136,87	0,23
20. Agricultura	15.642.972,73	0,49
23. Comércio e Serviços	2.512.106,28	0,08
25. Energia	460.608,34	0,01
26. Transporte	160.180.727,99	5,03
27. Desporto e Lazer	4.648.404,38	0,15
28. Encargos Especiais	<u>906.044.285,11</u>	<u>28,48</u>
TOTAL	3.181.576.898,60	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.5 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Extra-Orçamentária representativa dos Egressos Financeiros verificados no exercício e Independentes da Execução Orçamentária, tiveram o seguinte comportamento:

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$	%
Restos a Pagar	221.535.727,96	15,11
Despesa de Pessoal a Pagar	91.124.179,23	6,21
Consignações	32.726.099,79	2,23
Depósitos de Caução em Dinheiro	110.982,94	0,01
Empréstimos por Antecipação de Receita	2.683.210,36	0,18
Outros Credores	128.066.444,93	8,73
Outros Devedores	112.798.141,04	7,69
Responsáveis por Suprimentos de Fundos	19.609.528,47	1,34
Despesas a Regularizar	854.450.636,76	58,27
Despesa de Convênios	<u>3.369.102,83</u>	<u>0,23</u>
TOTAL	1.466.474.054,31	100,00

4.6 - SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

As Disponibilidades que passam para o Exercício Seguinte se demonstram assim:

DISPONÍVEL + APLICAÇÃO + VINC. EM C/C BANCÁRIA	R\$	%
DISPONÍVEL		
Agentes Arrecadadores	10.095.832,05	5,13
Bancos C/Movimento	<u>87.208.305,01</u>	<u>44,30</u>
SOMA	97.304.137,06	49,42
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
De Curto e Médio Prazos	<u>4.522.181,87</u>	<u>2,30</u>
SOMA	4.522.181,87	2,30
VINCULADO C/C BANCÁRIA		
Bancos Conta Caução	62.355,85	0,03
Bancos C/Fundos e/ou Programas Especiais	<u>94.985.381,86</u>	<u>48,25</u>
SOMA	95.047.737,71	48,28
TOTAL	196.874.056,64	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

A seguir, a demonstração da movimentação financeira da Receita Orçamentária e Extra-Orçamentária efetivamente recebida e da Despesa Orçamentária e Extra-Orçamentária efetivamente paga:

1) SALDO AO INICIAR-SE O EXERCÍCIO DE 2000	<u>147.446.177,40</u>
2) RECEITA ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE ARRECADADA	<u>3.236.715.406,22</u>
Receita Orçamentária	3.236.715.406,22
3) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE PAGA	<u>2.818.025.903,66</u>
Despesa Orçamentária	3.181.576.898,60
Restos a Pagar	(209.609.694,99)
Despesa de Pessoal a Pagar	(103.939.158,04)
Consignações	(50.002.141,91)
4) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (2-3)	<u>418.689.502,56</u>
5) RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE ARRECADADA	<u>1.097.212.430,99</u>
Receita Extra-Orçamentária	1.460.763.425,93
Restos a Pagar	(209.609.694,99)
Despesa de Pessoal a Pagar	(103.939.158,04)
Consignações	(50.002.141,91)
6) DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE PAGA	<u>1.466.474.054,31</u>
Despesa Extra-Orçamentária	1.466.474.054,31
7) RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO (5-6)	<u>(369.261.623,32)</u>
8) SALDO AO ENCERRAR-SE O EXERCÍCIO DE 2000 (1+4+7)	<u>196.874.056,64</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial foi elaborado conforme o artigo 105 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e consiste em demonstrar os valores **Ativos e Passivos** nos aspectos qualitativo e quantitativo segundo os elementos selecionados por grupo constantes do Balanço do Exercício de 2000.

O Balanço Patrimonial do Estado mostra os grupos do Ativo e do Passivo, bem como o Saldo Patrimonial, que é a diferença apresentada entre os dois grupos, chamado também de Situação Líquida.

Encerrado ao final do exercício, levou em conta as mutações decorrentes das Execuções Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do ano.

Em análise as contas patrimoniais configuradas no contexto do Balanço do Exercício de 2000:

TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2000		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
ATIVO			
ATIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL			
Agentes Arrecadadores	13.441.798,88	10.095.832,05	(3.345.966,83)
Bancos C/Movimento	<u>32.381.655,00</u>	<u>87.208.305,01</u>	<u>54.826.650,01</u>
SOMA	45.823.453,88	97.304.137,06	51.480.683,18
APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
De Curto e Médio Prazos	<u>61.151.855,76</u>	<u>4.522.181,87</u>	<u>(56.629.673,89)</u>
SOMA	61.151.855,76	4.522.181,87	(56.629.673,89)
VINCULADO C/C BANCÁRIA			
Bc. C/Fundos e/ou Prog. Especiais	40.411.845,33	94.985.381,86	54.573.536,53
Bancos C/Caução	<u>59.022,43</u>	<u>62.355,85</u>	<u>3.333,42</u>
SOMA	40.470.867,76	95.047.737,71	54.576.869,95
REALIZÁVEL			
Recursos a Receber	3.170.558,37	601.520,97	(2.569.037,40)
Déb. Agentes Arrecadadores	130,42	130,42	0,00
Entidades Estatais Devedoras	4.000.179,49	10.528.084,20	6.527.904,71
Outros Devedores	<u>2.981.709,47</u>	<u>14.740.727,15</u>	<u>11.759.017,68</u>
SOMA	10.152.577,75	25.870.462,74	15.717.884,99
DESEMBOLSOS A APROPRIAR			
Despesas a Regularizar	<u>3.683.421,94</u>	<u>10.190.562,86</u>	<u>6.507.140,92</u>
SOMA	3.683.421,94	10.190.562,86	6.507.140,92
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	161.282.177,09	232.935.082,24	71.652.905,15



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2000		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
ATIVO PERMANENTE			
Bens Móveis	218.533.430,44	252.619.347,37	34.085.916,93
Bens Imóveis	198.054.776,90	214.625.491,08	16.570.714,18
Bens de Natureza Industrial	1.421.894,23	1.935.450,63	513.556,40
Dívida Ativa	4.150.587.613,88	5.633.388.654,18	1.482.801.040,30
Outros Créditos	369,07	369,07	0,00
Part. Capital de Empresas	2.191.494.492,13	2.811.848.124,24	620.353.632,11
Provisão P/Integr. de Cap. de Empr.	511.759.167,11	516.276.766,85	4.517.599,74
Fundos Rotativos	728.139,65	650.496,95	(77.642,70)
Fundos Especiais	702.629.809,29	988.557.938,84	285.928.129,55
Almoxarifado	<u>17.002.010,84</u>	<u>4.244.839,60</u>	<u>(12.757.171,24)</u>
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	7.992.211.703,54	10.424.147.478,81	2.431.935.775,27
ATIVO TRANSITÓRIO			
Bens Móveis	25.799.537,74	29.734.621,12	3.935.083,38
Bens Imóveis	8.466.154,41	6.668.563,82	(1.797.590,59)
Bens de Natureza Industrial	2.713.119,80	2.306.613,66	(406.506,14)
Materiais de Cons. e/ou Transform.	<u>14.893.784,23</u>	<u>13.751.706,01</u>	<u>(1.142.078,22)</u>
TOTAL DO ATIVO TRANSITÓRIO	<u>51.872.596,18</u>	<u>52.461.504,61</u>	<u>588.908,43</u>
TOTAL DO ATIVO REAL	8.205.366.476,81	10.709.544.065,66	2.504.177.588,85
PASSIVO			
PASSIVO FINANCEIRO			
DÍVIDA FLUTUANTE			
Restos a Pagar	436.420.164,42	380.952.436,43	(55.467.727,99)
Despesa de Pessoal a Pagar	94.276.340,41	105.338.107,65	11.061.767,24
Consignações	41.526.688,73	57.706.771,80	16.180.083,07
Dep. de Caução em Dinheiro	59.022,43	59.900,22	877,79
Depósitos de Outras Origens	636.959,82	976.236,56	339.276,74
Créditos de Agentes Arrecadadores	1.218.553,92	1.224.104,73	5.550,81
Entidades Estatais Credoras	0,00	1.178.126,83	1.178.126,83
Outros Credores	<u>18.143.841,52</u>	<u>13.801.826,65</u>	<u>(4.342.014,87)</u>
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE	592.281.571,25	561.237.510,87	(31.044.060,38)
RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR			
Outros Recebimentos	<u>0,00</u>	<u>63.483,50</u>	<u>63.483,50</u>
TOTAL DE RECEB. A CLASSIFICAR	<u>0,00</u>	<u>63.483,50</u>	<u>63.483,50</u>
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	592.281.571,25	561.300.994,37	(30.980.576,88)
PASSIVO PERMANENTE			
DÍVIDA FUNDADA			
Interna	6.772.755.070,00	7.688.708.393,00	915.953.323,00
Externa	<u>50.982.473,00</u>	<u>76.918.040,00</u>	<u>25.935.567,00</u>
TOTAL PASSIVO PERMANENTE	<u>6.823.737.543,00</u>	<u>7.765.626.433,00</u>	<u>941.888.890,00</u>
TOTAL DO PASSIVO REAL	7.416.019.114,25	8.326.927.427,37	910.908.313,12
SALDO PATRIMONIAL	789.347.362,56	2.382.616.638,29	1.593.269.275,73
TOTAL	8.205.366.476,81	10.709.544.065,66	2.504.177.588,85



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5.1 - RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O Resultado Financeiro de 2000 apresentou um superávit de R\$ 102.633.482,03, que se demonstra da seguinte forma:

1) DISPONIBILIDADES	
Situação Final	196.874.056,64
Situação Inicial	<u>(147.446.177,40)</u>
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	49.427.879,24
2) REALIZÁVEL	
Inscrição de Créditos	112.798.141,04
Recebimento de Créditos	<u>(100.043.338,29)</u>
	12.754.802,75
Variações Ativas (+)	7.171.409,83
Variações Passivas (-)	<u>(4.208.327,59)</u>
AUMENTO DE CRÉDITOS	15.717.884,99
3) DESEMBOLSOS A APROPRIAR	
Inscrição de Créditos	874.060.165,23
Apropriação de Créditos	<u>(868.186.487,55)</u>
	5.873.677,68
Variações Ativas (+)	4.110.821,20
Variações Passivas (-)	<u>(3.477.357,96)</u>
AUMENTO DE DESEMBOLSOS A APROPRIAR	6.507.140,92
4) DÍVIDA FLUTUANTE	
Inscrição de Dívidas	(489.101.013,76)
Pagamento de Dívidas	<u>476.246.645,21</u>
	<u>(12.854.368,55)</u>
Variações Ativas (+)	46.581.639,29
Variações Passivas (-)	<u>(2.683.210,36)</u>
DIMINUIÇÃO DE DÍVIDAS	31.044.060,38
5) RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	
Inscrição	(63.483,50)
Pagamento	<u>0,00</u>
AUMENTO DE RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	(63.483,50)

O Superávit Financeiro apurado no exercício de 2000, resumido se apresenta assim:

Aumento das Disponibilidades	49.427.879,24
Aumento de Créditos	15.717.884,99
Aumento de Despesas a Regularizar	6.507.140,92
Diminuição de Dívidas	31.044.060,38
Aumento de Recebimentos a Classificar	<u>(63.483,50)</u>
SUPERÁVIT	102.633.482,03



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5.2 - RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado das Variações Patrimoniais, do exercício de 2000, apresentou um superávit patrimonial de R\$ 1.490.635.793,70, como é demonstrado a seguir:

VARIAÇÕES POSITIVAS

NO ATIVO PERMANENTE

Bens Móveis	34.085.916,93	
Bens Imóveis	16.570.714,18	
Bens de Natureza Industrial	513.556,40	
Dívida Ativa	1.482.801.040,30	
Part. Capital de Empresas	620.353.632,11	
Provisão P/Integr. de Capital de Empr.	4.517.599,74	
Fundos Especiais	<u>285.928.129,55</u>	2.444.770.589,21

NO ATIVO TRANSITÓRIO

Bens Móveis		<u>3.935.083,38</u>
-------------	--	---------------------

TOTAL DAS VARIAÇÕES POSITIVAS

2.448.705.672,59

VARIAÇÕES NEGATIVAS

NO ATIVO PERMANENTE

Fundos Rotativos	(77.642,70)	
Almoxarifado	<u>(12.757.171,24)</u>	(12.834.813,94)

NO ATIVO TRANSITÓRIO

Bens Imóveis	(1.797.590,59)	
Bens de Natureza Industrial	(406.506,14)	
Materiais de Cons. e/ou Transformação	<u>(1.142.078,22)</u>	(3.346.174,95)

NO PASSIVO PERMANENTE

Dívida Fundada Interna	(915.953.323,00)	
Dívida Fundada Externa	<u>(25.935.567,00)</u>	<u>(941.888.890,00)</u>

TOTAL DAS VARIAÇÕES NEGATIVAS

(958.069.878,89)

SUPERÁVIT PATRIMONIAL

1.490.635.793,70



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5.3 - SALDO PATRIMONIAL

O Saldo Patrimonial de 2000 se apresentou da seguinte forma:

PATRIMÔNIO FINANCEIRO

Saldo de 1999	(430.999.394,16)	
Superávit do Exercício de 2000	102.633.482,03	(328.365.912,13)

PATRIMÔNIO PERMANENTE

Saldo de 1999	1.168.474.160,54	
Superávit do Exercício de 2000	1.490.046.885,27	2.658.521.045,81

PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO

Saldo de 1999	51.872.596,18	
Superávit do Exercício de 2000	588.908,43	52.461.504,61

SALDO PATRIMONIAL (ATIVO REAL LÍQUIDO) 2.382.616.638,29

A conta "Participação no Capital de Empresas", do sub-grupo valores do Ativo Permanente, que registra a Participação do Estado no Capital das Empresas Econômicas de 2000, consignou a importância de R\$ 2.811.848.124,24 representando um acréscimo em relação ao ano anterior da ordem de R\$ 620.353.632,11, correspondente a 28,31%.

A participação quantitativa do Estado em cada empresa, em 2000, comparada aos valores do ano anterior, apresentou-se da seguinte forma:

ESPECIFICAÇÕES	1999	2000	VARIAÇÕES
EMPRESAS ECONÔMICAS			
AGÊNCIA DE FOMENTO	0,00	69.979.982,00	69.979.982,00
AGEHAB	1.256.566,00	1.256.561,00	(5,00)
BD - GOIÁS	16.960.675,44	16.960.675,44	0,00
CASEGO	82.346.820,00	82.346.820,00	0,00
CEASA	26.715.662,32	26.715.662,32	0,00
CELG	76.359.709,00	585.115.857,18	508.756.148,18
CESP	2.070,27	2.070,27	0,00
CRISA	69.749.871,00	69.749.871,00	0,00
CTBC	4.470,52	4.470,52	0,00
GOIASINDUSTRIAL	37.607.732,67	37.607.732,67	0,00
GOIASINVEST	299.990.000,00	300.643.571,22	653.571,22
METAGO	54.626.547,73	54.626.547,73	0,00
PETROBRÁS	2.252,76	2.252,76	0,00
SANEAGO	1.422.220.108,00	1.462.627.369,00	40.407.261,00
TELEGOIÁS	354.666,83	389.859,54	35.192,71
TELEBRASÍLIA	6.825,75	6.825,75	0,00
SOMA	2.088.203.978,29	2.708.036.128,40	619.832.150,11



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ESPECIFICAÇÕES	1999	2000	VARIAÇÕES
EMPRESAS PÚBLICAS			
CAIXEGO	7.130.847,78	6.937.866,90	(192.980,88)
CERNE	21.197.831,00	21.912.293,88	714.462,88
EMATER	3.616.565,41	3.616.565,41	0,00
PRODAGO	11.341.219,21	11.341.219,21	0,00
EMP. EST. EV. E PROMOÇÕES	<u>59.950.954,12</u>	<u>59.950.954,12</u>	<u>0,00</u>
SOMA	103.237.417,52	103.758.899,52	521.482,00
ÓRGÃO ENCAMPADO			
LEG-DIVERSOS	<u>53.096,32</u>	<u>53.096,32</u>	<u>0,00</u>
SOMA	53.096,32	53.096,32	0,00
TOTAL	2.191.494.492,13	2.811.848.124,24	620.353.632,11

O acréscimo verificado na Participação do Estado no Capital das Empresas Econômicas, da importância de R\$ 620.353.632,11, em relação ao ano anterior resultou da seguinte operação:

	R\$
A Conta do Orçamento do Capital	19.192.853,95
Independentes da Execução Orçamentária	601.961.489,96
Baixas	<u>(800.711,80)</u>
	620.353.632,11

A Dívida Fundada Interna está representada por compromissos em Contratos:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Contrato de 30.03.94

19.518.851,00

BANCO DO BRASIL S/A

Contrato de 30.03.94

6.337.121.555,65

Contrato de 23.06.90

257.313.483,77

Contrato de 28.06.90

114.737.945,10

Contrato de 28.06.90

78.787.189,68

Contrato de 30.03.94

162.364.672,00

Contrato de 15.04.94

718.864.695,80 **7.669.189.542,00**

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

7.688.708.393,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

A Dívida Fundada Externa, representada por compromissos assumidos por Contratos é demonstrada como segue:

B.I.D.			
Contrato de 13.04.88		20.027.740,00	
Contrato de 13.04.88		<u>29.672.745,00</u>	49.700.485,00
EXIMBANK			
Contrato de 24.06.98			<u>27.217.555,00</u>
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA			76.918.040,00

As Dívidas do Estado em 2000, comparadas com as do exercício de 1999, no seu encerramento em síntese se demonstra assim:

DÍVIDAS	1999	2000	DIFERENÇA
Dívida Flutuante	592.281.571,25	561.237.510,87	(31.044.060,38)
Recebimentos a Classificar	0,00	63.483,50	63.483,50
Dívida Fundada Interna	6.772.755.070,00	7.688.708.393,00	915.953.323,00
Dívida Fundada Externa	<u>50.982.473,00</u>	<u>76.918.040,00</u>	<u>25.935.567,00</u>
TOTAL	7.416.019.114,25	8.326.927.427,37	910.908.313,12

5.4 - ÍNDICES

A Situação Financeira do Estado é demonstrada por índices conforme as relações que se seguem:

5.4.1 - QUOCIENTE DE PRONTA LIQUIDEZ

$$\text{QPL} = \frac{\text{DISPONÍVEL} + \text{VINCULADO} + \text{APLIC. FINANCEIRA}}{\text{RESTOS A PAGAR}} \quad \text{QPL} = \frac{196.874.056,64}{380.952.436,43}$$

$$\text{QPL} = 0,52$$

O índice indica que para cada Real de Restos a Pagar, o Estado dispunha, ao final de 2000, de R\$ 0,52 para resgate imediato.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

5.4.2 - QUOCIENTE DE LIQUIDEZ MEDIATA

$$\text{QLM} = \frac{\text{ATIVO FINANCEIRO}}{\text{PASSIVO FINANCEIRO}}$$

$$\text{QLM} = \frac{232.935.082,24}{561.300.994,37}$$

$$\text{QLM} = 0,41$$

O índice apurado indica que para cada Real de sua Dívida Flutuante, o Estado possuía, ao final de 2000, R\$ 0,41 para o seu resgate.

5.4.3 - QUOCIENTE GERAL DE SOLVÊNCIA

$$\text{QGS} = \frac{\text{ATIVO REAL}}{\text{PASSIVO REAL}}$$

$$\text{QGS} = \frac{10.709.544.065,66}{8.326.927.427,37}$$

$$\text{QGS} = 1,29$$

O índice indica que para cada Real de seus compromissos a curto, médio e longo prazos, o Estado possuía, ao final de 2000, R\$ 1,29 do seu Ativo Real.

O quadro a seguir demonstra, com índices a Situação Financeira do Estado no último triênio:

RELAÇÃO/QUOCIENTE	2000	1999	1998
Quociente de Pronta Liquidez	0,52	0,26	0,08
Quociente de Liquidez Mediata	0,41	0,27	0,06
Quociente Geral de Solvência	1,29	1,01	1,01

O Balanço Patrimonial demonstra os resultados gerais do exercício através das contas do Ativo Financeiro, Permanente e Transitório e do Passivo Financeiro e Permanente. Este Balanço da Contabilidade Pública é elaborado conforme as normas de Direito Financeiro estabelecidas pela lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e tem características muito próprias de sua definição.

Ao final do exercício, apropria o Resultado da Execução Orçamentária e Extra-Orçamentária, Financeira e Patrimonial, pelas Mutações Patrimoniais e Independentes da Execução Orçamentária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O Balanço Patrimonial dos Órgãos da Administração Direta é demonstrado assim:

ATIVO REAL	10.709.544.065,66
PASSIVO REAL	<u>8.326.927.427,37</u>
ATIVO REAL LÍQUIDO	2.382.616.638,29

O Ativo Real Líquido significa que o valor registrado no Ativo do Balanço Patrimonial superou em 22,25% o montante das Obrigações a Curto e a Longo Prazos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada conforme o Anexo 15 da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, evidenciando as alterações qualitativas e quantitativas do patrimônio em função das variações resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Em resumo, as variações se apresentam assim:

VARIAÇÕES ATIVAS	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.451.935.203,83
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>2.664.546.636,83</u>
TOTAL	6.116.481.840,66
VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.298.313.932,37
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>1.224.898.632,56</u>
TOTAL	4.523.212.564,93
MAIS:	
RESULTADO PATRIMONIAL	
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	<u>1.593.269.275,73</u>
TOTAL	6.116.481.840,66

O resultado das Variações segundo as suas classes é demonstrado como segue:

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ATIVAS

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL

3.075.288.690,35
161.426.715,87
3.236.715.406,22

MENOS:

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA RECEITA

ALIENAÇÃO DE BENS

Bens Móveis

11.800,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

RECEBIMENTO DE CRÉDITOS		
Dívida Ativa		19.318.516,85
ALIENAÇÃO E/OU REVERSÃO DE VALORES		
Reversão de Fundos Rotativos	98.042,27	
Conversão de Outros Valores	<u>27.840.172,65</u>	27.938.214,92
CONTRATAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA		
Dívida Interna		<u>69.468.502,00</u>
RECEITA EFETIVA		3.119.978.372,45
PASSIVAS		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES		2.847.398.051,70
DESPESAS DE CAPITAL		<u>334.178.846,90</u>
		3.181.576.898,60
MENOS:		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA DESPESA		
AQUISIÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE BENS		
Bens Móveis	14.725.611,21	
Bens Imóveis	4.534.484,42	
Bens de Natureza Industrial	<u>16.395,30</u>	19.276.490,93
CONSTITUIÇÃO DE VALORES		
Integralização de Capital de Empresas	19.192.853,95	
Prov. p/ Integralização de Capital de Empresas	4.517.599,74	
Constituição de Fundos Rotativos	20.399,57	
Aquisição de Mat. de Cons. e/ou Transformação	<u>34.707.095,48</u>	58.437.948,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA		
Dívida Interna	96.770.860,96	
Dívida Externa	<u>15.102.680,47</u>	111.873.541,43
INSCRIÇÃO DE BENS A RECEBER		
Bens Móveis	15.942.295,22	
Bens Imóveis	<u>2.927.282,92</u>	18.869.578,14
INSCRIÇÃO DE VALORES A INCORPORAR		
Materiais de Consumo e/ou Transformação		<u>6.762.238,37</u>
DESPESA EFETIVA		2.966.357.100,99



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O confronto da receita e despesa efetiva produz o primeiro resultado parcial configurando um superávit de R\$ 153.621.271,46.

RECEITA EFETIVA	3.119.978.372,45
DESPESA EFETIVA	<u>2.966.357.100,99</u>
SUPERÁVIT	153.621.271,46

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ATIVAS

INCORPORAÇÃO DE BENS

Bens Móveis	6.786.319,97	
Bens Imóveis	1.291.703,31	
Bens de Natureza Industrial	<u>400.269,14</u>	8.478.292,42

REAVALIAÇÃO DE BENS

Bens Móveis	12.646.564,23	
Bens Imóveis	10.744.526,45	
Bens de Natureza Industrial	<u>96.891,96</u>	23.487.982,64

INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS

Dívida Ativa		1.502.119.557,15
--------------	--	------------------

APROPRIAÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE VALORES

Participação no Capital de Empresas	601.961.489,96	
Fundos Especiais	302.504.897,22	
Materiais de Consumo e/ou Transformação	6.091.025,08	
Outros Valores	<u>84.055.817,76</u>	994.613.230,02

SUPERVENIÊNCIAS ATIVAS

Encampação de Bens a Receber		3.811.760,22
------------------------------	--	--------------

ENCAMPAÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS

Entidades Estatais Devedoras	6.527.904,71	
Outros Devedores	<u>643.505,12</u>	7.171.409,83

ENCAMPAÇÃO DE DESEMBOLSOS A APROPRIAR

Despesas a Apropriar		4.110.821,20
----------------------	--	--------------

CANCELAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA

Dívida Interna	58.924.465,43	
Dívida Externa	<u>11.878.375,80</u>	70.802.841,23



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

CANCELAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE		
Restos a Pagar	43.541.695,02	
Despesas de Pessoal a Pagar	1.753.211,57	
Consignações	1.095.959,05	
Outros Credores	<u>190.773,65</u>	46.581.639,29
RECEITA DE CONVÊNIOS		
Convênios com Órgãos Federais		<u>3.369.102,83</u>
TOTAL		2.664.546.636,83
PASSIVAS		
BAIXA RESIDUAL DE BENS		
Bens Móveis		60.778,48
BAIXA DE VALORES		
Integralização de Capital de Empresas	800.711,80	
Fundos Especiais	16.576.767,67	
Materiais de Consumo e/ou Transformação	53.548.908,35	
Materiais para Outras Finalidades	6.383,45	
Outros Valores	<u>56.215.645,11</u>	127.148.416,38
INSUBSISTÊNCIAS ATIVAS		
Baixa de Bens a Receber	20.950.351,71	
Baixa de Valores a Incorporar	<u>7.904.316,59</u>	28.854.668,30
CANCELAMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS		
Recursos a Receber	1.692.189,65	
Outros Devedores	<u>2.516.137,94</u>	4.208.327,59
CANCELAMENTO DE DESEMBOLSO A APROPRIAR		
Despesas a Apropriar		3.477.357,96
ENCAMPAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA		
Dívida Interna	156.405.675,30	
Dívida Externa	<u>36.868.087,32</u>	193.273.762,62
COR. MONET. E/OU CAMBIAL DA DÍV. FUNDADA		
Dívida Interna	845.774.472,09	
Dívida Externa	<u>16.048.535,95</u>	861.823.008,04
ENCAMPAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE		
Empréstimos por Antecipação de Receita		2.683.210,36
DESPESA DE CONVÊNIOS		
Convênios com Órgãos Federais		<u>3.369.102,83</u>
TOTAL		1.224.898.632,56



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O segundo resultado parcial é obtido do confronto entre as variações ativas e passivas independentes da execução orçamentária, configurando como se pode ver um superávit no valor de R\$ 1.439.648.004,27.

VARIAÇÕES ATIVAS	2.664.546.636,83
VARIAÇÕES PASSIVAS	<u>(1.224.898.632,56)</u>
SUPERÁVIT	1.439.648.004,27

A soma dos dois resultados obtidos, demonstra que a Administração Direta, em 2000, apresentou um Superávit Patrimonial da ordem de R\$ 1.593.269.275,73.

SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	153.621.271,46
SUPERÁVIT INDEPENDENTE DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	<u>1.439.648.004,27</u>
SUPERÁVIT	1.593.269.275,73



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

II - AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Apresentaram seus Balanços as Autarquias e Fundações a saber:

AGANP	Agência Goiana da Administração e Negócios Públicos
AGC	Agência Goiana de Comunicação
AGCPLT	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira
AGDR	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
AGDRF	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
AGETOP	Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas
AGETUR	Agência Goiana de Turismo
AGMARN	Agência Goiana do Meio Ambiente e Recursos Naturais
AGRCFSP	Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos
AGSP	Agência Goiana do Sistema Prisional
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás
FUEG	Fundação Universidade Estadual de Goiás
IPASGO	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás
JUCEG	Junta Comercial do Estado de Goiás



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

1 - ORÇAMENTO

O Orçamento Geral do Estado, para o Exercício de 2000, aprovado pela Lei n.º 13.571, de 29 de dezembro de 1999, estimou a Receita em R\$ 895.959.644,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais) e fixou a Despesa em R\$ 896.027.728,00 (oitocentos e noventa e seis milhões, vinte e sete mil, setecentos e vinte e oito reais) originando uma diferença de R\$ 68.084,00 (sessenta e oito mil e oitenta e quatro reais) afetando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário para as Autarquias e Fundações.

A Receita Arrecadada, durante o Exercício de 2000, registrou a importância de R\$ 549.130.802,89 (quinhentos e quarenta e nove milhões, cento e trinta mil, oitocentos e dois reais e oitenta e nove centavos), significando, portanto, uma arrecadação a menor, no valor de R\$ 346.828.841,11 (trezentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e onze centavos), em relação à Receita Orçada de R\$ 895.959.644,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais).

A Despesa Autorizada final, em decorrência da abertura de Créditos Adicionais no Exercício de 2000, que determinaram assim alterações no Orçamento Inicial, está a seguir demonstrada:

ORÇAMENTO INICIAL	896.027.728,00	
REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	(259.747.112,60)	636.280.615,40
CRÉDITOS SUPLEMENTARES		242.656.539,49
SOMA		878.937.154,89
CRÉDITOS ESPECIAIS		83.100.000,00
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA		962.037.154,89

O aumento de R\$ 66.009.426,89 (sessenta e seis milhões, nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e nove centavos) verificado entre a Despesa Inicialmente Fixada em R\$ 896.027.728,00 (oitocentos e noventa e seis milhões, vinte e sete mil, setecentos e vinte e oito reais) e a Despesa Autorizada Final da ordem de R\$ 962.037.154,89 (novecentos e sessenta e dois milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), deveu-se às seguintes Origens de Recursos:

RECURSOS DO ESTADO	R\$ 313.418.915,25
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 1.237.624,24
CONVÊNIO	R\$ 11.100.000,00
REDUÇÕES	R\$ (259.747.112,60)
	R\$ 66.009.426,89

A seguir, o demonstrativo das Despesas Orçada, Autorizada e Realizada por suas Categorias Econômicas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA ORÇADA		DESPESA AUTORIZADA		DESPESA REALIZADA	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
30000000	<u>373.026.769,00</u>	<u>41,63</u>	<u>471.051.277,61</u>	<u>48,96</u>	<u>309.979.588,78</u>	<u>58,94</u>
31000000	104.718.517,00	11,69	163.459.344,52	16,99	127.353.179,91	24,22
32000000	2.100.000,00	0,23	2.001.000,00	0,21	653.830,08	0,12
33000000	266.208.252,00	29,71	305.590.933,09	31,76	181.972.578,79	34,60
40000000	<u>474.015.682,00</u>	<u>52,90</u>	<u>460.100.600,28</u>	<u>47,83</u>	<u>215.908.637,14</u>	<u>41,06</u>
44000000	458.604.932,00	51,18	459.317.850,28	47,74	215.908.637,14	41,06
45000000	410.750,00	0,05	410.750,00	0,04	0,00	0,00
46000000	15.000.000,00	1,67	372.000,00	0,04	0,00	0,00
90000000	<u>48.985.277,00</u>	<u>5,47</u>	<u>30.885.277,00</u>	<u>3,21</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	896.027.728,00	100,00	962.037.154,89	100,00	525.888.225,92	100,00

A seguir, o demonstrativo da Despesa Realizada por seus Elementos:

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
30000000	<u>309.979.588,78</u>	<u>58,94</u>
31000000	<u>127.353.179,91</u>	<u>24,22</u>
31900000	<u>127.353.179,91</u>	<u>24,22</u>
31900100	<u>22.308.400,83</u>	<u>4,24</u>
31900200	<u>39.994,68</u>	<u>0,01</u>
31900300	<u>4.331.559,46</u>	<u>0,83</u>
31900301	<u>4.331.559,46</u>	<u>0,83</u>
31900400	<u>3.486.662,14</u>	<u>0,66</u>
31900500	<u>222,01</u>	<u>0,00</u>
31900800	<u>1.490.616,48</u>	<u>0,28</u>
31900900	<u>109.367,96</u>	<u>0,02</u>
31901100	<u>55.043.231,68</u>	<u>10,47</u>
31901200	<u>339.595,59</u>	<u>0,07</u>
31901300	<u>14.166.754,57</u>	<u>2,69</u>
31901301	<u>1.799.770,81</u>	<u>0,34</u>
31901302	<u>8.350.567,75</u>	<u>1,59</u>
31901303	<u>20.405,81</u>	<u>0,00</u>
31901399	<u>3.996.010,20</u>	<u>0,76</u>
31901600	<u>24.609.286,65</u>	<u>4,68</u>
31909200	<u>1.427.487,86</u>	<u>0,27</u>
31909201	<u>800.934,20</u>	<u>0,15</u>
31909202	<u>13.641,42</u>	<u>0,00</u>
31909203	<u>359.753,09</u>	<u>0,07</u>
31909204	<u>253.159,15</u>	<u>0,05</u>
32000000	<u>653.830,08</u>	<u>0,12</u>
32900000	<u>653.830,08</u>	<u>0,12</u>
32902200	<u>653.830,08</u>	<u>0,12</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
32902201	653.830,08	0,12
33000000	<u>181.972.578,79</u>	<u>34,60</u>
33120000	<u>4.729.930,45</u>	<u>0,90</u>
33128700	<u>4.729.930,45</u>	<u>0,90</u>
33500000	<u>673.839,91</u>	<u>0,13</u>
33504300	<u>673.839,91</u>	<u>0,13</u>
33900000	<u>176.568.808,43</u>	<u>33,58</u>
33900800	<u>15.346,52</u>	<u>0,00</u>
33901400	<u>2.685.315,40</u>	<u>0,51</u>
33901500	<u>50.294,58</u>	<u>0,01</u>
33901800	<u>409.479,86</u>	<u>0,08</u>
33903000	<u>16.507.047,06</u>	<u>3,14</u>
33903001	1.901.857,20	0,36
33903002	5.134.350,38	0,98
33903003	1.831.663,60	0,35
33903004	550.847,30	0,10
33903005	207.995,01	0,04
33903006	1.714,00	0,00
33903007	6.893,95	0,00
33903099	6.871.725,62	1,31
33903200	<u>185.374,64</u>	<u>0,03</u>
33903300	<u>213.106,26</u>	<u>0,04</u>
33903400	<u>22.609.445,91</u>	<u>4,30</u>
33903401	1.118.121,10	0,21
33903402	21.491.324,81	4,09
33903500	<u>239.572,93</u>	<u>0,05</u>
33903600	<u>1.380.138,53</u>	<u>0,26</u>
33903900	<u>110.684.062,35</u>	<u>21,05</u>
33903901	2.566.621,77	0,49
33903902	148.896,38	0,03
33903903	1.003.218,63	0,19
33903904	17.840.192,50	3,39
33903905	373.316,97	0,07
33903906	543.246,48	0,11
33903907	5.957.087,94	1,13
33903908	2.043.831,63	0,39
33903999	80.207.650,05	15,25
33904000	<u>1.592,50</u>	<u>0,00</u>
33904700	<u>2.035.635,64</u>	<u>0,39</u>
33904800	<u>952,30</u>	<u>0,00</u>
33905300	<u>15.000,00</u>	<u>0,00</u>
33909100	<u>565.528,69</u>	<u>0,11</u>
33909200	<u>18.131.079,33</u>	<u>3,45</u>
33909201	18.846,60	0,00
33909205	37.122,19	0,01
33909299	18.075.110,54	3,44
33909300	<u>839.835,93</u>	<u>0,16</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
40000000	<u>215.908.637,14</u>	<u>41,06</u>
44000000	<u>215.908.637,14</u>	<u>41,06</u>
44190000	<u>58.335.258,05</u>	<u>11,09</u>
44194100	<u>58.335.258,05</u>	<u>11,09</u>
44400000	<u>183.668,65</u>	<u>0,04</u>
44404200	<u>183.668,65</u>	<u>0,04</u>
44900000	<u>157.389.710,44</u>	<u>29,93</u>
44905100	<u>103.332.994,32</u>	<u>19,65</u>
44905200	<u>4.496.438,22</u>	<u>0,86</u>
44905201	744.820,47	0,14
44905202	539.021,00	0,10
44905203	786.103,42	0,15
44905204	26.584,44	0,00
44905205	532.190,45	0,10
44905206	39.420,78	0,01
44905207	189.425,99	0,04
44905208	1.238.180,05	0,23
44905209	0,00	0,00
44905299	400.691,62	0,08
44905300	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
44906100	<u>17.425,00</u>	<u>0,00</u>
44909200	<u>48.981.093,13</u>	<u>9,31</u>
44909300	<u>155.278,30</u>	<u>0,03</u>
44909900	<u>406.481,47</u>	<u>0,08</u>
45000000	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
46000000	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
90000000	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	525.888.225,92	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária referente ao Exercício de 2000, das Autarquias e Fundações compreende a realização de Receitas e Despesas Orçamentárias.

2.1 - RECEITA

A Receita das Autarquias e Fundações para 2000, inicialmente prevista em R\$ 895.959.644,00 registrou, ao final do Exercício, uma arrecadação de R\$ 549.130.802,89, evidenciando uma arrecadação a menor de R\$ 346.828.841,11, correspondente a 38,71%.

As Receitas Correntes, previstas em R\$ 503.882.577,00, registraram de arrecadação a importância de R\$ 403.562.577,90, significando uma arrecadação a menor de R\$ 100.319.999,10 correspondente ao percentual de 19,91%.

As Receitas de Capital estimadas em R\$ 392.077.067,00, registraram, em 2000, uma arrecadação de R\$ 145.568.224,99, demonstrando portanto que houve uma arrecadação a menor de R\$ 246.508.842,01, equivalente a um percentual de 62,87%.

A Receita Prevista comparada com a Arrecadada, por Categorias Econômicas, se demonstra como segue:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	(+/-)%
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	141.896.700,00	92.209.830,02	(49.686.869,98)	(35,02)
Receita de Contribuição	123.282.277,00	109.135.188,30	(14.147.088,70)	(11,48)
Receita Patrimonial	5.939.210,00	1.955.053,08	(3.984.156,92)	(67,08)
Receita Industrial	1.118.840,00	76.803,26	(1.042.036,74)	(93,14)
Receita de Serviços	27.895.444,00	18.560.904,94	(9.334.539,06)	(33,46)
Transferências Correntes	165.300.378,00	160.130.964,53	(5.169.413,47)	(3,13)
Outras Receitas Correntes	38.449.728,00	21.493.833,77	(16.955.894,23)	(44,10)
SOMA	503.882.577,00	403.562.577,90	(100.319.999,10)	(19,91)
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens	588.050,00	533.883,80	(54.166,20)	(9,21)
Transferências de Capital	391.439.017,00	145.034.341,19	(246.404.675,81)	(62,95)
Outras Receitas de Capital	50.000,00	0,00	(50.000,00)	(100,00)
SOMA	392.077.067,00	145.568.224,99	(246.508.842,01)	(62,87)
TOTAL	895.959.644,00	549.130.802,89	(346.828.841,11)	(38,71)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

A participação relativa da Receita Arrecadada, por títulos, se demonstra assim:

RECEITAS CORRENTES	%	RECEITAS DE CAPITAL	%
Receita Tributária	16,79	Alienação de Bens	0,10
Receita de Contribuição	19,88	Transferências de Capital	<u>26,41</u>
Receita Patrimonial	0,36		
Receita Industrial	0,01		
Receita de Serviços	3,38		
Transferências Correntes	29,16		
Outras Receitas Correntes	<u>3,91</u>		
SOMA	73,49	SOMA	26,51

Desta forma, por Categoria Econômica, a Receita Arrecadada em números relativos é a seguinte:

	%
RECEITAS CORRENTES	73,49
RECEITAS DE CAPITAL	<u>26,51</u> 100,00

2.1.1 - RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes em 2000, com a importância de R\$ 403.562.577,90 contribuíram com 73,49% do total da arrecadação. A Receita mais expressiva desta Categoria Econômica foi a oriunda de Transferências Correntes.

A seguir, o quadro comparativo das Receitas Correntes Previstas com as Arrecadadas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ÓRGÃOS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	%
AGANP	22.844.855,00	23.703.336,67	858.481,67	3,76
AGC	24.669.644,00	39.006.566,15	14.336.922,15	58,12
AGCPLT	7.993.661,00	6.152.363,20	(1.841.297,80)	(23,03)
AGDR	14.428.800,00	1.252.412,59	(13.176.387,41)	(91,32)
AGDRF	39.525.255,00	13.178.301,01	(26.346.953,99)	(66,66)
AGETOP	60.514.152,00	59.485.102,22	(1.029.049,78)	(1,70)
AGETUR	3.614.680,00	2.092.848,43	(1.521.831,57)	(42,10)
AGMARN	8.078.201,00	6.298.168,99	(1.780.032,01)	(22,04)
AGRCFSP	4.476.900,00	3.763.541,66	(713.358,34)	(15,93)
AGSP	7.557.880,00	9.097.849,68	1.539.969,68	20,38
DETRAN	148.600.000,00	93.468.203,83	(55.131.796,17)	(37,10)
FUEG	11.679.272,00	19.373.738,24	7.694.466,24	65,88
IPASGO	144.412.277,00	124.071.053,73	(20.341.223,27)	(14,09)
JUCEG	5.487.000,00	2.619.091,50	(2.867.908,50)	(52,27)
TOTAL	503.882.577,00	403.562.577,90	(100.319.999,10)	(19,91)

2.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

A arrecadação das Receitas de Capital em 2000, registrou a importância de R\$ 145.568.224,99, significando participação de 26,51% sobre o total da arrecadação. Em relação à Receita Estimada registrou-se uma arrecadação a menor de R\$ 246.508.842,01, correspondente a 62,87%.

O quadro comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Arrecadadas, se demonstra como a seguir:

ÓRGÃOS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	(+)%
AGANP	2.715.646,00	760.760,56	(1.954.885,44)	(71,99)
AGC	10.000,00	1.040,00	(8.960,00)	(89,60)
AGCPLT	1.875.356,00	201.359,75	(1.673.996,25)	(89,26)
AGDR	15.931.896,00	7.172.141,32	(8.759.754,68)	(54,98)
AGDRF	25.389.280,00	406.481,47	(24.982.798,53)	(98,40)
AGETOP	337.503.664,00	134.543.899,55	(202.959.764,45)	(60,14)
AGETUR	1.611.320,00	0,00	(1.611.320,00)	(100,00)
AGMARN	798.805,00	200.000,00	(598.805,00)	(74,96)
AGRCFSP	35.000,00	0,00	(35.000,00)	(100,00)
AGSP	822.000,00	465.073,17	(356.926,83)	(43,42)
DETRAN	104.000,00	533.883,80	429.883,80	413,35
FUEG	5.268.100,00	1.283.585,37	(3.984.514,63)	(75,63)
IPASGO	0,00	0,00	0,00	0,00
JUCEG	12.000,00	0,00	(12.000,00)	(100,00)
TOTAL	392.077.067,00	145.568.224,99	(246.508.842,01)	(62,87)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.1.3 - COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA

As Receitas Arrecadadas, em 2000, pelas Autarquias e Fundações, em conjunto, como se pode ver pela demonstração que se segue, obteve um acréscimo de R\$ 161.619.343,33, representado por um percentual de 41,71%.

O quadro a seguir demonstra o total das Receitas Arrecadadas em 1999 e 2000:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ARRECADADA		DIFERENÇA	
	1999	2000	R\$	(+/-)%
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	84.376.410,14	92.209.830,02	7.833.419,88	9,28
Receita de Contribuição	103.135.918,74	109.135.188,30	5.999.269,56	5,82
Receita Patrimonial	2.539.346,60	1.955.053,08	(584.293,52)	(23,01)
Receita Industrial	18.249,54	76.803,26	58.553,72	320,85
Receita de Serviços	14.672.524,45	18.560.904,94	3.888.380,49	26,50
Transferências Correntes	97.288.293,43	160.130.964,53	62.842.671,10	64,59
Outras Receitas Correntes	17.179.375,35	21.493.833,77	4.314.458,42	25,11
SOMA	319.210.118,25	403.562.577,90	84.352.459,65	26,43
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens	585.983,76	533.883,80	(52.099,96)	(8,89)
Transferências de Capital	67.715.312,55	145.034.341,19	77.319.028,64	114,18
Outras Receitas de Capital	45,00	0,00	(45,00)	0,00
SOMA	68.301.341,31	145.568.224,99	77.266.883,68	113,13
TOTAL	387.511.459,56	549.130.802,89	161.619.343,33	41,71

2.1.4 - EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA

A evolução da Receita Arrecadada no quinquênio 1996/2000, com destaque das Transferências Correntes e de Capital, foi a seguinte:

ANOS	REC. ARRECADADAS		TRANSF. CORRENTES		TRANSF. DE CAPITAL	
	R\$	ÍNDICE	R\$	ÍNDICE	R\$	ÍNDICE
1996	323.291.442,62	100,00	88.343.723,07	100,00	81.908.494,27	100,00
1997	235.544.454,70	-27,14	59.163.214,39	-33,03	267.921.896,27	227,10
1998	705.064.501,88	118,09	71.345.467,70	-19,24	431.681.359,19	427,03
1999	387.511.459,56	19,86	97.288.293,43	10,12	67.715.312,55	-17,33
2000	549.130.802,89	69,86	160.130.964,53	81,26	145.034.341,19	77,07



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2 - DESPESA

A Despesa das Autarquias e Fundações Fixada inicialmente em R\$ 896.027.728,00, após sofrer alterações resultantes de Abertura de Créditos Suplementares e Especiais e de Reduções, passou a contar com um montante de Despesa Autorizada no valor de R\$ 962.037.154,89. No decorrer do Exercício de 2000, houve uma economia de gastos na quantia de R\$ 436.148.928,97 resultante da diferença apurada entre a Despesa Autorizada e a Realizada, conforme se vê a seguir, no quadro demonstrativo por Créditos:

CRÉDITOS	DESPESA		DIFERENÇA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	R\$	(+/-)%
Orçam. e Suplementares	878.937.154,89	494.183.792,73	384.753.362,16	43,77
Créditos Especiais	83.100.000,00	31.704.433,19	51.395.566,81	61,85
TOTAL	962.037.154,89	525.888.225,92	436.148.928,97	45,34

A seguir, o quadro demonstrativo das Despesas Autorizadas comparadas com as Realizadas das Autarquias e Fundações:

ÓRGÃOS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA	
	R\$	R\$	% S/ TOTAL	R\$	% S/ AUT.
AGANP	32.560.501,00	21.453.351,04	4,08	11.107.149,96	34,11
AGC	44.679.644,00	30.261.884,95	5,75	14.417.759,05	32,27
AGCPLT	11.904.017,00	6.243.507,27	1,19	5.660.509,73	47,55
AGDR	42.465.696,00	13.938.159,35	2,65	28.527.536,65	67,18
AGDRF	64.914.535,00	13.161.245,63	2,50	51.753.289,37	79,73
AGETOP	406.400.900,00	202.182.188,51	38,45	204.218.711,49	50,25
AGETUR	5.226.383,00	2.055.202,56	0,39	3.171.180,44	60,68
AGMARN	10.592.541,90	6.465.761,54	1,23	4.126.780,36	38,96
AGRCFSP	6.165.400,00	3.808.376,99	0,72	2.357.023,01	38,23
AGSP	12.709.880,00	9.848.810,16	1,87	2.861.069,84	22,51
DETRAN	148.704.000,00	94.172.226,65	17,91	54.531.773,35	36,67
FUEG	25.802.379,99	16.686.346,21	3,17	9.116.033,78	35,33
IPASGO	144.412.277,00	101.759.933,56	19,35	42.652.343,44	29,54
JUCEG	5.499.000,00	3.851.231,50	0,73	1.647.768,50	29,96
TOTAL	962.037.154,89	525.888.225,92	100,00	436.148.928,97	45,34

As Despesas Realizadas por Categorias Econômicas estão distribuídas conforme o quadro a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	R\$	%
DESPESAS CORRENTES		
Pessoal e Encargos Sociais	127.353.179,91	24,22
Juros e Encargos da Dívida Pública	653.830,08	0,12
Outras Despesas Correntes	<u>181.972.578,79</u>	<u>34,60</u>
SOMA	309.979.588,78	58,94
DESPESAS DE CAPITAL		
Investimentos	<u>215.908.637,14</u>	<u>41,06</u>
SOMA	215.908.637,14	41,06
TOTAL	525.888.225,92	100,00

2.2.1 - DESPESAS CORRENTES

O montante das Despesas Correntes Realizadas de 2000 foram de R\$ 309.979.588,78, correspondendo a 58,94% do total da Despesa Empenhada. Em relação ao ano anterior, que registrou a quantia de R\$ 263.641.677,06 equivalente a 56,11% do total empenhado, o acréscimo verificado foi de R\$ 46.337.911,72, correspondente a 17,58%.

Segue o quadro comparativo das Despesas Correntes Autorizadas com as Realizadas, das Autarquias e Fundações:

ÓRGÃOS	DESPESAS CORRENTES		DIFERENÇA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	R\$	% S/AUT.
AGANP	27.344.855,00	20.880.977,66	6.463.877,34	23,64
AGC	44.570.644,00	30.246.714,95	14.323.929,05	32,14
AGCPLT	10.088.917,00	6.003.846,07	4.085.070,93	40,49
AGDR	14.418.800,00	1.128.882,39	13.289.917,61	92,17
AGDRF	44.221.688,00	12.511.676,18	31.710.011,82	71,71
AGETOP	83.014.336,00	62.485.634,70	20.528.701,30	24,73
AGETUR	4.079.623,00	2.055.202,56	2.024.420,44	49,62
AGMARN	8.994.861,90	6.230.173,20	2.764.688,70	30,74
AGRCFSP	5.356.900,00	3.453.839,55	1.903.060,45	35,53
AGSP	11.244.040,00	9.461.552,93	1.782.487,07	15,85
DETRAN	50.804.000,00	35.253.214,50	15.550.785,50	30,61
FUEG	20.268.612,71	15.437.015,44	4.831.597,27	23,84
IPASGO	143.277.000,00	101.596.135,01	41.680.864,99	29,09
JUCEG	<u>3.367.000,00</u>	<u>3.234.723,64</u>	<u>132.276,36</u>	<u>3,93</u>
TOTAL	471.051.277,61	309.979.588,78	161.071.688,83	34,19



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.1.1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais Empenhadas, em 2000, atingiram o montante de R\$ 127.353.179,91, significando 24,22% do total da Despesa Realizada e 41,08% das Despesas Correntes.

As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais Realizadas por Elementos se demonstram da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Aposentadorias e Reformas	22.308.400,83	17,52
Aposentadorias do Magistério	39.994,68	0,03
Pensões	4.331.559,46	3,40
Contratação por Tempo Determinado-Pessoal Civil	3.486.662,14	2,74
Outros Benefícios Previdenciários	222,01	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	1.490.616,48	1,17
Salário-Família	109.367,96	0,09
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	55.043.231,68	43,22
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	339.595,59	0,27
Obrigações Patronais	14.166.754,57	11,12
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	24.609.286,65	19,32
Despesas de Exercícios Anteriores	<u>1.427.487,86</u>	<u>1,12</u>
TOTAL	127.353.179,91	100,00

2.2.1.2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA POR CONTRATO

O montante empenhado em Juros e Encargos da Dívida Por Contrato, em 2000, atingiu a importância de R\$ 653.830,08, cuja participação relativa sobre o total da Despesa Empenhada foi de 0,12%.

Os Juros e Encargos da Dívida Por Contrato Realizadas em 2000, detalhadas em seus Elementos, se demonstram como segue:

ELEMENTOS	R\$	%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA		
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	<u>653.830,08</u>	<u>100,00</u>
TOTAL	653.830,08	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.1.3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

O montante empenhado em Outras Despesas Correntes, em 2000, atingiu a importância de R\$ 181.972.578,79, cuja participação relativa sobre o total da Despesa Empenhada foi de 34,60%.

As Outras Despesas Correntes Realizadas em 2000, detalhadas em seus Elementos, se demonstram como segue:

ELEMENTOS	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Transferências Intragovernamentais a Fundos Especiais	4.729.930,45	2,60
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	673.839,91	0,37
Outros Benefícios Assistenciais	15.346,52	0,01
Diárias, Ressarcimentos e Ajuda de Custo - Pessoal Civil	2.685.315,40	1,48
Diárias, Ressarcimentos e Ajuda de Custo - Pessoal Militar	50.294,58	0,03
Auxílio Financeiro a Estudantes	409.479,86	0,23
Material de Consumo	16.507.047,06	9,07
Material de Distribuição Gratuita	185.374,64	0,10
Passagens e Despesas com Locação	213.106,26	0,12
Serviços de Comunicação	22.609.445,91	12,42
Serviços de Consultoria	239.572,93	0,13
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.380.138,53	0,76
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	110.684.062,35	60,82
Auxílio para Programa de Fomento à Produção	1.592,50	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	2.035.635,64	1,12
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	952,30	0,00
Integralização do Fundo Rotativo	15.000,00	0,01
Sentenças Judiciais	565.528,69	0,31
Despesas de Exercícios Anteriores	18.131.079,33	9,96
Indenizações e Restituições	<u>839.835,93</u>	<u>0,46</u>
TOTAL	181.972.578,79	100,00

2.2.2 - DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital Realizadas, em 2000, foram de R\$ 215.908.637,14, contribuindo com uma participação de 41,06% sobre o total as Despesas Empenhadas. Em relação ao ano anterior, cujas Despesas de Capital Realizadas atingiram a importância de R\$ 206.196.834,07, o acréscimo verificado foi de R\$ 9.711.803,07, correspondente a 4,71%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Segue o quadro comparativo das Despesas de Capital Autorizadas com as Realizadas, das Autarquias e Fundações:

ÓRGÃOS	DESPESAS DE CAPITAL		DIFERENÇA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	R\$	%
AGANP	5.215.646,00	572.373,38	4.643.272,62	89,03
AGC	109.000,00	15.170,00	93.830,00	86,08
AGCPLT	1.815.100,00	239.661,20	1.575.438,80	86,80
AGDR	28.046.896,00	12.809.276,96	15.237.619,04	54,33
AGDRF	20.692.847,00	649.569,45	20.043.277,55	96,86
AGETOP	323.386.564,00	139.696.553,81	183.690.010,19	56,80
AGETUR	1.146.760,00	0,00	1.146.760,00	100,00
AGMARN	1.597.680,00	235.588,34	1.362.091,66	85,25
AGRCFSP	808.500,00	354.537,44	453.962,56	56,15
AGSP	1.465.840,00	387.257,23	1.078.582,77	73,58
DETRAN	67.900.000,00	58.919.012,15	8.980.987,85	13,23
FUEG	5.533.767,28	1.249.330,77	4.284.436,51	77,42
IPASGO	250.000,00	163.798,55	86.201,45	34,48
JUCEG	2.132.000,00	616.507,86	1.515.492,14	71,08
TOTAL	460.100.600,28	215.908.637,14	244.191.963,14	53,07

2.2.2.1 - INVESTIMENTOS

As Despesas Realizadas com Investimentos, em 2000, atingiram a importância de R\$ 215.908.637,14, correspondente a 41,06% do total das Despesas Empenhadas.

As Despesas Realizadas com Investimentos, desdobradas em seus Elementos se apresentam da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
INVESTIMENTOS		
Outras Transferências Intragovernamentais	58.335.258,05	27,02
Transferências a Municípios	183.668,65	0,08
Obras e Instalações	103.332.994,32	47,86
Equipamentos e Material Permanente	4.496.438,22	2,08
Aquisição de Imóveis	17.425,00	0,01
Despesas de Exercícios Anteriores	48.981.093,13	22,69
Indenizações e Restituições	155.278,30	0,07
Investimentos em Regime de Execução Especial	406.481,47	0,19
TOTAL	215.908.637,14	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Do montante fixado de R\$ 48.985.277,00, para a Reserva de Contingência foi utilizada a importância de R\$ 30.885.277,00, como indicação para abertura de Créditos Adicionais, demonstrado como Despesa Autorizada. A seguir o demonstrativo da utilização da Reserva de Contingência por órgão:

ÓRGÃOS	FIXADA	REDUÇÕES	SUPLEMENTAÇÕES	AUTORIZADA
DETRAN	30.000.000,00	0,00	0,00	30.000.000,00
IPASGO	18.885.277,00	18.000.000,00	0,00	885.277,00
JUCEG	<u>100.000,00</u>	<u>100.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	48.985.277,00	18.100.000,00	0,00	30.885.277,00

2.2.4 - EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA

No quinquênio 1996/2000 a Despesa Realizada evoluiu da seguinte forma:

ANOS	DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL	
	R\$	ÍNDICE	R\$	ÍNDICE	R\$	ÍNDICE
1996	200.646.283,51	100,00	188.743.058,77	100,00	389.389.342,28	100,00
1997	223.232.264,96	11,26	337.953.305,26	79,05	561.185.570,22	44,12
1998	234.406.439,12	16,83	516.384.625,44	173,59	750.791.064,56	92,81
1999	263.641.677,06	31,40	206.196.834,07	9,25	469.838.511,13	20,66
2000	309.979.588,78	54,49	215.908.637,14	14,39	525.888.225,92	35,05

A Despesa Realizada em 2000, da ordem de R\$ 525.888.225,92, obteve um acréscimo em relação a 1996 da importância de R\$ 136.498.883,64, representando, desta forma, um aumento percentual de 35,05%. Neste período os gastos com as Despesas Correntes cresceram R\$ 109.333.305,27 e com as Despesas de Capital cresceram R\$ 27.165.578,37.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Elaborado de acordo com o artigo 102 e Anexo 12 da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, consiste em demonstrar o confronto da Receita Prevista com a Arrecadada e da Despesa Autorizada com a Realizada, bem como o Resultado da EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

A Receita Prevista em confronto com a Realizada bem como o Resultado da Execução Orçamentária, em resumo se evidenciam como a seguir:

TÍTULOS	R\$	DIFERENÇA	
		PARCIAL	TOTAL
RECEITA			
RECEITAS CORRENTES			
Prevista	503.882.577,00		
Arrecadada	<u>403.562.577,90</u>	(100.319.999,10)	
RECEITAS DE CAPITAL			
Prevista	392.077.067,00		
Arrecadada	<u>145.568.224,99</u>	<u>(246.508.842,01)</u>	(346.828.841,11)
DESPESA			
DESPESAS CORRENTES			
Autorizada	471.051.277,61		
Realizada	<u>309.979.588,78</u>	161.071.688,83	
DESPESAS DE CAPITAL			
Autorizada	460.100.600,28		
Realizada	<u>215.908.637,14</u>	244.191.963,14	
RESERVA DE CONTING.			
Autorizada	30.885.277,00		
Realizada	<u>0,00</u>	<u>30.885.277,00</u>	<u>436.148.928,97</u>
DIFERENÇA			<u>89.320.087,86</u>

Entre as Receitas Previstas e Arrecadadas e as Despesas Autorizadas e Realizadas, conforme o quadro demonstrativo, apurou-se uma diferença positiva que se expressa em termos absolutos com a importância de R\$ 89.320.087,86.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3.2 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO

O Resultado da Execução Orçamentária em 2000 registra um superávit de R\$ 23.242.576,97, apurado no confronto da Receita Arrecadada com a Despesa Realizada, demonstrado a seguir:

Superávit da Execução Orçamentária	89.320.087,86
Déficit Presumível	(66.077.510,89)
SUPERÁVIT	23.242.576,97

O Déficit Presumível da importância de R\$ 66.077.510,89, foi obtido do confronto entre a Receita Prevista e a Despesa Autorizada conforme segue:

RECEITA PREVISTA		
Receitas Correntes	503.882.577,00	
Receitas de Capital	<u>392.077.067,00</u>	895.959.644,00
DESPESA AUTORIZADA		
Despesas Correntes	471.051.277,61	
Despesas de Capital	460.100.600,28	
Reserva de Contingência	<u>30.885.277,00</u>	<u>962.037.154,89</u>
DÉFICIT PRESUMÍVEL		(66.077.510,89)

A seguir, a demonstração do Resultado Orçamentário, das Autarquias e Fundações:

ÓRGÃOS	RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
AGANP	24.464.097,23	21.453.351,04	3.010.746,19
AGC	39.007.606,15	30.261.884,95	8.745.721,20
AGCPLT	6.353.722,95	6.243.507,27	110.215,68
AGDR	8.424.553,91	13.938.159,35	(5.513.605,44)
AGDRF	13.584.782,48	13.161.245,63	423.536,85
AGETOP	194.029.001,77	202.182.188,51	(8.153.186,74)
AGETUR	2.092.848,43	2.055.202,56	37.645,87
AGMARN	6.498.168,99	6.465.761,54	32.407,45
AGRCFSP	3.763.541,66	3.808.376,99	(44.835,33)
AGSP	9.562.922,85	9.848.810,16	(285.887,31)
DETRAN	94.002.087,63	94.172.226,65	(170.139,02)
FUEG	20.657.323,61	16.686.346,21	3.970.977,40
IPASGO	124.071.053,73	101.759.933,56	22.311.120,17
JUCEG	<u>2.619.091,50</u>	<u>3.851.231,50</u>	<u>(1.232.140,00)</u>
TOTAL	549.130.802,89	525.888.225,92	23.242.576,97



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4 - BALANÇO FINANCEIRO

falta 27

Elaborado de conformidade com o artigo 103 e Anexo 13 da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, evidencia a Receita e Despesa Orçamentária, bem como os Recebimentos e Pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, em espécie, provindos do Exercício Anterior e os que transferem para o Exercício Seguinte.

O demonstrativo a seguir mostra o fluxo das entradas e saídas de numerários do Tesouro Estadual, bem como a Inscrição de Resíduos Passivos em contrapartida com a Despesa Orçamentária que figura com um montante de Despesa Empenhada (paga e a pagar) conjugada com as Disponibilidades do Exercício Anterior e com as que passam para o Exercício Seguinte.

4.1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Este grupo de contas compreende os Ingressos da Receita Orçamentária que é demonstrada em números absolutos e relativos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	%
RECEITAS CORRENTES		
Receita Tributária	92.209.830,02	16,79
Receita de Contribuição	109.135.188,30	19,88
Receita Patrimonial	1.955.053,08	0,36
Receita Industrial	76.803,26	0,01
Receita de Serviços	18.560.904,94	3,38
Transferências Correntes	160.130.964,53	29,16
Outras Receitas Correntes	<u>21.493.833,77</u>	<u>3,91</u>
SOMA	403.562.577,90	73,49
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de Bens	533.883,80	0,10
Transferências de Capital	<u>145.034.341,19</u>	<u>26,41</u>
SOMA	<u>145.568.224,99</u>	<u>26,51</u>
TOTAL	549.130.802,89	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.2 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

A Receita Extra-Orçamentária, representativa dos Ingressos Financeiros processados Independentes da Execução Orçamentária, está representada em números absolutos e relativos, como segue:

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$	%
Restos a Pagar	88.123.553,35	49,73
Despesas de Pessoal a Pagar	6.901.163,99	3,89
Consignações	3.503.795,40	1,98
Depósitos de Caução em Dinheiro	257.137,90	0,15
Depósitos de Outras Origens	124.659,19	0,07
Outros Credores	3.565.327,55	2,01
Recursos a Receber	39.115.831,25	22,08
Débitos de Agentes Arrecadadores	0,00	0,00
Entidades Estatais Devedoras.	7.964,94	0,01
Outros Devedores	14.110.993,38	7,96
Receita de Convênios	9.832.635,97	5,55
Respons. por Supr. de Fundos	4.154.618,90	2,34
Despesas a Regularizar	<u>7.494.177,54</u>	<u>4,23</u>
TOTAL	177.191.859,36	100,00

4.3 - SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As Disponibilidades oriundas do Exercício Anterior se constituíram da seguinte forma:

DISPONÍVEL + APLICAÇÕES + VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	R\$	%
DISPONÍVEL		
Agentes Arrecadadores	133.110,31	1,47
Caixa	111.095,94	1,23
Bancos C/Movimento	<u>4.732.327,93</u>	<u>52,34</u>
SOMA	4.976.534,18	55,04
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
De Curto Prazo	<u>4.016.484,41</u>	<u>44,43</u>
SOMA	4.016.484,41	44,43
VINCULADO C/C BANCÁRIA		
Bancos Conta Caução	47.764,02	0,53
Bancos C/Fundos e/ou Programas Especiais	10,00	0,00
SOMA	<u>47.774,02</u>	<u>0,53</u>
TOTAL	9.040.792,61	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.4 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Orçamentária compreende o grupo de contas que registra as Despesas Realizadas por Títulos das Funções, cuja demonstração segue em números absolutos e relativos:

FUNÇÕES	R\$	%
04. Administração	118.645.466,47	22,56
06. Segurança Pública	44.389.791,78	8,44
08. Assistência Social	92.064.521,82	17,51
09. Previdência Social	26.739.119,47	5,08
10. Saúde	9.338.964,65	1,78
12. Educação	15.369.728,27	2,92
13. Cultura	6.048.435,18	1,15
15. Urbanismo	5.087.000,00	0,97
18. Gestão Ambiental	6.418.046,21	1,22
20. Agricultura	10.587.923,16	2,01
21. Organização Agrária	776.375,68	0,15
23. Comércio e Serviços	5.493.582,08	1,04
26. Transporte	125.878.314,45	23,94
27. Desporto e Lazer	32.557,54	0,01
28. Encargos Especiais	<u>59.018.399,16</u>	<u>11,22</u>
TOTAL	525.888.225,92	100,00

4.5 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Extra-Orçamentária representativa dos Egressos Financeiros verificados no Exercício e Independentes da Execução Orçamentária, teve o seguinte comportamento:

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$	%
Restos a Pagar	79.126.104,27	40,72
Despesa de Pessoal a Pagar	6.489.283,12	3,34
Consignações	920.235,14	0,47
Dep. de Caução em Dinheiro	285.757,21	0,15
Outros Credores	3.034.740,49	1,56
Recursos a Receber	72.523.300,68	37,32
Entidades Estatais Devedoras	95.881,82	0,05
Outros Devedores	12.694.307,41	6,53
Despesa de Convênios	5.703.617,43	2,93
Responsáveis. p/Suprim. de Fundos	4.154.618,90	2,14
Despesas a Regularizar	<u>9.303.732,96</u>	<u>4,79</u>
TOTAL	194.331.579,43	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.6 - SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

As Disponibilidades que passam para o Exercício Seguinte se demonstram assim:

DISPONÍVEL + APLICAÇÕES + VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	R\$	%
DISPONÍVEL		
Caixa	107.733,74	0,71
Bancos C/Movimento	<u>7.669.326,68</u>	<u>50,64</u>
SOMA	<u>7.777.060,42</u>	<u>51,35</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
De Curto Prazo	<u>2.905.852,46</u>	<u>19,19</u>
SOMA	<u>2.905.852,46</u>	<u>19,19</u>
VINCULADO C/C BANCÁRIA		
Bancos Conta Caução	30.820,23	0,21
Bancos C/Fundos e/ou Programas Especiais	<u>4.429.916,40</u>	<u>29,25</u>
SOMA	<u>4.460.736,63</u>	<u>29,46</u>
TOTAL	<u>15.143.649,51</u>	<u>100,00</u>

A seguir, a demonstração da movimentação financeira da Receita Orçamentária e Extra-Orçamentária efetivamente recebida e da Despesa Orçamentária e Extra-Orçamentária efetivamente paga:

1) SALDO AO INICIAR-SE O EXERCÍCIO DE 2000	9.040.792,61
2) RECEITA ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE ARRECADADA	476.607.502,21
Receita Orçamentária	549.130.802,89
Recursos a Receber	(72.523.300,68)
3) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE PAGA	427.359.713,18
Despesa Orçamentária	525.888.225,92
Restos a Pagar	(88.123.553,35)
Despesa de Pessoal a Pagar	(6.901.163,99)
Consignações	(3.503.795,40)
4) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (2-3)	49.247.789,03
5) RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE ARRECADADA	78.663.346,62
Receita Extra-Orçamentária	177.191.859,36
Restos a Pagar	(88.123.553,35)
Despesa de Pessoal a Pagar	(6.901.163,99)
Consignações	(3.503.795,40)
6) DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE PAGA	121.808.278,75
Despesa Extra-Orçamentária	194.331.579,43
Recursos a Receber	(72.523.300,68)
7) RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO (5-6)	(43.144.932,13)
8) SALDO AO ENCERRAR-SE O EXERCÍCIO DE 2000 (1+4+7)	<u>15.143.649,51</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5 - BALANÇO PATRIMONIAL

falta 28

O Balanço Patrimonial foi elaborado conforme o artigo 105 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e consiste em demonstrar os valores **Ativos e Passivos** nos aspectos qualitativo e quantitativo segundo os elementos selecionados por grupo constantes dos Balanços das Autarquias e Fundações do Exercício de 2000.

O Balanço Patrimonial das Autarquias e Fundações mostra os grupos do Ativo e do Passivo, bem como o Saldo Patrimonial, que é a diferença apurada entre os dois grupos, chamada também de Situação Líquida. Encerrado ao final do Exercício, leva em conta as Mutações decorrentes das Execuções Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do ano.

Em análise as contas patrimoniais configuradas no contexto do Balanço do Exercício de 2000:

TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2000		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
ATIVO			
ATIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL			
Agentes Arrecadadores	133.110,31	0,00	(133.110,31)
Caixa	111.095,94	107.733,74	(3.362,20)
Bancos C/Movimento	<u>4.732.327,93</u>	<u>7.669.326,68</u>	<u>2.936.998,75</u>
SOMA	4.976.534,18	7.777.060,42	2.800.526,24
APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
De Curto Prazo	<u>4.016.484,41</u>	<u>2.905.852,46</u>	<u>(1.110.631,95)</u>
SOMA	4.016.484,41	2.905.852,46	(1.110.631,95)
VINCULADO C/C BANCÁRIA			
Bancos C/Fundos e/ou Prog. Especiais	10,00	4.429.916,40	4.429.906,40
Bancos C/Caução	<u>47.764,02</u>	<u>30.820,23</u>	<u>(16.943,79)</u>
SOMA	47.774,02	4.460.736,63	4.412.962,61
REALIZÁVEL			
Recursos a Receber	69.579.302,17	101.406.234,13	31.826.931,96
Déb. Agentes Arrecadadores	874,63	874,63	0,00
Entidades Estatais Devedoras	5.345.455,57	5.433.372,45	87.916,88
Outros Devedores	<u>5.876.114,09</u>	<u>4.408.909,70</u>	<u>(1.467.204,39)</u>
SOMA	80.801.746,46	111.249.390,91	30.447.644,45



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2000		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
DESEMBOLSOS A APROPRIAR			
Despesas a Regularizar	<u>33.428,98</u>	<u>1.842.984,40</u>	<u>1.809.555,42</u>
SOMA	<u>33.428,98</u>	<u>1.842.984,40</u>	<u>1.809.555,42</u>
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	89.875.968,05	128.236.024,82	38.360.056,77
ATIVO PERMANENTE			
Bens Móveis	35.814.898,66	43.740.272,33	7.925.373,67
Bens Imóveis	709.684.213,52	231.030.420,69	(478.653.792,83)
Bens de Natureza Industrial	133.100,24	259.894,04	126.793,80
Emprést. e/ou Financ. Conced.	0,01	0,01	0,00
Part. Capital de Empresas	550.923,95	526.612,59	(24.311,36)
Fundos Rotativos	179.250,92	309.250,91	129.999,99
Fundos Especiais	(738.783,26)	(1.501.929,40)	(763.146,14)
Almoxarifado	<u>3.911.015,18</u>	<u>3.210.815,89</u>	<u>(700.199,29)</u>
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	<u>749.534.619,22</u>	<u>277.575.337,06</u>	<u>(471.959.282,16)</u>
ATIVO TRANSITÓRIO			
Bens Móveis	1.800.102,14	2.166.040,76	365.938,62
Bens Imóveis	150.334.734,94	17.204.536,98	(133.130.197,96)
Bens de Natureza Industrial	0,00	94.095,57	94.095,57
Materiais de Cons. e/ou Transf.	<u>2.049.923,21</u>	<u>3.300.703,53</u>	<u>1.250.780,32</u>
TOTAL DO ATIVO TRANSITÓRIO	<u>154.184.760,29</u>	<u>22.765.376,84</u>	<u>(131.419.383,45)</u>
TOTAL DO ATIVO REAL	993.595.347,56	428.576.738,72	(565.018.608,84)
PASSIVO			
PASSIVO FINANCEIRO			
DÍVIDA FLUTUANTE			
Restos a Pagar	267.341.798,67	98.533.504,16	(168.808.294,51)
Despesa de Pessoal a Pagar	6.662.817,06	7.047.129,99	384.312,93
Consignações	3.302.845,13	4.297.661,91	994.816,78
Dep. de Caução em Dinheiro	125.904,82	97.721,39	(28.183,43)
Depósitos de Outras Origens	133.715,20	258.374,39	124.659,19
Entidades Estatais Credoras	10.329,98	10.329,98	0,00
Outros Credores	<u>1.990.280,47</u>	<u>2.093.203,92</u>	<u>102.923,45</u>
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	<u>279.567.691,33</u>	<u>112.337.925,74</u>	<u>(167.229.765,59)</u>
TOTAL DO PASSIVO REAL	<u>279.567.691,33</u>	<u>112.337.925,74</u>	<u>(167.229.765,59)</u>
SALDO PATRIMONIAL	<u>714.027.656,23</u>	<u>316.238.812,98</u>	<u>(397.788.843,25)</u>
TOTAL	993.595.347,56	428.576.738,72	(565.018.608,84)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5.1 - RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O Resultado Financeiro de 2000 apresentou um superávit de R\$ 205.589.822,36, que se demonstra da seguinte forma:

1) DISPONIBILIDADES	
Saldo Final	15.143.649,51
Saldo Inicial	<u>(9.040.792,61)</u>
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	6.102.856,90
2) REALIZÁVEL	
Formação de Créditos	85.313.489,91
Recebimento de Créditos	<u>(53.234.789,57)</u>
	32.078.700,34
Encampação de Créditos	369.368,00
Cancelamento de Créditos	<u>(2.000.423,89)</u>
AUMENTO DE CRÉDITOS	30.447.644,45
3) DESEMBOLSOS A APROPRIAR	
Inscrição de Desembolsos a Apropriar	13.458.351,86
Apropriação de Desembolsos a Apropriar	<u>(11.648.796,44)</u>
AUMENTO DE DESEMBOLSOS A APROPRIAR	1.809.555,42
4) DÍVIDA FLUTUANTE	
Formação de Dívidas	(102.475.637,38)
Pagamento de Dívidas	<u>89.856.120,23</u>
	(12.619.517,15)
Variações Ativas	179.849.718,62
Variações Passivas	<u>(435,88)</u>
DIMINUIÇÃO DE DÍVIDAS	167.229.765,59

assim: O Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2000, resumido se apresenta

Aumento das Disponibilidades	6.102.856,90
Aumento de Créditos	30.447.644,45
Aumento de Desembolsos a Apropriar	1.809.555,42
Diminuição de Dívidas	<u>167.229.765,59</u>
SUPERÁVIT	205.589.822,36



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

5.2 - RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado das Variações Patrimoniais, do Exercício de 2000, apresentou um déficit patrimonial de R\$ 603.378.665,61, como é demonstrado a seguir:

VARIAÇÕES POSITIVAS

NO ATIVO PERMANENTE

Bens Móveis	7.925.373,67	
Bens de Natureza Industrial	126.793,80	
Fundos Rotativos	<u>129.999,99</u>	8.182.167,46

NO ATIVO TRANSITÓRIO

Bens Móveis	365.938,62	
Bens de Natureza Industrial	94.095,57	
Materiais de Cons. e/ou Transformação	<u>1.250.780,32</u>	<u>1.710.814,51</u>

TOTAL DAS VARIAÇÕES POSITIVAS

9.892.981,97

VARIAÇÕES NEGATIVAS

NO ATIVO PERMANENTE

Bens Imóveis	(478.653.792,83)	
Part. Capital de Empresas	(24.311,36)	
Fundos Especiais	(763.146,14)	
Almoxarifado	<u>(700.199,29)</u>	(480.141.449,62)

NO ATIVO TRANSITÓRIO

Bens Imóveis		<u>(133.130.197,96)</u>
--------------	--	-------------------------

TOTAL DAS VARIAÇÕES NEGATIVAS

(613.271.647,58)

DÉFICIT PATRIMONIAL

(603.378.665,61)

5.3 - SALDO PATRIMONIAL

O Saldo Patrimonial de 2000 se apresentou da seguinte forma:

PATRIMÔNIO FINANCEIRO

Saldo de 1999	(189.691.723,28)	
Superávit do Exercício de 2000	<u>205.589.822,36</u>	15.898.099,08



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

PATRIMÔNIO PERMANENTE

Saldo de 1999	749.534.619,22	
Déficit do Exercício de 2000	<u>(471.959.282,16)</u>	277.575.337,06

PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO

Saldo de 1999	154.184.760,29	
Déficit do Exercício de 2000	<u>(131.419.383,45)</u>	<u>22.765.376,84</u>

SALDO PATRIMONIAL (ATIVO REAL LÍQUIDO)**316.238.812,98**

O Ativo Financeiro das Autarquias e Fundações, em 2000, se demonstra da seguinte forma, por órgão:

ÓRGÃOS	ATIVO FINANCEIRO		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
AGANP	8.256.719,68	10.343.447,93	2.086.728,25
AGC	3.719.821,28	15.238.439,70	11.518.618,42
AGCPLT	993.237,97	1.328.140,68	334.902,71
AGDR	150.174,46	868.615,61	718.441,15
AGDRF	1.890.053,52	2.847.339,86	957.286,34
AGETOP	57.492.411,78	68.934.209,59	11.441.797,81
AGETUR	0,00	1.052.773,79	1.052.773,79
AGMARN	460.746,01	1.136.072,50	675.326,49
AGRCFSP	605.578,53	1.015.199,02	409.620,49
AGSP	1.345.736,03	1.066.864,77	(278.871,26)
DETRAN	3.442.458,59	660.507,78	(2.781.950,81)
FUEG	4.403.381,87	13.774.070,73	9.370.688,86
IPASGO	5.733.962,54	8.356.005,91	2.622.043,37
JUCEG	<u>1.381.685,79</u>	<u>1.614.336,95</u>	<u>232.651,16</u>
TOTAL	89.875.968,05	128.236.024,82	38.360.056,77

O Passivo Financeiro das Autarquias e Fundações, em 2000, se demonstra da seguinte forma, por órgão:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ÓRGÃOS	PASSIVO FINANCEIRO		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
AGANP	10.488.975,81	9.500.466,28	(988.509,53)
AGC	4.867.487,83	7.223.508,13	2.356.020,30
AGCPLT	754.304,72	1.099.870,96	345.566,24
AGDR	2.852.166,97	6.964.353,17	4.112.186,20
AGDRF	1.553.342,82	2.471.619,64	918.276,82
AGETOP	201.507.678,81	63.311.854,75	(138.195.824,06)
AGETUR	0,00	645.759,92	645.759,92
AGMARN	1.449.302,34	1.055.786,29	(393.516,05)
AGRCFSP	367.530,26	491.746,66	124.216,40
AGSP	956.036,99	1.425.957,93	469.920,94
DETRAN	11.597.213,39	2.894.984,43	(8.702.228,96)
FUEG	3.398.095,58	3.526.418,53	128.322,95
IPASGO	39.377.718,24	9.884.600,82	(29.493.117,42)
JUCEG	<u>397.837,57</u>	<u>1.840.998,23</u>	<u>1.443.160,66</u>
TOTAL	279.567.691,33	112.337.925,74	(167.229.765,59)

O Ativo Permanente das Autarquias e Fundações, em 2000, se demonstra da seguinte forma, por órgão:

ÓRGÃOS	ATIVO PERMANENTE		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
AGANP	59.988.155,66	63.421.422,33	3.433.266,67
AGC	29.529,44	86.716,86	57.187,42
AGCPLT	5.930.217,04	6.527.391,16	597.174,12
AGDR	17.423.048,51	22.758.561,30	5.335.512,79
AGDRF	24.271.461,13	25.803.642,35	1.532.181,22
AGETOP	599.937.224,69	109.028.367,79	(490.908.856,90)
AGETUR	0,00	7.680,00	7.680,00
AGMARN	5.748.904,80	6.098.871,22	349.966,42
AGRCFSP	141.763,46	627.497,76	485.734,30
AGSP	2.772.021,04	3.464.152,39	692.131,35
DETRAN	7.195.503,63	10.625.956,33	3.430.452,70
FUEG	7.485.208,82	9.052.687,71	1.567.478,89
IPASGO	17.885.469,31	18.860.814,24	975.344,93
JUCEG	<u>726.111,69</u>	<u>1.211.575,62</u>	<u>485.463,93</u>
TOTAL	749.534.619,22	277.575.337,06	(471.959.282,16)

O Ativo Transitório das Autarquias e Fundações, em 2000, se demonstra da seguinte forma, por órgão:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ÓRGÃOS	ATIVO TRANSITÓRIO		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
AGANP	1.297.418,51	1.453.981,12	156.562,61
AGC	0,00	17.809,27	17.809,27
AGCPLT	5.335,00	42.088,80	36.753,80
AGDR	1.800.763,53	3.929.801,63	2.129.038,10
AGDRF	759.883,21	368.533,43	(391.349,78)
AGETOP	148.031.020,07	14.107.858,47	(133.923.161,60)
AGETUR	0,00	1.600,00	1.600,00
AGMARN	3.029,89	220.776,87	217.746,98
AGRCFSP	37.563,43	79.339,88	41.776,45
AGSP	165.877,21	587.511,13	421.633,92
DETRAN	572.389,68	712.659,20	140.269,52
FUEG	1.072.533,62	622.708,39	(449.825,23)
IPASGO	438.825,85	257.009,57	(181.816,28)
JUCEG	<u>120,29</u>	<u>363.699,08</u>	<u>363.578,79</u>
TOTAL	154.184.760,29	22.765.376,84	(131.419.383,45)

A Conta "Participação no Capital de Empresas", do sub-grupo Valores do Ativo Permanente, que registra a Participação de Autarquias e Fundações no Capital de Empresas Econômicas, em 2000, consignou a importância de R\$ 526.612,59, representando um decréscimo, em relação ao ano anterior, da ordem de R\$ 24.311,36, correspondente a um decréscimo percentual de 4,41%. Este decréscimo foi resultante de Variações Independentes da Execução Orçamentária.

A participação quantitativa das Autarquias e Fundações no Capital de Empresas Econômicas, em 2000, comparada aos valores do ano anterior, se apresenta da seguinte forma:

ÓRGÃOS	1999	2000	VARIAÇÕES
AGSP			
TELEGOIÁS	<u>3.675,06</u>	<u>3.675,06</u>	<u>0,00</u>
SOMA	3.675,06	3.675,06	0,00
DETRAN			
TELEGOIÁS	<u>15.054,54</u>	<u>15.054,54</u>	<u>0,00</u>
SOMA	15.054,54	15.054,54	0,00
FUEG			
TELEGOIÁS	<u>35,89</u>	<u>35,89</u>	<u>0,00</u>
SOMA	35,89	35,89	0,00
IPASGO			
TELEGOIÁS	41.033,00	45.106,90	4.073,90
SANEAGO	2,00	2,00	0,00
IQUEGO	1.065,75	1.065,75	0,00
COMURG	310.841,00	310.841,00	0,00
COHAB	1.636,00	1.636,00	0,00
CRISA	124.886,00	113.298,01	(11.587,99)
TELEBRÁS	<u>52.694,71</u>	<u>35.897,44</u>	<u>(16.797,27)</u>
SOMA	532.158,46	507.847,10	(24.311,36)
TOTAL	550.923,95	526.612,59	(24.311,36)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

5.4 - ÍNDICES

A Situação Financeira das Autarquias e Fundações de 2000, conjuntamente é demonstrada por índices conforme a seguir:

5.4.1 - QUOCIENTE DE PRONTA LIQUIDEZ

$$QPL = \frac{\text{DISPONÍVEL} + \text{APLICAÇÕES FINANCEIRAS} + \text{VINCULADO C/C BANCÁRIA}}{\text{RESTOS A PAGAR}}$$

$$QPL = \frac{15.143.649,51}{98.533.504,16}$$

$$QPL = 0,15$$

Indica o índice que para cada Real de Restos a Pagar, as Autarquias e Fundações dispunham de R\$ 0,15 para o seu resgate imediato.

5.4.2 - QUOCIENTE DE LIQUIDEZ MEDIATA

$$QLM = \frac{\text{ATIVO FINANCEIRO}}{\text{PASSIVO FINANCEIRO}} \quad QLM = \frac{128.236.024,82}{112.337.925,74}$$

$$QLM = 1,14$$

O índice apurado indica que para cada Real de sua Dívida Flutuante, as Autarquias e Fundações possuíam R\$ 1,14 para o seu resgate.

5.4.3 - QUOCIENTE GERAL DE SOLVÊNCIA

$$QGS = \frac{\text{ATIVO REAL}}{\text{PASSIVO REAL}} \quad QGS = \frac{428.576.738,72}{112.337.925,74} \quad QGS = 3,82$$

O índice indica que as Autarquias e Fundações possuíam R\$ 3,82 do seu Ativo Real para cada Real de seus compromissos a curto prazo.

O quadro a seguir demonstra, com índices, a Situação Financeira, em conjunto, das Autarquias e Fundações no último triênio:

RELAÇÃO/QUOCIENTE	2000	1999	1998
Quociente de Pronta Liquidez	0,15	0,03	0,08
Quociente de Liquidez Mediata	1,14	0,32	0,39
Quociente Geral de Solvência	3,82	3,55	3,43



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

6 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada conforme o Anexo 15 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, evidenciando as alterações qualitativas e quantitativas do patrimônio em função das variações resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Em resumo, as Variações se apresentam assim:

VARIAÇÕES ATIVAS		
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		673.815.316,44
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		<u>250.715.804,07</u>
TOTAL		924.531.120,51
VARIAÇÕES PASSIVAS		
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		527.811.233,41
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		<u>794.508.730,35</u>
TOTAL		1.322.319.963,76
MAIS:		
RESULTADO PATRIMONIAL		
DÉFICIT PATRIMONIAL		(397.788.843,25)
TOTAL		924.531.120,51
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ATIVAS		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES		403.562.577,90
RECEITAS DE CAPITAL		<u>145.568.224,99</u>
		549.130.802,89
MENOS:		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA RECEITA		
ALIENAÇÃO DE BENS		
Bens Imóveis	1.918.007,49	
ALIENAÇÕES E/OU REVERSÃO DE VALORES		
Reversão de Fundos Rotativos	<u>5.000,00</u>	<u>1.923.007,49</u>
RECEITA EFETIVA		547.207.795,40



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

PASSIVAS

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CAPITAL

309.979.588,78
215.908.637,14
525.888.225,92

MENOS:

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA DESPESA

AQUISIÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE BENS

Bens Móveis	2.837.488,63	
Bens Imóveis	53.624.714,58	
Bens de Natureza Industrial	<u>113.783,07</u>	56.575.986,28

CONSTITUIÇÃO DE VALORES

Integralização de Capital de Empresas	4.073,90	
Aquisição de Mat. de Cons. e/ou Transformação	10.438.435,50	
Constituição de Outros Valores	<u>50.908,04</u>	10.493.417,44

INSCRIÇÃO DE BENS A RECEBER

Bens Móveis	1.682.253,12	
Bens Imóveis	51.683.208,09	
Bens de Natureza Industrial	<u>94.095,57</u>	53.459.556,78

INSCRIÇÃO DE VALORES A APROPRIAR

Materiais de Consumo e/ou Transformação		<u>4.155.553,05</u>
---	--	---------------------

DESPESA EFETIVA

401.203.712,37

O confronto da receita e despesa efetiva produz o primeiro resultado parcial configurando um superávit de R\$ 146.004.083,03.

RECEITA EFETIVA
DESPESA EFETIVA
SUPERÁVIT

547.207.795,40
401.203.712,37
146.004.083,03

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ATIVAS

INCORPORAÇÃO DE BENS

Bens Móveis	4.877.866,68	
Bens Imóveis	<u>37.845.264,66</u>	42.723.131,34



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

REAVALIAÇÃO DE BENS		
Bens Móveis	2.189.713,26	
Bens Imóveis	11.565.786,03	
Bens de Natureza Industrial	<u>13.010,73</u>	13.768.510,02
APROPRIAÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE VALORES		
Fundos Rotativos	134.999,99	
Materiais de Consumo e/ou Transformação	<u>1.049.512,27</u>	1.184.512,26
SUPERVENIÊNCIAS ATIVAS		
Encampação de Valores a Apropriar	598.645,95	
Encampação de Bens a Receber	<u>2.389.281,91</u>	2.987.927,86
ENCAMPAÇÃO DE CRÉDITOS REALIZÁVEIS		
Recursos a Receber		369.368,00
CANCELAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE		
Restos a Pagar	177.805.743,59	
Despesa de Pessoal a Pagar	27.567,94	
Consignações	1.588.743,48	
Outros Credores	<u>427.663,61</u>	179.849.718,62
RECEITA DE CONVÊNIOS		
Receita Convênios		<u>9.832.635,97</u>
TOTAL		250.715.804,07
PASSIVAS		
DESINCORPORAÇÃO DE BENS		
Bens Móveis	1.979.694,90	
Bens Imóveis	<u>579.771.550,61</u>	581.751.245,51
CANCELAMENTO DE CRÉDITOS		
Outros Créditos		28.385,26
BAIXA DE VALORES		
Materiais de Consumo e/ou Transformação	11.927.513,14	
Fundos Especiais	763.146,14	
Materiais para Outras Finalidades	<u>311.541,96</u>	13.002.201,24
INSUBSISTÊNCIAS ATIVAS		
Baixa de Bens a Receber	188.519.002,46	
Baixa de Valores a Apropriar	<u>3.503.418,68</u>	192.022.421,14
CANCELAMENTO DE CRÉDITOS REALIZÁVEIS		
Recursos a Receber	1.949.905,47	
Outros Devedores	<u>50.518,42</u>	2.000.423,89
ENCAMPAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE		
Depósitos de Dinheiro em Caução		435,88
DESPESA DE CONVÊNIOS		
Despesa de Convênios		<u>5.703.617,43</u>
TOTAL		794.508.730,35



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O segundo resultado parcial é obtido do confronto entre as variações ativas e passivas independentes da execução orçamentária, configurando como se pode ver um déficit no valor de R\$ 543.792.926,28.

VARIAÇÕES ATIVAS	250.715.804,07
VARIAÇÕES PASSIVAS	<u>794.508.730,35</u>
DÉFICIT	(543.792.926,28)

A soma dos dois resultados obtidos, demonstra que as Autarquias e Fundações, em 2000, apresentou um Déficit Patrimonial da ordem de R\$ 397.788.843,25.

SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	146.004.083,03
DÉFICIT INDEPENDENTE DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	<u>(543.792.926,28)</u>
DÉFICIT	(397.788.843,25)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

III - FUNDOS ESPECIAIS

Apresentaram seus Balanços no período regulamentar os Fundos Especiais a saber:

FCSP	Fundo de Capacitação do Servidor Público
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FEC	Fundo Estadual de Cidadania
FECAD	Fundo da Criança e do Adolescente
FECT	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia
FUNDESTE	Fundo Estadual de Desenvolvimento do Nordeste
FEE	Fundo Estadual de Esportes
FEMA	Fundo Estadual do Meio Ambiente
FEVT	Fundo Especial do Vale Transporte
FFM	Fundo de Fomento à Mineração
FJPJ	Fundo Especial dos Juizados do Poder Judiciário
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FUNAJ	Fundo de Assistência Judiciária
FUNDER	Fundo Especial de Desenvolvimento Rural
FUNDES	Fundo do Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás
FUNDESP-PJ	Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário
FUNDISTRITO	Fundo de Administração e Controle de Distritos e Áreas Industriais de Goiás
FUNESA	Fundo Especial de Saúde
FUNESP	Fundo Estadual de Segurança Pública
FUNGER	Fundo Especial de Geração de Emprego e Renda
FUNPROGE	Fundo de Manutenção e Reparcelamento da Procuradoria Geral do Estado
PROCON	Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor

A seguir a relação dos Fundos Especiais, previstos no Orçamento Geral do Estado, que não tiveram Execução Orçamentária, no exercício de 2000:

FCSP	Fundo de Capacitação do Servidor Público
FUNDESTE	Fundo Estadual de Desenvolvimento do Nordeste
FUNDES	Fundo do Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás
FUNDISTRITO	Fundo de Administração e Controle de Distritos e Áreas Industriais de Goiás



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

1 - ORÇAMENTO

O Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 2000, aprovado pela Lei n.º 13.571, de 28 de dezembro de 1999, estimou a Receita em R\$ 481.092.795,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, noventa e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais) e fixou a Despesa em igual importância para os Fundos Especiais.

A Receita Arrecadada durante o Exercício de 2000 registrou a importância de R\$ 222.130.953,57 (duzentos e vinte e dois milhões, cento e trinta mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), significando, portanto, uma arrecadação a menor de R\$ 258.961.841,43 (duzentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e três centavos), em relação a Receita Estimada de R\$ 481.092.795,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, noventa e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais).

A Despesa Autorizada, em decorrência da abertura de Créditos Adicionais no Exercício de 2000, que determinaram assim alterações no Orçamento Inicial, está a seguir demonstrada:

ORÇAMENTO INICIAL	481.092.795,00	
REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	<u>(97.425.751,85)</u>	383.667.043,15
CRÉDITOS SUPLEMENTARES		<u>152.295.463,31</u>
SOMA		535.962.506,46
CRÉDITOS ESPECIAIS		<u>50.587.400,00</u>
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA		586.549.906,46

O aumento de R\$ 105.457.111,46 (cento e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, cento e onze reais e quarenta e seis centavos), verificado entre a Despesa Inicialmente Fixada em R\$ 481.092.795,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, noventa e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais) e a Despesa Autorizada Final da ordem de R\$ 586.549.906,46 (quinhentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), deveu-se às seguintes Origens de Recursos:

RECURSOS DO ESTADO	R\$ 186.981.143,82
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 15.017.400,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 884.319,49
REDUÇÕES	<u>R\$ (97.425.751,85)</u>
	R\$ 105.457.111,46

A seguir, o demonstrativo das Despesas Orçada, Autorizada e Realizada, por suas Categorias Econômicas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA ORÇADA		DESPESA AUTORIZADA		DESPESA REALIZADA	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
30000000	<u>307.809.628,00</u>	<u>63,98</u>	<u>398.075.980,51</u>	<u>67,87</u>	<u>198.425.892,10</u>	<u>76,63</u>
31000000	3.242.700,00	0,67	4.242.700,00	0,72	2.482.034,33	0,96
32000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	304.566.928,00	63,31	393.833.280,51	67,15	195.943.857,77	75,67
40000000	<u>173.283.167,00</u>	<u>36,02</u>	<u>188.473.925,95</u>	<u>32,13</u>	<u>60.523.380,68</u>	<u>23,37</u>
44000000	114.717.942,00	23,85	131.108.700,95	22,35	60.523.380,68	23,37
45000000	58.565.225,00	12,17	57.365.225,00	9,78	0,00	0,00
46000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90000000	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	<u>481.092.795,00</u>	<u>100,00</u>	<u>586.549.906,46</u>	<u>100,00</u>	<u>258.949.272,78</u>	<u>100,00</u>

A seguir, o demonstrativo das Despesas Realizada, por seus Elementos:

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	R\$	%
30000000	<u>198.425.892,10</u>	<u>76,63</u>
31000000	<u>2.482.034,33</u>	<u>0,96</u>
31900000	<u>2.482.034,33</u>	<u>0,96</u>
31900100	<u>124,71</u>	<u>0,00</u>
31900800	<u>19.437,50</u>	<u>0,01</u>
31900900	<u>116,18</u>	<u>0,00</u>
31901100	<u>1.379.443,90</u>	<u>0,53</u>
31901300	<u>169.056,22</u>	<u>0,07</u>
31901301	<u>8.179,53</u>	<u>0,01</u>
31901302	<u>159.312,45</u>	<u>0,06</u>
31901399	<u>1.564,24</u>	<u>0,00</u>
31901600	<u>904.456,51</u>	<u>0,35</u>
31909200	<u>9.399,31</u>	<u>0,00</u>
31909201	<u>9.077,22</u>	<u>0,00</u>
31909203	<u>292,84</u>	<u>0,00</u>
31909204	<u>29,25</u>	<u>0,00</u>
33000000	<u>195.943.857,77</u>	<u>75,67</u>
33110000	<u>1.999.096,22</u>	<u>0,77</u>
33118100	<u>1.999.096,22</u>	<u>0,77</u>
33120000	<u>341.730,64</u>	<u>0,13</u>
33128700	<u>341.730,64</u>	<u>0,13</u>
33400000	<u>17.079.010,73</u>	<u>6,60</u>
33406800	<u>130.455,60</u>	<u>0,05</u>
33406900	<u>16.948.555,13</u>	<u>6,55</u>
33500000	<u>37.773.337,51</u>	<u>14,59</u>
33504300	<u>37.773.337,51</u>	<u>14,59</u>
33900000	<u>138.750.682,67</u>	<u>53,58</u>
33901000	<u>27.531.754,40</u>	<u>10,63</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	RS	%
33901400	<u>2.094.638,78</u>	<u>0,81</u>
33902000	<u>3.800,00</u>	<u>0,00</u>
33903000	<u>53.735.164,66</u>	<u>20,75</u>
33903001	1.731.371,84	0,67
33903002	848.396,00	0,33
33903003	2.680.617,98	1,03
33903004	940.749,87	0,36
33903005	43.632.625,74	16,85
33903006	171.156,63	0,07
33903007	73.571,28	0,03
33903099	3.656.675,32	1,41
33903200	<u>1.084.879,92</u>	<u>0,42</u>
33903300	<u>282.554,94</u>	<u>0,11</u>
33903400	<u>5.683.009,29</u>	<u>2,19</u>
33903401	51.424,07	0,02
33903402	5.631.585,22	2,17
33903500	<u>203.882,00</u>	<u>0,08</u>
33903600	<u>1.064.750,53</u>	<u>0,41</u>
33903900	<u>34.975.011,87</u>	<u>13,51</u>
33903901	5.355.196,36	2,07
33903902	50.587,89	0,02
33903903	153.582,85	0,06
33903904	14.870.706,31	5,74
33903905	921.212,22	0,35
33903906	799.650,79	0,31
33903907	825.870,89	0,32
33903908	922.822,10	0,36
33903999	11.075.382,46	4,28
33904000	<u>92.600,00</u>	<u>0,04</u>
33904100	<u>29.360,80</u>	<u>0,01</u>
33904800	<u>707.050,00</u>	<u>0,27</u>
33904900	<u>880.140,80</u>	<u>0,34</u>
33909200	<u>10.363.923,31</u>	<u>4,00</u>
33909201	845.072,01	0,33
33909299	9.518.851,30	3,67
33909300	<u>18.161,37</u>	<u>0,01</u>
40000000	<u>60.523.380,68</u>	<u>23,37</u>
44000000	<u>60.523.380,68</u>	<u>23,37</u>
44400000	<u>158.916,04</u>	<u>0,06</u>
44406900	<u>158.916,04</u>	<u>0,06</u>
44900000	<u>60.364.464,64</u>	<u>23,31</u>
44905100	<u>10.120.966,73</u>	<u>3,91</u>
44905200	<u>24.800.573,81</u>	<u>9,58</u>
44905201	5.276.442,63	2,04



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

DOTAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	RS	%
44905202	14.063.891,90	5,43
44905203	919.844,60	0,36
44905204	43.784,86	0,02
44905205	141.323,28	0,05
44905207	8.760,00	0,00
44905208	2.423.730,28	0,94
44905299	1.922.796,26	0,74
44909200	<u>597.162,41</u>	<u>0,23</u>
44909900	<u>24.845.761,69</u>	<u>9,59</u>
45000000	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	258.949.272,78	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária referente ao Exercício de 2000, dos Fundos Especiais compreende a realização de Receita e Despesa Orçamentárias.

2.1 - RECEITA

A Receita dos Fundos Especiais para 2000, inicialmente estimada em R\$ 481.092.795,00 registrou ao final do Exercício uma arrecadação de R\$ 222.130.953,57, significando que houve uma arrecadação a menor de R\$ 258.961.841,43 correspondente a 53,83%.

As Receitas Correntes previstas em R\$ 339.048.627,00 registraram de arrecadação a importância de R\$ 177.047.575,33, significando uma arrecadação a menor de R\$ 162.001.051,67, correspondente ao percentual de 47,78%.

As Receitas de Capital estimadas em R\$ 142.044.168,00 registraram em 2000 uma arrecadação de R\$ 45.083.378,24, demonstrando, portanto, que houve uma arrecadação a menor de R\$ 96.960.789,76, equivalente a um percentual de 68,26%.

A Receita Prevista comparada com a Arrecadada, por Categorias Econômicas demonstra-se assim:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	(+/-)%
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	18.895.983,00	17.600.090,14	(1.295.892,86)	(6,86)
Receita de Contribuições	805.510,00	0,00	(805.510,00)	(100,00)
Receita Patrimonial	2.415.000,00	4.528.654,84	2.113.654,84	87,52
Receita Agropecuária	700.000,00	765.650,00	65.650,00	9,38
Receita Industrial	7.750.000,00	0,00	(7.750.000,00)	(100,00)
Receita de Serviços	170.678.350,00	39.951.980,40	(130.726.369,60)	(76,59)
Transferências Correntes	128.573.134,00	106.559.521,46	(22.013.612,54)	(17,12)
Outras Receitas Correntes	<u>9.230.650,00</u>	<u>7.641.678,49</u>	<u>(1.588.971,51)</u>	<u>(17,21)</u>
SOMA	339.048.627,00	177.047.575,33	(162.001.051,67)	(47,78)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	(+/-)%
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens	1.115.000,00	0,00	(1.115.000,00)	(100,00)
Transferências de Capital	140.909.168,00	45.083.378,24	(95.825.789,76)	(68,01)
Outras Receitas de Capital	<u>20.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>(20.000,00)</u>	(100,00)
SOMA	<u>142.044.168,00</u>	<u>45.083.378,24</u>	<u>(96.960.789,76)</u>	(68,26)
TOTAL	481.092.795,00	222.130.953,57	(258.961.841,43)	(53,83)

A participação relativa da Receita Arrecadada por Títulos se demonstra assim:

RECEITAS CORRENTES	%	RECEITAS DE CAPITAL	%
Receita Tributária	7,92	Transferências de Capital	<u>20,30</u>
Receita de Contribuições	0,00		
Receita Patrimonial	2,04		
Receita Agropecuária	0,34		
Receita de Serviços	17,99		
Transferências Correntes	47,97		
Outras Receitas Correntes	<u>3,44</u>		
SOMA	79,70	SOMA	20,30

Desta forma, por Categoria Econômica, a Receita Arrecadada, em números relativos, é a seguinte:

	%
RECEITAS CORRENTES	79,70
RECEITAS DE CAPITAL	<u>20,30</u>
	100,00

2.1.1 - RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes em 2000, com a importância de R\$ 177.047.575,33, contribuíram com 79,70% do total da arrecadação. A Receita mais expressiva desta Categoria Econômica foi a oriunda de Transferências Correntes com 47,97%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

A seguir, o quadro comparativo das Receitas Correntes Previstas com as Arrecadadas:

FUNDOS ESPECIAIS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	(+/-)%
FCSP	2.109.800,00	0,00	(2.109.800,00)	(100,00)
FEAS	6.500.000,00	3.723.290,07	(2.776.709,93)	(42,72)
FEC	39.691.046,00	40.247.637,63	556.591,63	1,40
FECAD	259.500,00	43.886,92	(215.613,08)	(83,09)
FECT	6.905.800,00	2.472.575,39	(4.433.224,61)	(64,20)
FUNDESTE	2.289,00	0,00	(2.289,00)	(100,00)
FEE	13.450.641,00	5.075.557,23	(8.375.083,77)	(62,27)
FEMA	3.363.433,00	4.043.446,08	680.013,08	20,22
FEVT	2.200.000,00	2.367.177,06	167.177,06	7,60
FFM	7.400.000,00	102.908,21	(7.297.091,79)	(98,61)
FJPJ	685.000,00	552.007,94	(132.992,06)	(19,41)
FOMENTAR	5.085.500,00	7.417.918,09	2.332.418,09	45,86
FUNAJ	370.000,00	190.554,87	(179.445,13)	(48,50)
FUNDER	1.532.510,00	766.910,04	(765.599,96)	(49,96)
FUNDES	270.000,00	0,00	(270.000,00)	(100,00)
FUNDESP-PJ	19.900.000,00	18.532.645,17	(1.367.354,83)	(6,87)
FUNDISTRITO	2.000.000,00	0,00	(2.000.000,00)	(100,00)
FUNESA	204.829.628,00	74.769.626,28	(130.060.001,72)	(63,50)
FUNESP	5.579.000,00	9.869.258,55	4.290.258,55	76,90
FUNGER	15.214.480,00	6.436.167,87	(8.778.312,13)	(57,70)
FUNPROGE	1.080.000,00	140.522,97	(939.477,03)	(86,99)
PROCON	<u>620.000,00</u>	<u>295.484,96</u>	<u>(324.515,04)</u>	<u>(52,34)</u>
TOTAL	339.048.627,00	177.047.575,33	(162.001.051,67)	(47,78)

2.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

A arrecadação das Receitas de Capital em 2000 registrou a importância de R\$ 45.083.378,24, significando participação de 20,30% sobre o total da arrecadação.

O quadro comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Arrecadadas se demonstram como a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

FUNDOS ESPECIAIS	RECEITA		DIFERENÇA	
	PREVISTA	ARRECADADA	R\$	(+/-)%
FCSP	89.000,00	0,00	(89.000,00)	(100,00)
FEAS	472.500,00	0,00	(472.500,00)	(100,00)
FEC	3.000.000,00	0,00	(3.000.000,00)	(100,00)
FECAD	170.000,00	0,00	(170.000,00)	(100,00)
FECT	48.757.903,00	27.371.956,20	(21.385.946,80)	(43,86)
FUNDESTE	0,00	0,00	0,00	0,00!
FEE	1.353.280,00	15.500,66	(1.337.779,34)	(98,85)
FEMA	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVT	0,00	0,00	0,00	0,00
FFM	20.000,00	0,00	(20.000,00)	(100,00)
FJPJ	15.000,00	0,00	(15.000,00)	(100,00)
FOMENTAR	50.710.000,00	0,00	(50.710.000,00)	(100,00)
FUNAJ	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDER	8.000,00	0,00	(8.000,00)	(100,00)
FUNDES	50.000,00	0,00	(50.000,00)	(100,00)
FUNDESP-PJ	100.000,00	0,00	(100.000,00)	(100,00)
FUNDISTRITO	6.100.000,00	0,00	(6.100.000,00)	(100,00)
FUNESA	22.343.485,00	646.364,59	(21.697.120,41)	(97,11)
FUNESP	6.865.000,00	17.049.556,79	10.184.556,79	148,35
FUNGER	1.930.000,00	0,00	(1.930.000,00)	(100,00)
FUNPROGE	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCON	60.000,00	0,00	(60.000,00)	(100,00)
TOTAL	142.044.168,00	45.083.378,24	(96.960.789,76)	(68,26)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2 - DESPESA

A Despesa dos Fundos Especiais, fixada inicialmente em R\$ 481.092.795,00, após sofrer alterações resultantes de Reduções e Suplementações Orçamentárias e de Créditos Especiais, passou a contar com um montante de Despesa Autorizada no valor de R\$ 586.549.906,46. No decorrer do exercício de 2000, houve uma economia de gastos na quantia de R\$ 327.600.633,68 resultante da diferença apurada entre a Despesa Autorizada e Realizada conforme se vê a seguir, no quadro demonstrativo por Créditos:

CRÉDITOS	DESPESA		DIFERENÇA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	R\$	%
Orçam. e Suplem.	535.962.506,46	218.005.084,29	317.957.422,17	59,32
Créd. Especiais	50.587.400,00	40.944.188,49	9.643.211,51	19,06
TOTAL	586.549.906,46	258.949.272,78	327.600.633,68	55,85

A seguir, o quadro demonstrativo das Despesas Autorizadas comparadas com as Realizadas, dos Fundos Especiais:

FUNDOS ESPECIAIS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA	
	R\$	R\$	%	R\$	%
FCSP	2.198.800,00	0,00	0,00	2.198.800,00	100,00
FEAS	12.392.500,00	3.476.397,08	1,34	8.916.102,92	71,95
FEC	60.511.046,00	38.545.345,23	14,88	21.965.700,77	36,30
FECAD	504.500,00	145.860,60	0,06	358.639,40	71,09
FECT	55.663.703,00	26.558.123,53	10,26	29.105.579,47	52,29
FUNDESTE	2.289,00	0,00	0,00	2.289,00	100,00
FEE	14.803.921,00	5.143.807,10	1,99	9.660.113,90	65,25
FEMA	4.963.433,00	2.512.406,06	0,97	2.451.026,94	49,38
FEVT	4.559.000,00	4.346.307,20	1,68	212.692,80	4,67
FFM	7.420.000,00	12.300,00	0,00	7.407.700,00	99,83
FJPJ	700.000,00	120.836,84	0,05	579.163,16	82,74
FOMENTAR	59.804.819,49	8.492.123,94	3,28	51.312.695,55	85,80
FUNAJ	1.220.000,00	190.506,69	0,07	1.029.493,31	84,38
FUNDER	2.140.510,00	752.577,39	0,29	1.387.932,61	64,84
FUNDES	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00	100,00
FUNDESP-PJ	20.000.000,00	17.096.663,32	6,60	2.903.336,68	14,52
FUNDISTRITO	8.100.000,00	0,00	0,00	8.100.000,00	100,00
FUNESA	286.323.274,97	128.098.293,02	49,47	158.224.981,95	55,26
FUNESP	26.017.630,00	19.077.892,50	7,37	6.939.737,50	26,67
FUNGER	17.144.480,00	4.032.143,51	1,56	13.112.336,49	76,48
FUNPROGE	1.080.000,00	141.019,02	0,05	938.980,98	86,94
PROCON	680.000,00	206.669,75	0,08	473.330,25	69,61
TOTAL	586.549.906,46	258.949.272,78	100,00	327.600.633,68	55,85

As Despesas Realizadas por Categorias Econômicas estão distribuídas conforme mostra o quadro a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	R\$	%
DESPESAS CORRENTES		
Pessoal e Encargos Sociais	2.482.034,33	0,96
Outras Despesas Correntes	195.943.857,77	75,67
SOMA	198.425.892,10	76,63
DESPESAS DE CAPITAL		
Investimentos	60.523.380,68	23,37
SOMA	60.523.380,68	23,37
TOTAL	258.949.272,78	100,00

2.2.1 - DESPESAS CORRENTES

O montante das Despesas Correntes Realizadas em 2000 foram de R\$ 198.425.892,10, correspondendo a 76,63% do total da Despesa Empenhada.

Segue o quadro comparativo das Despesas Correntes Autorizadas com as Realizadas dos Fundos Especiais:

FUNDOS ESPECIAIS	DESPESAS CORRENTES		DIFERENÇA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	R\$	%
FCSP	2.109.800,00	0,00	2.109.800,00	100,00
FEAS	9.752.000,00	3.428.072,08	6.323.927,92	64,85
FEC	60.511.046,00	38.545.345,23	21.965.700,77	36,30
FECAD	334.500,00	145.860,60	188.639,40	56,39
FECT	8.396.800,00	1.609.892,15	6.786.907,85	80,83
FUNDESTE	2.289,00	0,00	2.289,00	100,00
FEE	12.850.641,00	5.125.876,44	7.724.764,56	60,11
FEMA	3.670.359,00	2.512.406,06	1.157.952,94	31,55
FEVT	4.559.000,00	4.346.307,20	212.692,80	4,67
FFM	740.000,00	12.300,00	727.700,00	98,34
FJPJ	400.000,00	120.836,84	279.163,16	69,79
FOMENTAR	7.209.319,49	6.732.599,94	476.719,55	6,61
FUNAJ	1.220.000,00	190.506,69	1.029.493,31	84,38
FUNDER	1.744.285,00	752.577,39	991.707,61	56,85
FUNDES	270.000,00	0,00	270.000,00	100,00
FUNDESP-PJ	8.500.000,00	8.094.123,74	405.876,26	4,78
FUNDISTRITO	1.320.000,00	0,00	1.320.000,00	100,00
FUNESA	252.538.606,97	119.491.764,34	133.046.842,63	52,68
FUNESP	3.872.854,05	2.954.492,20	918.361,85	23,71
FUNGER	17.044.480,00	4.032.143,51	13.012.336,49	76,34
FUNPROGE	480.000,00	137.937,02	342.062,98	71,26
PROCON	550.000,00	192.850,67	357.149,33	64,94
TOTAL	398.075.980,51	198.425.892,10	199.650.088,41	50,15



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.1.1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais Empenhada em 2000, atingiram o montante de R\$ 2.482.034,33, significando 0,96% do total da Despesa Realizada.

As Despesas de Custeio Realizadas, por Elementos, se demonstram da seguinte forma

ELEMENTOS	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Aposentadorias e Reformas	124,71	0,01
Outros Benefícios Assistenciais	19.437,50	0,78
Salário Família	116,18	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.379.443,90	55,58
Obrigações Patronais	169.056,22	6,81
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	904.456,51	36,44
Despesas de Exercícios Anteriores	<u>9.399,31</u>	<u>0,38</u>
TOTAL	2.482.034,33	100,00

2.2.1.2 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

O montante empenhado em Outras Despesas Correntes, em 2000, atingiu a importância de R\$ 195.943.857,77, significando 75,67% do total da Despesa Realizada.

As Outras Despesas Correntes Realizadas, por Elementos, se demonstram da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Transferências Intragovernamentais a Autarquias e Fundações	1.999.096,22	1,02
Transferências Intragovernamentais a Fundos Especiais	341.730,64	0,18
Transferências Constitucionais a Municípios	130.455,60	0,07
Transferências Voluntárias a Municípios	16.948.555,13	8,65
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	37.773.337,51	19,28
Outros Benefícios de Natureza Social	27.531.754,40	14,05
Diárias, Ressarcimentos e Ajuda de Custo - Pessoal Civil	2.094.638,78	1,07
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	3.800,00	0,00
Material de Consumo	53.735.164,66	27,42
Material de Distribuição Gratuita	1.084.879,92	0,55
Passagens e Despesas com Locação	282.554,94	0,15
Serviços de Comunicação	5.683.009,29	2,90
Serviços de Consultoria	203.882,00	0,10
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.064.750,53	0,54
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.975.011,87	17,85



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

ELEMENTOS	R\$	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Auxílio para Programa de Fomento à Produção	92.600,00	0,05
Contribuições	29.360,80	0,01
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	707.050,00	0,36
Auxílio-Transporte	880.140,80	0,45
Despesas de Exercícios Anteriores	10.363.923,31	5,29
Indenizações e Restituições	<u>18.161,37</u>	<u>0,01</u>
TOTAL	195.943.857,77	100,00

2.2.2 - DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital Realizadas em 2000, foram de R\$ 60.523.380,68, contribuindo com uma participação de 23,37% sobre o total das Despesas Empenhadas.

Segue o quadro comparativo das Despesas de Capital Autorizadas com as Realizadas, dos Fundos Especiais:

FUNDOS ESPECIAIS	DESPESAS DE CAPITAL		DIFERENÇA	
	AUTORIZADA	REALIZADA	R\$	%
FCSP	89.000,00	0,00	89.000,00	100,00
FEAS	2.640.500,00	48.325,00	2.592.175,00	98,17
FEC	0,00	0,00	0,00	0,00
FECAD	170.000,00	0,00	170.000,00	100,00
FECT	47.266.903,00	24.948.231,38	22.318.671,62	47,22
FUNDESTE	0,00	0,00	0,00	0,00!
FEE	1.953.280,00	17.930,66	1.935.349,34	99,08
FEMA	1.293.074,00	0,00	1.293.074,00	100,00
FEVT	0,00	0,00	0,00	0,00!
FFM	6.680.000,00	0,00	6.680.000,00	100,00
FJPJ	300.000,00	0,00	300.000,00	100,00
FOMENTAR	52.595.500,00	1.759.524,00	50.835.976,00	96,65
FUNAJ	0,00	0,00	0,00	0,00!
FUNDER	396.225,00	0,00	396.225,00	100,00
FUNDES	50.000,00	0,00	50.000,00	100,00
FUNDESP-PJ	11.500.000,00	9.002.539,58	2.497.460,42	21,72
FUNDISTRITO	6.780.000,00	0,00	6.780.000,00	100,00
FUNESA	33.784.668,00	8.606.528,68	25.178.139,32	74,53
FUNESP	22.144.775,95	16.123.400,30	6.021.375,65	27,19
FUNGER	100.000,00	0,00	100.000,00	100,00
FUNPROGE	600.000,00	3.082,00	596.918,00	99,49
PROCON	<u>130.000,00</u>	<u>13.819,08</u>	<u>116.180,92</u>	<u>89,37</u>
TOTAL	188.473.925,95	60.523.380,68	127.950.545,27	67,89



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2.2.2.1 - INVESTIMENTOS

As Despesas Realizadas com Investimentos de 2000, atingiram a importância de R\$ 60.523.380,68, correspondente a 23,37% do total das Despesas Empenhadas.

As Despesas Empenhadas com Investimentos, desdobradas em seus Elementos, se demonstram da seguinte forma:

ELEMENTOS	R\$	%
INVESTIMENTOS		
Transferências Voluntárias a Municípios	158.916,04	0,26
Obras e Instalações	10.120.966,73	16,72
Equipamentos e Material Permanente	24.800.573,81	40,98
Despesas de Exercícios Anteriores	597.162,41	0,99
Investimentos em Regime de Execução Especial	<u>24.845.761,69</u>	<u>41,05</u>
TOTAL	60.523.380,68	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Elaborado de acordo com o artigo 102 e Anexo 12 da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, consiste em demonstrar o confronto da Receita Prevista com a Arrecadada e da Despesa Autorizada com a Realizada, bem como o Resultado da EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

A Receita Prevista em confronto com a Realizada bem como o Resultado da Execução Orçamentária, em resumo se evidenciam como a seguir:

TÍTULOS	R\$	DIFERENÇA	
		PARCIAL	TOTAL
RECEITA			
RECEITAS CORRENTES			
Prevista	339.048.627,00		
Arrecadada	<u>177.047.575,33</u>	(162.001.051,67)	
RECEITAS DE CAPITAL			
Prevista	142.044.168,00		
Arrecadada	<u>45.083.378,24</u>	(96.960.789,76)	(258.961.841,43)
DESPESA			
DESPESAS CORRENTES			
Autorizada	398.075.980,51		
Realizada	<u>198.425.892,10</u>	199.650.088,41	
DESPESAS DE CAPITAL			
Autorizada	188.473.925,95		
Realizada	<u>60.523.380,68</u>	<u>127.950.545,27</u>	<u>327.600.633,68</u>
DIFERENÇA			68.638.792,25

Entre Receitas Previstas e Arrecadadas e as Despesas Autorizadas e Realizadas, conforme o quadro demonstrativo, apurou-se uma diferença positiva que se expressa em termos absolutos com a importância de R\$ 68.638.792,25.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3.2 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO

O Resultado da Execução Orçamentária em 2000, registrou um déficit de R\$ 36.818.319,21, apurado no confronto da Receita Arrecadada com a Despesa Realizada, é demonstrado a seguir:

Superávit da Execução Orçamentária	68.638.792,25
Déficit Presumível	<u>(105.457.111,46)</u>
DÉFICIT	(36.818.319,21)

O Déficit Presumível da importância de R\$ 105.457.111,46, foi obtido do confronto entre a Receita Prevista e a Despesa Autorizada conforme se vê a seguir:

RECEITA PREVISTA		
Receitas Correntes	339.048.627,00	
Receitas de Capital	<u>142.044.168,00</u>	481.092.795,00
DESPESA AUTORIZADA		
Despesas Correntes	398.075.980,51	
Despesas de Capital	<u>188.473.925,95</u>	<u>586.549.906,46</u>
DÉFICIT PRESUMÍVEL		(105.457.111,46)

A seguir, a demonstração do Resultado Orçamentário, por Fundos Especiais:

FUNDOS ESPECIAIS	RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
FEAS	3.723.290,07	3.476.397,08	246.892,99
FEC	40.247.637,63	38.545.345,23	1.702.292,40
FECAD	43.886,92	145.860,60	(101.973,68)
FECT	29.844.531,59	26.558.123,53	3.286.408,06
FEE	5.091.057,89	5.143.807,10	(52.749,21)
FEMA	4.043.446,08	2.512.406,06	1.531.040,02
FEVT	2.367.177,06	4.346.307,20	(1.979.130,14)
FFM	102.908,21	12.300,00	90.608,21
FJPJ	552.007,94	120.836,84	431.171,10
FOMENTAR	7.417.918,09	8.492.123,94	(1.074.205,85)
FUNAJ	190.554,87	190.506,69	48,18
FUNDER	766.910,04	752.577,39	14.332,65
FUNDESP-PJ	18.532.645,17	17.096.663,32	1.435.981,85
FUNESA	75.415.990,87	128.098.293,02	(52.682.302,15)
FUNESP	26.918.815,34	19.077.892,50	7.840.922,84
FUNGER	6.436.167,87	4.032.143,51	2.404.024,36
FUNPROGE	140.522,97	141.019,02	(496,05)
PROCON	<u>295.484,96</u>	<u>206.669,75</u>	<u>88.815,21</u>
TOTAL	222.130.953,57	258.949.272,78	(36.818.319,21)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4 - BALANÇO FINANCEIRO

Elaborado de conformidade com o artigo 103 e Anexo 13 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, evidencia a "Receita e Despesa Orçamentária, bem como os Recebimentos e Pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, conjugados como saldos em Espécie providos do Exercício Anterior e os que se transferem para o Exercício Seguinte".

O demonstrativo a seguir mostra o fluxo das entradas e saídas de numerários do Tesouro Estadual, bem como a Inscrição de Resíduos Passivos em contrapartida com a Despesa Orçamentária que figura com um montante de Despesa Empenhada (paga e a pagar) conjugadas com as Disponibilidades do Exercício Anterior e com as que passam para o Exercício Seguinte.

4.1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Este grupo de contas compreende os Ingressos da Receita Orçamentária que é demonstrada em números absolutos e relativos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES		
Receita Tributária	17.600.090,14	7,92
Receita Patrimonial	4.528.654,84	2,04
Receita Agropecuária	765.650,00	0,34
Receita de Serviços	39.951.980,40	17,99
Transferências Correntes	106.559.521,46	47,97
Outras Receitas Correntes	<u>7.641.678,49</u>	<u>3,44</u>
SOMA	177.047.575,33	79,70
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	<u>45.083.378,24</u>	<u>20,30</u>
SOMA	<u>45.083.378,24</u>	<u>20,30</u>
TOTAL	222.130.953,57	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.2 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

A Receita Extra-Orçamentária, representativa dos Ingressos Financeiros processados Independentes da Execução Orçamentária, está representada em números absolutos e relativos, como se vê a seguir:

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$	%
Restos a Pagar	114.830.719,81	69,81
Despesa de Pessoal a Pagar	96.395,81	0,06
Consignações	148.705,44	0,09
Depósitos de Outras Origens	43.116,23	0,03
Outros Credores	12.285.474,03	7,47
Recursos a Receber	32.312.846,12	19,64
Outros Devedores	342.542,86	0,21
Responsáveis por Suprimentos de Fundos	3.397.952,48	2,06
Despesas a Regularizar	<u>1.041.919,77</u>	<u>0,63</u>
TOTAL	164.499.672,55	100,00

4.3 - SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As Disponibilidades oriundas do Exercício Anterior se constituíram da seguinte forma:

DISPONÍVEL + APLICAÇÃO + VINC. EM C/C BANCÁRIA	R\$	%
DISPONÍVEL		
Bancos C/Movimento	<u>6.244.763,67</u>	<u>27,60</u>
SOMA	6.244.763,67	27,60
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
De Curto e Médio Prazos	<u>16.372.639,53</u>	<u>72,37</u>
SOMA	16.372.639,53	72,37
VINCULADO C/C BANCÁRIA		
Bancos C/Fundos e/ou Programas Especiais	<u>6.234,55</u>	<u>0,03</u>
SOMA	6.234,55	0,03
TOTAL	22.623.637,75	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.4 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Orçamentária compreende o grupo de contas que registra as Despesas Realizadas por Títulos das Funções, cuja demonstração segue em números absolutos e relativos:

FUNÇÕES	R\$	%
02. Judiciária	17.549.025,87	6,78
04. Administração	5.616.081,66	2,17
06. Segurança Pública	19.077.892,50	7,37
08. Assistência Social	42.021.742,31	16,23
10. Saúde	128.098.293,02	49,47
11. Trabalho	3.877.441,99	1,50
14. Direitos da Cidadania	352.530,35	0,13
18. Gestão Ambiental	2.512.406,06	0,97
19. Ciência e Tecnologia	26.558.123,53	10,25
20. Agricultura	752.577,39	0,29
22. Indústria	8.492.123,94	3,28
27. Desporto e Lazer	<u>4.041.034,16</u>	<u>1,56</u>
TOTAL	258.949.272,78	100,00

4.5 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

A Despesa Extra-Orçamentária representativa dos Egressos Financeiros verificados no exercício e Independentes da Execução Orçamentária, tiveram o seguinte comportamento:

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$	%
Restos a Pagar	59.496.410,32	63,79
Despesa de Pessoal a Pagar	63.493,79	0,07
Consignações	2.661,90	0,00
Entidades Estatais Credoras	3.381.415,16	3,62
Outros Credores	8.798.103,39	9,43
Recursos a Receber	16.832.725,22	18,05
Outros Devedores	261.282,46	0,28
Responsáveis por Suprimentos de Fundos	3.397.952,48	3,64
Despesas a Regularizar	<u>1.041.919,77</u>	<u>1,12</u>
TOTAL	93.275.964,49	100,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.6 - SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

As Disponibilidades que passam para o Exercício Seguinte se demonstram assim:

DISPONÍVEL + APLICAÇÃO + VINC. EM C/C BANCÁRIA	R\$	%
DISPONÍVEL		
Bancos C/Movimento	<u>7.497.665,50</u>	<u>13,15</u>
SOMA	7.497.665,50	13,15
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
De Curto e Médio Prazos	<u>48.885.377,33</u>	<u>85,72</u>
SOMA	48.885.377,33	85,72
VINCULADO C/C BANCÁRIA		
Bancos C/Fundos e/ou Programas Especiais	<u>645.983,77</u>	<u>1,13</u>
SOMA	645.983,77	1,13
TOTAL	57.029.026,60	100,00

A seguir, a demonstração da movimentação financeira da Receita Orçamentária e Extra-Orçamentária efetivamente recebida e da Despesa Orçamentária e Extra-Orçamentária efetivamente paga:

1) SALDO AO INICIAR-SE O EXERCÍCIO DE 2000	<u>22.623.637,75</u>
2) RECEITA ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE ARRECADADA	<u>205.298.228,35</u>
Receita Orçamentária	222.130.953,57
Recursos a Receber	(16.832.725,22)
3) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE PAGA	<u>143.873.451,72</u>
Despesa Orçamentária	258.949.272,78
Restos a Pagar	(114.830.719,81)
Despesa de Pessoal a Pagar	(96.395,81)
Consignações	(148.705,44)
4) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (2-3)	<u>61.424.776,63</u>
5) RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE ARRECADADA	<u>49.423.851,49</u>
Receita Extra-Orçamentária	164.499.672,55
Restos a Pagar	(114.830.719,81)
Despesa de Pessoal a Pagar	(96.395,81)
Consignações	(148.705,44)
6) DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA EFETIVAMENTE PAGA	<u>76.443.239,27</u>
Despesa Extra-Orçamentária	93.275.964,49
Recursos a Receber	(16.832.725,22)
7) RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO (5-6)	<u>(27.019.387,78)</u>
8) SALDO AO ENCERRAR-SE O EXERCÍCIO DE 2000 (1+4+7)	<u>57.029.026,60</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial foi elaborado conforme o artigo 105 da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e consiste em demonstrar os valores **Ativos e Passivos** nos aspectos qualitativo e quantitativo segundo os elementos selecionados por grupo constantes do Balanço do Exercício de 2000.

O Balanço Patrimonial dos Fundos Especiais mostra os grupos do Ativo e do Passivo, bem como o Saldo Patrimonial, que é a diferença apurada entre os dois grupos, chamada também de Situação Líquida.

Encerrado ao final do Exercício, leva em conta as mutações decorrentes das Execuções Orçamentárias do ano.

Em análise as Contas Patrimoniais configuradas no contexto do Balanço do Exercício de 2000:

TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2000		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
ATIVO			
ATIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL			
Bancos C/Movimento	<u>6.244.763,67</u>	<u>7.497.665,50</u>	<u>1.252.901,83</u>
SOMA	6.244.763,67	7.497.665,50	1.252.901,83
APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
De Curto e Médio Prazos	<u>16.372.639,53</u>	<u>48.885.377,33</u>	<u>32.512.737,80</u>
SOMA	16.372.639,53	48.885.377,33	32.512.737,80
VINCULADO C/C BANCÁRIA			
Bc. c/Fundos e/ou Prog. Especiais	<u>6.234,55</u>	<u>645.983,77</u>	<u>639.749,22</u>
SOMA	6.234,55	645.983,77	639.749,22
REALIZÁVEL			
Recursos a Receber	49.418.522,27	22.744.330,66	(26.674.191,61)
Entidades Estatais Devedoras	11,39	11,39	0,00
Outros Devedores	<u>530.381,57</u>	<u>212.296,63</u>	<u>(318.084,94)</u>
SOMA	49.948.915,23	22.956.638,68	(26.992.276,55)
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	72.572.552,98	79.985.665,28	7.413.112,30
ATIVO PERMANENTE			
Bens Móveis	23.573.706,58	44.279.587,72	20.705.881,14
Bens Imóveis	7.109.458,40	11.563.150,06	4.453.691,66
Bens de Natureza Industrial	11.064.991,70	11.656.932,83	591.941,13
Emprést. e/ou Financ. Conced.	672.680.957,05	911.663.305,43	238.982.348,38
Almoxarifado	<u>1.255.949,16</u>	<u>1.153.304,99</u>	<u>(102.644,17)</u>
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	715.685.062,89	980.316.281,03	264.631.218,14



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 2000		VARIAÇÕES
	INICIAL	FINAL	
ATIVO TRANSITÓRIO			
Bens Móveis	6.253.878,25	17.098.473,84	10.844.595,59
Bens Imóveis	459.616,05	9.414.423,44	8.954.807,39
Bens de Natureza Industrial	222.000,00	18.426,51	(203.573,49)
Material de Cons. e/ou Transf.	<u>6.561.750,81</u>	<u>43.250.047,77</u>	<u>36.688.296,96</u>
TOTAL DO ATIVO TRANSITÓRIO	<u>13.497.245,11</u>	<u>69.781.371,56</u>	<u>56.284.126,45</u>
TOTAL DO ATIVO REAL	801.754.860,98	1.130.083.317,87	328.328.456,89
PASSIVO			
PASSIVO FINANCEIRO			
DÍVIDA FLUTUANTE			
Restos a Pagar	96.363.051,45	142.390.535,40	46.027.483,95
Despesa de Pessoal a Pagar	63.494,79	96.395,81	32.901,02
Consignações	4.463,10	150.506,64	146.043,54
Depósitos de Outras Origens	48.511,29	91.627,52	43.116,23
Entidades Estatais Credoras	3.381.415,16	0,00	(3.381.415,16)
Outros Credores	<u>2.899,16</u>	<u>298.243,06</u>	<u>295.343,90</u>
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	<u>99.863.834,95</u>	<u>143.027.308,43</u>	<u>43.163.473,48</u>
TOTAL DO PASSIVO REAL	<u>99.863.834,95</u>	<u>143.027.308,43</u>	<u>43.163.473,48</u>
SALDO PATRIMONIAL	<u>701.891.026,03</u>	<u>987.056.009,44</u>	<u>285.164.983,41</u>
TOTAL	801.754.860,98	1.130.083.317,87	328.328.456,89

5.1 - RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O Resultado Financeiro de 2000 apresentou um déficit de R\$ 35.750.361,18, que se demonstra da seguinte forma:

1) DISPONIBILIDADES

Situação Final	57.029.026,60
Situação Inicial	<u>22.623.637,75</u>
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	34.405.388,85

2) REALIZÁVEL

Formação de Créditos	17.094.007,68
Recebimento de Créditos	<u>(32.655.388,98)</u>
	(15.561.381,30)
Encampação de Créditos	1.215.984,00
Cancelamento de Créditos	<u>(12.646.879,25)</u>
DIMINUIÇÃO DE CRÉDITOS	(26.992.276,55)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3) DESEMBOLSOS A APROPRIAR

Inscrição de Desembolso a Apropriar	4.439.872,25
Apropriação de Desembolso a Apropriar	<u>(4.439.872,25)</u>
VARIAÇÃO NULA DE DESEMBOLSOS A APROPRIAR	0,00

4) DÍVIDA FLUTUANTE

Inscrição de Dívidas	(127.404.411,32)
Pagamento de Dívidas	<u>71.742.084,56</u>
	(55.662.326,76)
Variações Ativas (+)	12.498.853,28
Variações Passivas (-)	<u>0,00</u>
AUMENTO DE DÍVIDAS	(43.163.473,48)

O Superávit Financeiro apurado no exercício de 2000, resumido se apresenta assim:

Aumento das Disponibilidades	34.405.388,85
Diminuição de Créditos	(26.992.276,55)
Aumento de Dívidas	<u>(43.163.473,48)</u>
SUPERÁVIT	(35.750.361,18)

5.2 - RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado das Variações Patrimoniais, do Exercício de 2000, apresentou um superávit de R\$ 320.915.344,59, como é demonstrado a seguir:

VARIAÇÕES POSITIVAS

NO ATIVO PERMANENTE

Bens Móveis	20.705.881,14	
Bens Imóveis	4.453.691,66	
Bens de Natureza Industrial	591.941,13	
Emprést. e/ou Financ. Conced.	<u>238.982.348,38</u>	264.733.862,31

NO ATIVO TRANSITÓRIO

Bens Móveis	10.844.595,59	
Bens Imóveis	8.954.807,39	
Materiais Cons. e/ou Transformação	<u>36.688.296,96</u>	<u>56.487.699,94</u>

TOTAL DAS VARIAÇÕES POSITIVAS

321.221.562,25



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

VARIAÇÕES NEGATIVAS

NO ATIVO PERMANENTE

Almoxarifado	(102.644,17)
--------------	--------------

NO ATIVO TRANSITÓRIO

Bens de Natureza Industrial	<u>(203.573,49)</u>
-----------------------------	---------------------

TOTAL DAS VARIAÇÕES NEGATIVAS	<u>(306.217,66)</u>
--------------------------------------	----------------------------

SUPERÁVIT PATRIMONIAL	320.915.344,59
------------------------------	-----------------------

5.3 - SALDO PATRIMONIAL

O Saldo Patrimonial de 2000 se apresenta da seguinte forma:

PATRIMÔNIO FINANCEIRO

Saldo de 1999	(27.291.281,97)	
Déficit do Exercício de 2000	<u>(35.750.361,18)</u>	(63.041.643,15)

PATRIMÔNIO PERMANENTE

Saldo de 1999	715.685.062,89	
Superávit do Exercício de 2000	<u>264.631.218,14</u>	980.316.281,03

PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO

Saldo de 1999	13.497.245,11	
Superávit do Exercício de 2000	<u>56.284.126,45</u>	<u>69.781.371,56</u>

SALDO PATRIMONIAL (ATIVO REAL LÍQUIDO)	987.056.009,44
---	-----------------------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Por órgãos, o Ativo Financeiro dos Fundos Especiais apresenta-se assim:

FUNDOS ESPECIAIS	ATIVO FINANCEIRO		VARIAÇÃO
	INICIAL	FINAL	
FEAS	1.874.792,04	2.969.950,44	1.095.158,40
FEC	23.502.363,83	6.266.909,10	(17.235.454,73)
FECAD	118.071,68	13.311,00	(104.760,68)
FECT	2.563.917,24	4.102.851,28	1.538.934,04
FEE	334.233,00	870.792,10	536.559,10
FEMA	2.233.267,64	3.931.947,17	1.698.679,53
FEVT	2.036.279,26	2.037.206,72	927,46
FFM	0,00	90.608,21	90.608,21
FJPJ	1.235.525,39	1.788.953,69	553.428,30
FOMENTAR	984.421,33	70.581,21	(913.840,12)
FUNAJ	456.996,58	200.158,48	(256.838,10)
FUNDER	53.378,04	23.208,24	(30.169,80)
FUNDESP-PJ	7.446.787,57	11.894.085,36	4.447.297,79
FUNESA	23.081.039,04	22.285.572,44	(795.466,60)
FUNESP	3.963.841,34	17.999.229,87	14.035.388,53
FUNGER	2.577.120,00	5.257.395,23	2.680.275,23
FUNPROGE	8.562,74	8.852,04	289,30
PROCON	<u>101.956,26</u>	<u>174.052,70</u>	<u>72.096,44</u>
TOTAL	72.572.552,98	79.985.665,28	7.413.112,30



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O Passivo Financeiro dos Fundos Especiais apresenta-se assim:

FUNDOS ESPECIAIS	PASSIVO FINANCEIRO		VARIAÇÃO
	INICIAL	FINAL	
FEAS	1.044.655,91	1.747.173,51	702.517,60
FEC	17.869.387,07	6.658.977,64	(11.210.409,43)
FECAD	637,00	0,00	(637,00)
FECT	7.802.055,93	5.048.026,05	(2.754.029,88)
FEE	271.541,64	909.203,73	637.662,09
FEMA	1.436.373,95	811.446,52	(624.927,43)
FEVT	3.447.914,48	4.211.988,08	764.073,60
FFM	0,00	0,00	0,00
FJPJ	80.426,29	202.683,49	122.257,20
FOMENTAR	175.101,84	317.960,72	142.858,88
FUNAJ	256.175,86	0,00	(256.175,86)
FUNDER	321.197,46	212.900,01	(108.297,45)
FUNDESP-PJ	9.256.336,37	10.010.940,38	754.604,01
FUNESA	46.388.188,93	95.009.806,91	48.621.617,98
FUNESP	10.228.508,97	16.340.550,74	6.112.041,77
FUNGER	1.256.940,00	1.533.190,87	276.250,87
FUNPROGE	3.085,00	3.870,35	785,35
PROCON	<u>25.308,25</u>	<u>8.589,43</u>	<u>(16.718,82)</u>
TOTAL	99.863.834,95	143.027.308,43	43.163.473,48



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O Ativo Permanente dos Fundos Especiais apresenta-se assim:

FUNDOS ESPECIAIS	ATIVO PERMANENTE		VARIAÇÃO
	INICIAL	FINAL	
FEAS	244.555,96	358.272,92	113.716,96
FEC	0,00	0,00	0,00
FECAD	3.198,00	3.366,51	168,51
FECT	7.726,70	21.599,70	
FEE	502.384,86	721.649,86	219.265,00
FEMA	3.258,09	18.704,95	15.446,86
FEVT	0,00	0,00	0,00
FFM	0,00	0,00	0,00
FJPJ	591.250,38	597.053,16	5.802,78
FOMENTAR	684.712.399,62	925.207.351,65	240.494.952,03
FUNAJ	0,00	0,00	0,00
FUNDER	857.844,56	875.014,27	17.169,71
FUNDESP-PJ	5.419.536,94	11.672.412,78	6.252.875,84
FUNESA	16.051.772,62	21.839.619,18	5.787.846,56
FUNESP	7.267.843,26	18.965.091,97	11.697.248,71
FUNGER	0,00	0,00	0,00
FUNPROGE	0,00	6.247,74	6.247,74
PROCON	<u>23.291,90</u>	<u>29.896,34</u>	<u>6.604,44</u>
TOTAL	715.685.062,89	980.316.281,03	264.631.218,14



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O Ativo Transitório dos Fundos Especiais apresenta-se assim:

FUNDOS ESPECIAIS	ATIVO TRANSITÓRIO		VARIÇÃO
	INICIAL	FINAL	
FEAS	0,00	307.782,48	307.782,48
FEC	0,00	20.320,00	20.320,00
FECAD	0,00	0,00	0,00
FECT	7.915,00	78.752,39	70.837,39
FEE	23.990,79	37.365,96	13.375,17
FEMA	0,50	0,00	(0,50)
FEVT	672.851,96	672.851,96	0,00
FFM	0,00	0,00	0,00
FJPJ	2.880,00	82.789,87	79.909,87
FOMENTAR	223.671,28	13.506,03	(210.165,25)
FUNAJ	0,00	0,00	0,00
FUNDER	257.508,68	290.926,75	33.418,07
FUNDESP-PJ	543.104,22	8.685.663,84	8.142.559,62
FUNESA	11.728.280,67	44.890.093,73	33.161.813,06
FUNESP	36.407,21	14.696.221,91	14.659.814,70
FUNGER	0,00	0,00	0,00
FUNPROGE	0,00	0,00	0,00
PROCON	<u>634,80</u>	<u>5.096,64</u>	<u>4.461,84</u>
TOTAL	13.497.245,11	69.781.371,56	56.284.126,45



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

5.4 - ÍNDICES

A Situação Financeira dos Fundos Especiais de 2000, conjuntamente é demonstrada por índices conforme as relações que se seguem:

5.4.1 - QUOCIENTE DE PRONTA LIQUIDEZ

$$\text{QPL} = \frac{\text{DISPONÍVEL} + \text{APLIC. FINANCEIRA} + \text{VINC. C/C BANCÁRIA}}{\text{RESTOS A PAGAR}}$$

$$\text{QPL} = \frac{57.029.026,60}{142.390.535,40}$$

$$\text{QPL} = 0,40$$

O índice indica que para cada Real de Restos a Pagar os Fundos Especiais, dispunham ao final de 2000, de R\$ 0,40 para resgate imediato.

5.4.2 - QUOCIENTE DE LIQUIDEZ MEDIATA

$$\text{QLM} = \frac{\text{ATIVO FINANCEIRO}}{\text{PASSIVO FINANCEIRO}}$$

$$\text{QLM} = \frac{79.985.665,28}{143.027.308,43}$$

$$\text{QLM} = 0,56$$

O índice apurado indica que para cada Real de sua Dívida Flutuante os Fundos Especiais possuíam ao final de 2000, R\$ 0,56 para o seu resgate.

5.4.3 - QUOCIENTE GERAL DE SOLVÊNCIA

$$\text{QGS} = \frac{\text{ATIVO REAL}}{\text{PASSIVO REAL}}$$

$$\text{QGS} = \frac{1.130.083.317,87}{143.027.308,43}$$

$$\text{QGS} = 7,90$$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O índice indica que os Fundos Especiais ao final de 2000, possuíam R\$ 7,90 do seu Ativo Real para cada Real de seus compromissos a curto prazo.

O quadro a seguir demonstra, com índices, a situação financeira dos Fundos Especiais no triênio 1998/00:

RELAÇÃO/QUOCIENTE	2000	1999	1998
Quociente de Pronta Liquidez	0,40	0,23	0,12
Quociente de Liquidez Mediata	0,56	0,73	0,83
Quociente Geral de Solvência	7,90	8,03	7,97



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

6 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada conforme o Anexo 15 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, evidenciando as alterações qualitativas e quantitativas do patrimônio em função das variações resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Em resumo, as variações se apresentam assim:

VARIAÇÕES ATIVAS	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	309.061.528,51
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>319.499.122,63</u>
TOTAL	628.560.651,14
VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	258.949.272,78
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>84.446.394,95</u>
TOTAL	343.395.667,73
MAIS:	
RESULTADO PATRIMONIAL	
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	<u>285.164.983,41</u>
TOTAL	628.560.651,14

O Resultado das Variações segundo as suas classes é demonstrado como segue:

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ATIVAS

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL
RECEITA EFETIVA

177.047.575,33
45.083.378,24
222.130.953,57

PASSIVAS

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CAPITAL

198.425.892,10
60.523.380,68
258.949.272,78



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

MENOS:

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DA DESPESA

AQUISIÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE BENS

Bens Móveis	8.536.554,91	
Bens Imóveis	1.432.186,63	
Bens de Natureza Industrial	<u>8.374,74</u>	9.977.116,28

CONSTITUIÇÃO DE VALORES

Aquisição de Mat. de Cons. e/ou Transformação	18.866.297,26	
Constituição de Outros Valores	<u>224.700,34</u>	19.090.997,60

INSCRIÇÃO DE BENS A RECEBER

Bens Móveis	16.076.395,17	
Bens Imóveis	7.447.034,79	
Bens de Natureza Industrial	<u>18.426,51</u>	23.541.856,47

INSCRIÇÃO DE VALORES A INCORPORAR

Materiais de Consumo e/ou Transformação		<u>34.320.604,59</u>
DESPESA EFETIVA		172.018.697,84

O confronto da receita e despesa efetiva produz o primeiro resultado parcial configurando um superávit de R\$ 50.112.255,73.

RECEITA EFETIVA	222.130.953,57	
DESPESA EFETIVA	<u>172.018.697,84</u>	
SUPERÁVIT		50.112.255,73

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ATIVAS

INCORPORAÇÃO DE BENS

Bens Móveis	9.952.613,32	
Bens Imóveis	<u>2.442.633,63</u>	12.395.246,95

REAVALIAÇÃO DE BENS

Bens Móveis	2.216.712,91	
Bens Imóveis	578.871,40	
Bens de Natureza Industrial	<u>583.566,39</u>	3.379.150,70

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE CRÉDITOS

Empréstimos e/ou Financ. Conced.		238.982.348,38
----------------------------------	--	----------------

APROPRIAÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE VALORES

Materiais de Consumo e/ou Transformação	11.792.064,17	
Materiais para Venda e/ou Revenda	<u>10.800,00</u>	11.802.864,17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

SUPERVENIÊNCIAS ATIVAS		
Encampação de Bens a Receber	16.038.243,84	
Encampação de Valores a Receber	<u>23.186.431,31</u>	39.224.675,15
ENCAMPAÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS		
Recursos a Receber		1.215.984,00
CANCELAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE		
Restos a Pagar	9.306.825,54	
Despesa de Pessoal a Pagar	1,00	
Outros Credores	<u>3.192.026,74</u>	<u>12.498.853,28</u>
TOTAL		319.499.122,63
PASSIVAS		
BAIXA DE VALORES		
Materiais de Consumo e/ou Transformação	30.735.805,60	
Materiais para Outras Finalidades	<u>260.700,34</u>	30.996.505,94
INSUBSISTÊNCIAS ATIVAS		
Baixa de Bens a Receber	19.985.056,82	
Baixa de Valores a Incorporar	<u>20.817.952,94</u>	40.803.009,76
CANCELAMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS		
Recursos a Receber	12.410.054,71	
Outros Devedores	<u>236.824,54</u>	<u>12.646.879,25</u>
TOTAL		84.446.394,95

O segundo resultado parcial é obtido do confronto entre as variações ativas e passivas independentes da execução orçamentária, configurando como se pode ver um superávit no valor de R\$ 235.052.727,68.

VARIAÇÕES ATIVAS	319.499.122,63
VARIAÇÕES PASSIVAS	<u>(84.446.394,95)</u>
SUPERÁVIT	235.052.727,68

A soma dos dois resultados obtidos, demonstra que os Fundos Especiais, em 2000, apresentou um superávit da ordem de R\$ 285.164.983,41.

SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	50.112.255,73
SUPERÁVIT INDEPENDENTE DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	<u>235.052.727,68</u>
SUPERÁVIT	285.164.983,41



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

IV - BALANÇO CONSOLIDADO

34

Com a finalidade de atender às exigências constantes do artigo 3º da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, segue a apresentação do Balanço Integrado, elaborado por este Tribunal de Contas no qual estão exarados os resultados Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, bem como a Situação Líquida referente ao Exercício de 2000.

1 - ORÇAMENTO

O Orçamento Geral, compreendendo a Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais em conjunto, demonstra a Receita Prevista e a Despesa Autorizada da seguinte forma:

RECEITA PREVISTA

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.763.200.000,00	
2. AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	895.959.644,00	
3. FUNDOS ESPECIAIS	<u>481.092.795,00</u>	5.140.252.439,00
DÉFICIT DE PREVISÃO		<u>185.172.279,48</u>
		5.325.424.718,48

DESPESA AUTORIZADA

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Orçamento e Suas Alterações	3.728.537.000,00	
Créditos Especiais	<u>48.300.657,13</u>	3.776.837.657,13
2. AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES		
Orçamento e Suas Alterações	878.937.154,89	
Créditos Especiais	<u>83.100.000,00</u>	962.037.154,89
3. FUNDOS ESPECIAIS		
Orçamento e Suas Alterações	535.962.506,46	
Créditos Especiais	<u>50.587.400,00</u>	<u>586.549.906,46</u>
		5.325.424.718,48

Do montante da Receita das Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, prevista em R\$ 1.377.052.439,00, a importância de R\$ 826.221.697,00, refere-se a recursos oriundos de Transferências Correntes e de Capital, da União e do Estado, e consignadas no Orçamento Geral do Estado (dos Órgãos da Administração Direta). E de Recursos Próprios, para serem arrecadados pelas Autarquias, Fundações e Fundos Especiais foi prevista a importância de R\$ 550.830.742,00. Segue quadro demonstrativo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

RECEITA PREVISTA			
CATEGORIA ECONÔMICA	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	FUNDOS ESPECIAIS	TOTAL
Transferências Correntes	165.300.378,00	128.573.134,00	293.873.512,00
Transferências de Capital	<u>391.439.017,00</u>	<u>140.909.168,00</u>	<u>532.348.185,00</u>
SOMA	556.739.395,00	269.482.302,00	826.221.697,00
Recursos Próprios	<u>339.220.249,00</u>	<u>211.610.493,00</u>	<u>550.830.742,00</u>
SOMA	339.220.249,00	211.610.493,00	550.830.742,00
TOTAL DA RECEITA PREVISTA	895.959.644,00	481.092.795,00	1.377.052.439,00

Com a Execução Orçamentária o Déficit Presumível da importância de R\$ 459.651.122,35, deu lugar a um Superávit de Execução na importância de R\$ 41.562.765,38, conforme a seguir:

RECEITA ARRECADADA

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Receita Arrecadada

3.236.715.406,22

2. AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Receita Arrecadada

549.130.802,89

3. FUNDOS ESPECIAIS

Receita Arrecadada

222.130.953,57

4.007.977.162,68

DESPESA REALIZADA

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesa Realizada

3.181.576.898,60

2. AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Despesa Realizada

525.888.225,92

3. FUNDOS ESPECIAIS

Despesa Realizada

258.949.272,78

3.966.414.397,30

SUPERÁVIT DE EXECUÇÃO

41.562.765,38



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

A arrecadação das receitas em conjunto, das Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, atingiu a importância de R\$ 771.261.756,46, sendo que R\$ 456.808.205,42 corresponderam ao montante oriundo de Transferências Correntes e de Capital, recebidas da conta do Orçamento Geral do Estado. E a importância de R\$ 314.453.551,04 referiu-se à Arrecadação de Recursos Próprios. Segue quadro demonstrativo:

RECEITA ARRECADADA			
CATEGORIA ECONÔMICA	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	FUNDOS ESPECIAIS	TOTAL
Transferências Correntes	160.130.964,53	106.559.521,46	266.690.485,99
Transferências de Capital	<u>145.034.341,19</u>	<u>45.083.378,24</u>	<u>190.117.719,43</u>
SOMA	305.165.305,72	151.642.899,70	456.808.205,42
Recursos Próprios	<u>243.965.497,17</u>	<u>70.488.053,87</u>	<u>314.453.551,04</u>
SOMA	243.965.497,17	70.488.053,87	314.453.551,04
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	549.130.802,89	222.130.953,57	771.261.756,46



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 35

As Receitas Arrecadadas e as Despesas Realizadas estão demonstradas a seguir por desdobramentos das Categorias Econômicas:

CAT. ECONÔMICA	DIRETA	AUTARQ./FUN.	FUNDOS ESP.	TOTAL
RECEITA				
REC. CORRENTES				
Receita Tributária	2.249.009.348,99	92.209.830,02	17.600.090,14	2.358.819.269,15
Receita de Contrib.	23.069.559,84	109.135.188,30	0,00	132.204.748,14
Receita Patrimonial	22.720.793,56	1.955.053,08	4.528.654,84	29.204.501,48
Receita Agropecuária	0,00	0,00	765.650,00	765.650,00
Receita Industrial	0,00	76.803,26	0,00	76.803,26
Receita de Serviços	0,00	18.560.904,94	39.951.980,40	58.512.885,34
Transf. Correntes	632.410.962,23	160.130.964,53	106.559.521,46	899.101.448,22
Out. Rec. Correntes	<u>148.078.025,73</u>	<u>21.493.833,77</u>	<u>7.641.678,49</u>	<u>177.213.537,99</u>
SOMA	<u>3.075.288.690,35</u>	<u>403.562.577,90</u>	<u>177.047.575,33</u>	<u>3.655.898.843,58</u>
REC. DE CAPITAL				
Oper. de Crédito	69.468.502,00	0,00	0,00	69.468.502,00
Alienação de Bens	31.035.957,53	533.883,80	0,00	31.569.841,33
Transf. de Capital	60.834.214,07	145.034.341,19	45.083.378,24	250.951.933,50
Out. Rec. de Capital	<u>88.042,27</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>88.042,27</u>
SOMA	<u>161.426.715,87</u>	<u>145.568.224,99</u>	<u>45.083.378,24</u>	<u>352.078.319,10</u>
TOTAL	<u>3.236.715.406,22</u>	<u>549.130.802,89</u>	<u>222.130.953,57</u>	<u>4.007.977.162,68</u>
DESPESA				
DESP. CORRENTES				
Pessoal e Encargos Sociais	1.634.881.043,82	127.353.179,91	2.482.034,33	1.764.716.258,06
Juros e Encargos da Dívida Pública	163.184.622,91	653.830,08	0,00	163.838.452,99
Outras Despesas Correntes	<u>1.049.332.384,97</u>	<u>181.972.578,79</u>	<u>195.943.857,77</u>	<u>1.427.248.821,53</u>
SOMA	<u>2.847.398.051,70</u>	<u>309.979.588,78</u>	<u>198.425.892,10</u>	<u>3.355.803.532,58</u>
DESPESAS CAPITAL				
Investimentos	221.297.288,70	215.908.637,14	60.523.380,68	497.729.306,52
Inver. Financeiras	736.025,15	0,00	0,00	736.025,15
Amortização da Dívida Pública	<u>112.145.533,05</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>112.145.533,05</u>
SOMA	<u>334.178.846,90</u>	<u>215.908.637,14</u>	<u>60.523.380,68</u>	<u>610.610.864,72</u>
TOTAL	<u>3.181.576.898,60</u>	<u>525.888.225,92</u>	<u>258.949.272,78</u>	<u>3.966.414.397,30</u>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

As Despesas Realizadas por Funções se demonstram a seguir:

FUNÇÕES	DIRETA	AUTARQ./FUN.	FUNDOS ESP.	TOTAL
01. Legislativa	86.038.978,23	0,00	0,00	86.038.978,23
02. Judiciária	103.936.175,04	0,00	17.549.025,87	121.485.200,91
03. Essencial à Justiça	42.194.456,97	0,00	0,00	42.194.456,97
04. Administração	333.768.906,97	118.645.466,47	5.616.081,66	458.030.455,10
06. Segurança Pública	268.852.220,15	44.389.791,78	19.077.892,50	332.319.904,43
08. Assistência Social	50.899.073,50	92.064.521,82	42.021.742,31	184.985.337,63
09. Previdência Social	400.639.953,44	26.739.119,47	0,00	427.379.072,91
10. Saúde	163.397.088,48	9.338.964,65	128.098.293,02	300.834.346,15
11. Trabalho	14.052.252,51	0,00	3.877.441,99	17.929.694,50
12. Educação	585.471.784,83	15.369.728,27	0,00	600.841.513,10
13. Cultura	6.133.468,73	6.048.435,18	0,00	12.181.903,91
14. Direitos da Cidadania	26.878.146,69	0,00	352.530,35	27.230.677,04
15. Urbanismo	0,00	5.087.000,00	0,00	5.087.000,00
16. Habitação	1.547.726,48	0,00	0,00	1.547.726,48
17. Saneamento	899.424,88	0,00	0,00	899.424,88
18. Gestão Ambiental	7.378.136,87	6.418.046,21	2.512.406,06	16.308.589,14
19. Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	26.558.123,53	26.558.123,53
20. Agricultura	15.642.972,73	10.587.923,16	752.577,39	26.983.473,28
21. Organização Agrária	0,00	776.375,68	0,00	776.375,68
22. Indústria	0,00	0,00	8.492.123,94	8.492.123,94
23. Comércio e Serviços	2.512.106,28	5.493.582,08	0,00	8.005.688,36
25. Energia	460.608,34	0,00	0,00	460.608,34
26. Transporte	160.180.727,99	125.878.314,45	0,00	286.059.042,44
27. Desporto e Lazer	4.648.404,38	32.557,54	4.041.034,16	8.721.996,08
28. Encargos Especiais	<u>906.044.285,11</u>	<u>59.018.399,16</u>	<u>0,00</u>	<u>965.062.684,27</u>
TOTAL	3.181.576.898,60	525.888.225,92	258.949.272,78	3.966.414.397,30



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

3 - BALANÇO PATRIMONIAL - 36

Os Elementos que constituem o Ativo e o Passivo da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais se expressam assim:

GRUPAMENTO	DIRETA	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	FUNDOS ESPECIAIS	TOTAL
ATIVO				
ATIVO FINANCEIRO				
DISPONÍVEL				
Agentes Arrec.	10.095.832,05	0,00	0,00	10.095.832,05
Caixa	0,00	107.733,74	0,00	107.733,74
Bancos C/Movimento	<u>87.208.305,01</u>	<u>7.669.326,68</u>	<u>7.497.665,50</u>	<u>102.375.297,19</u>
SOMA	97.304.137,06	7.777.060,42	7.497.665,50	112.578.862,98
APLIC. FINANCEIRAS				
De Curto/Médio Praz.	<u>4.522.181,87</u>	<u>2.905.852,46</u>	<u>48.885.377,33</u>	<u>56.313.411,66</u>
SOMA	4.522.181,87	2.905.852,46	48.885.377,33	56.313.411,66
VINC. C/C BANCÁRIA				
Bc.C/Fund.e/ou Pr.Esp.	94.985.381,86	4.429.916,40	645.983,77	100.061.282,03
Bancos C/Caução	<u>62.355,85</u>	<u>30.820,23</u>	<u>0,00</u>	<u>93.176,08</u>
SOMA	95.047.737,71	4.460.736,63	645.983,77	100.154.458,11
REALIZÁVEL				
Recursos a Receber	601.520,97	101.406.234,13	22.744.330,66	124.752.085,76
Déb. Agentes Arrec.	130,42	874,63	0,00	1.005,05
Ent. Est. Devedoras	10.528.084,20	5.433.372,45	11,39	15.961.468,04
Outros Devedores	<u>14.740.727,15</u>	<u>4.408.909,70</u>	<u>212.296,63</u>	<u>19.361.933,48</u>
SOMA	25.870.462,74	111.249.390,91	22.956.638,68	160.076.492,33
PENDENTE				
Disp. a Regularizar	<u>10.190.562,86</u>	<u>1.842.984,40</u>	<u>0,00</u>	<u>12.033.547,26</u>
SOMA	10.190.562,86	1.842.984,40	0,00	12.033.547,26
TOTAL DO ATIVO				
FINANCEIRO	232.935.082,24	128.236.024,82	79.985.665,28	441.156.772,34



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

GRUPAMENTO	DIRETA	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	FUNDOS ESPECIAIS	TOTAL
ATIVO PERMANENTE				
Bens Móveis	252.619.347,37	43.740.272,33	44.279.587,72	340.639.207,42
Bens Imóveis	214.625.491,08	231.030.420,69	11.563.150,06	457.219.061,83
Bens de Nat. Industrial	1.935.450,63	259.894,04	11.656.932,83	13.852.277,50
Dívida Ativa	5.633.388.654,18	0,00	0,00	5.633.388.654,18
Empr. e/ou Fin. Conc.	0,00	0,01	911.663.305,43	911.663.305,44
Outros Créditos	369,07	0,00	0,00	369,07
Part. Capital de Empr.	2.811.848.124,24	526.612,59	0,00	2.812.374.736,83
Pr.P/Int.Cap. de Empr.	516.276.766,85	0,00	0,00	516.276.766,85
Fundos Rotativos	650.496,95	309.250,91	0,00	959.747,86
Almoxarifado	<u>4.244.839,60</u>	<u>3.210.815,89</u>	<u>1.153.304,99</u>	<u>8.608.960,48</u>
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	9.435.589.539,97	279.077.266,46	980.316.281,03	10.694.983.087,46
ATIVO TRANSITÓRIO				
Bens Móveis	29.734.621,12	2.166.040,76	17.098.473,84	48.999.135,72
Bens Imóveis	6.668.563,82	17.204.536,98	9.414.423,44	33.287.524,24
Bens de Nat. Industrial	2.306.613,66	94.095,57	18.426,51	2.419.135,74
Mat. C. e/ou Transf.	<u>13.751.706,01</u>	<u>3.300.703,53</u>	<u>43.250.047,77</u>	<u>60.302.457,31</u>
TOTAL DO ATIVO TRANSITÓRIO	<u>52.461.504,61</u>	<u>22.765.376,84</u>	<u>69.781.371,56</u>	<u>145.008.253,01</u>
TOTAL DO ATIVO REAL	9.720.986.126,82	430.078.668,12	1.130.083.317,87	11.281.148.112,81
PASSIVO				
PASSIVO FINANCEIRO				
DÍVIDA FLUTUANTE				
Restos a Pagar	380.952.436,43	98.533.504,16	142.390.535,40	621.876.475,99
Desp. de Pes. a Pagar	105.338.107,65	7.047.129,99	96.395,81	112.481.633,45



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

GRUPAMENTO	DIRETA	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	FUNDOS ESPECIAIS	TOTAL
Consignações	57.706.771,80	4.297.661,91	150.506,64	62.154.940,35
Dep. Cau. Dinheiro	59.900,22	97.721,39	0,00	157.621,61
Dep. de Out. Orig.	976.236,56	258.374,39	91.627,52	1.326.238,47
Cr. de Ag. Arrec.	1.224.104,73	0,00	0,00	1.224.104,73
Ent. Estatais Credoras	1.178.126,83	10.329,98	0,00	1.188.456,81
Outros Credores	<u>13.801.826,65</u>	<u>2.093.203,92</u>	<u>298.243,06</u>	<u>16.193.273,63</u>
SOMA	561.237.510,87	112.337.925,74	143.027.308,43	816.602.745,04
RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR				
Outros Recebimentos	<u>63.483,50</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>63.483,50</u>
SOMA	<u>63.483,50</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>63.483,50</u>
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	561.300.994,37	112.337.925,74	143.027.308,43	816.666.228,54
PASSIVO PERMANENTE				
DÍVIDA FUNDADA				
Interna	7.688.708.393,00	0,00	0,00	7.688.708.393,00
Externa	<u>76.918.040,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>76.918.040,00</u>
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	<u>7.765.626.433,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>7.765.626.433,00</u>
TOTAL DO PASSIVO REAL	<u>8.326.927.427,37</u>	<u>112.337.925,74</u>	<u>143.027.308,43</u>	<u>8.582.292.661,54</u>
SALDO PATRIMONIAL	<u>1.394.058.699,45</u>	<u>317.740.742,38</u>	<u>987.056.009,44</u>	<u>2.698.855.451,27</u>
TOTAL	9.720.986.126,82	430.078.668,12	1.130.083.317,87	11.281.148.112,81

Os Saldos Patrimoniais em 2000 da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais se constituíram da seguinte forma:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1. Saldo do Patrimônio Financeiro	(328.365.912,13)
2. Saldo do Patrimônio Permanente	1.669.963.106,97
3. Saldo do Patrimônio Transitório	<u>52.461.504,61</u>
ATIVO REAL LÍQUIDO	1.394.058.699,45

II - AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

1. Saldo do Patrimônio Financeiro	15.898.099,08
2. Saldo do Patrimônio Permanente	279.077.266,46
3. Saldo do Patrimônio Transitório	<u>22.765.376,84</u>
ATIVO REAL LÍQUIDO	317.740.742,38

III - FUNDOS ESPECIAIS

1. Saldo do Patrimônio Financeiro	(63.041.643,15)
2. Saldo do Patrimônio Permanente	980.316.281,03
3. Saldo do Patrimônio Transitório	<u>69.781.371,56</u>
ATIVO REAL LÍQUIDO	987.056.009,44

A Situação Financeira da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais pode ser visualizada comparando seus valores nos Exercícios de 1999 e 2000 conforme o quadro seguinte:

ESPECIFICAÇÕES	SIT. EM 31/12/99	VAR. DO EXERC.	SIT. EM 31/12/00
DIRETA			
a) Disponibilidades	147.446.177,40	49.427.879,24	196.874.056,64
b) Valores Realizáveis	10.152.577,75	15.717.884,99	25.870.462,74
c) Valores Pendentes	3.683.421,94	6.507.140,92	10.190.562,86
d) Exigibilidades	<u>592.281.571,25</u>	<u>(30.980.576,88)</u>	<u>561.300.994,37</u>
e) SOMA (a+b+c-d)	(430.999.394,16)	102.633.482,03	(328.365.912,13)
AUTARQ. E FUNDAÇÕES			
a) Disponibilidades	9.040.792,61	6.102.856,90	15.143.649,51
b) Valores Realizáveis	80.801.746,46	30.447.644,45	111.249.390,91
c) Valores Pendentes	33.428,98	1.809.555,42	1.842.984,40
d) Exigibilidades	<u>279.567.691,33</u>	<u>(167.229.765,59)</u>	<u>112.337.925,74</u>
e) SOMA (a+b+c-d)	(189.691.723,28)	205.589.822,36	15.898.099,08
FUNDOS ESPECIAIS			
a) Disponibilidades	22.623.637,75	34.405.388,85	57.029.026,60
b) Valores Realizáveis	49.948.915,23	(26.992.276,55)	22.956.638,68
c) Exigibilidades	<u>99.863.834,95</u>	<u>43.163.473,48</u>	<u>143.027.308,43</u>
d) SOMA (a+b-c)	(27.291.281,97)	(35.750.361,18)	(63.041.643,15)
DÉFICIT/SUPERÁVIT	(647.982.399,41)	272.472.943,21	(375.509.456,20)

Pela demonstração, o Resultado Financeiro, em conjunto, apresentou um Superávit de R\$ 272.472.943,21, passando a figurar em 31/12/00 com um Déficit de R\$ 375.509.456,20.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4 - RETROSPECTO SINÓTICO

Os resultados gerais da gestão Financeira e Econômica dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, bem como a Situação Líquida dos referidos Órgãos, em síntese se apresentam assim:

4.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As Execuções Orçamentárias dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais apresentaram, no conjunto, um Superávit de R\$ 41.562.765,38 como se pode ver:

Superávit da Administração Direta	55.138.507,62
Superávit das Autarquias e Fundações	23.242.576,97
Déficit dos Fundos Especiais	<u>(36.818.319,21)</u>
SUPERÁVIT	41.562.765,38

4.2 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA DE 2000

As operações financeiras dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais apresentaram em 2000 um Superávit de R\$ 272.472.943,21, conforme se vê na demonstração a seguir:

Superávit da Administração Direta	102.633.482,03
Superávit das Autarquias e Fundações	205.589.822,36
Déficit dos Fundos Especiais	<u>(35.750.361,18)</u>
SUPERÁVIT	272.472.943,21

4.3 - ALTERAÇÕES DO PATRIMÔNIO PERMANENTE

O Patrimônio Permanente dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais sofreu um acréscimo de R\$ 997.553.837,84 como se pode ver a seguir:

Aumento na Administração Direta	1.204.118.755,72
Diminuição nas Autarquias e Fundações	(471.196.136,02)
Aumento nos Fundos Especiais	<u>264.631.218,14</u>
SUPERÁVIT DO PATRIMÔNIO PERMANENTE	997.553.837,84



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O aumento verificado no Patrimônio Permanente dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais está melhor visualizado nos quadros que se seguem:

DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GRUPAMENTOS	2000	1999	DIFERENÇA
Ativo Permanente	9.435.589.539,97	7.289.581.894,25	2.146.007.645,72
Passivo Permanente	<u>7.765.626.433,00</u>	<u>6.823.737.543,00</u>	<u>(941.888.890,00)</u>
TOTAL	1.669.963.106,97	465.844.351,25	1.204.118.755,72

DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

GRUPAMENTOS	2000	1999	DIFERENÇA
Ativo Permanente	279.077.266,46	750.273.402,48	(471.196.136,02)
Passivo Permanente	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	279.077.266,46	750.273.402,48	(471.196.136,02)

DOS FUNDOS ESPECIAIS

GRUPAMENTOS	2000	1999	DIFERENÇA
Ativo Permanente	980.316.281,03	715.685.062,89	264.631.218,14
Passivo Permanente	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	980.316.281,03	715.685.062,89	264.631.218,14

4.4 - ALTERAÇÕES DO PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO

O Patrimônio Transitório dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais sofreu um decréscimo de R\$ 74.546.348,57 como se vê a seguir:

	R\$
Aumento na Administração Direta	588.908,43
Diminuição nas Autarquias e Fundações	(131.419.383,45)
Aumento nos Fundos Especiais	<u>56.284.126,45</u>
DÉFICIT DO PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO	(74.546.348,57)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.5 - RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial do Exercício, que abrange os resultados dos Patrimônios Financeiro, Permanente e Transitório de 2000, se demonstram em síntese, como segue:

	R\$
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Superávit Financeiro do Exercício	102.633.482,03
Aumento do Patrimônio Permanente	1.204.118.755,72
Aumento do Patrimônio Transitório	<u>588.908,43</u>
SUPERÁVIT	1.307.341.146,18
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	
Superávit Financeiro do Exercício	205.589.822,36
Diminuição do Patrimônio Permanente	(471.196.136,02)
Diminuição do Patrimônio Transitório	<u>(131.419.383,45)</u>
DÉFICIT	(397.025.697,11)
FUNDOS ESPECIAIS	
Déficit Financeiro do Exercício	(35.750.361,18)
Aumento do Patrimônio Permanente	264.631.218,14
Aumento do Patrimônio Transitório	<u>56.284.126,45</u>
SUPERÁVIT	285.164.983,41

4.6 - SALDO PATRIMONIAL

O Saldo Patrimonial em conjunto da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, apresentou um Ativo Real Líquido de R\$ 2.698.855.451,27 sendo que a Administração Direta apresentou um Ativo Real Líquido de R\$ 1.394.058.699,45, as Autarquias e Fundações um Ativo Real Líquido de R\$ 317.740.742,38 e os Fundos Especiais um Ativo Real Líquido de R\$ 987.056.009,44, demonstrado da seguinte forma:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PATRIMÔNIO FINANCEIRO

Saldo de 1999	(430.999.394,16)
Superávit do Exercício de 2000	<u>102.633.482,03</u> (328.365.912,13)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

PATRIMÔNIO PERMANENTE		
Saldo de 1999	465.844.351,25	
Superávit do Exercício de 2000	<u>1.204.118.755,72</u>	1.669.963.106,97

PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO		
Saldo de 1999	51.872.596,18	
Superávit do Exercício de 2000	<u>588.908,43</u>	52.461.504,61

SALDO PATRIMONIAL (ATIVO REAL LÍQUIDO) 1.394.058.699,45

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

PATRIMÔNIO FINANCEIRO		
Saldo de 1999	(189.691.723,28)	
Superávit do Exercício de 2000	<u>205.589.822,36</u>	15.898.099,08

PATRIMÔNIO PERMANENTE		
Saldo de 1999	750.273.402,48	
Déficit do Exercício de 2000	<u>(471.196.136,02)</u>	279.077.266,46

PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO		
Saldo de 1999	154.184.760,29	
Déficit do Exercício de 2000	<u>(131.419.383,45)</u>	22.765.376,84

SALDO PATRIMONIAL (ATIVO REAL LÍQUIDO) 317.740.742,38

FUNDOS ESPECIAIS

PATRIMÔNIO FINANCEIRO		
Saldo de 1999	(27.291.281,97)	
Déficit do Exercício de 2000	<u>(35.750.361,18)</u>	(63.041.643,15)

PATRIMÔNIO PERMANENTE		
Saldo de 1999	715.685.062,89	
Superávit do Exercício de 2000	<u>264.631.218,14</u>	980.316.281,03

PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO		
Saldo de 1999	13.497.245,11	
Superávit do Exercício de 2000	<u>56.284.126,45</u>	69.781.371,56

SALDO PATRIMONIAL (ATIVO REAL LÍQUIDO) 987.056.009,44

Em resumo, o Ativo Real Líquido apurado se apresenta assim:

DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.394.058.699,45
DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	317.740.742,38
DOS FUNDOS ESPECIAIS	<u>987.056.009,44</u>
TOTAL DO ATIVO REAL LÍQUIDO	2.698.855.451,27



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

4.7 - ÍNDICES

Os Índices seguintes demonstram em conjunto, a Situação Financeira dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais:

4.7.1 - QUOCIENTE DE PRONTA LIQUIDEZ

$$\text{QPL} = \frac{\text{DISPONÍVEL} + \text{APLICAÇÕES} + \text{VINCULADO}}{\text{RESTOS A PAGAR}}$$

$$\text{QPL} = \frac{269.046.732,75}{621.876.475,99}$$

$$\text{QPL} = 0,43$$

O Índice indica que para cada Real de Restos a Pagar os Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais dispunham de R\$ 0,43 para resgate imediato.

4.7.2 - QUOCIENTE DE LIQUIDEZ MEDIATA

$$\text{QLM} = \frac{\text{ATIVO FINANCEIRO}}{\text{PASSIVO FINANCEIRO}}$$

$$\text{QLM} = \frac{441.156.772,34}{816.666.228,54}$$

$$\text{QLM} = 0,54$$

O Índice indica que para cada Real da Dívida Flutuante, os Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais possuíam R\$ 0,54 para o seu resgate.

4.7.3 - QUOCIENTE GERAL DE SOLVÊNCIA

$$\text{QGS} = \frac{\text{ATIVO REAL}}{\text{PASSIVO REAL}}$$

$$\text{QGS} = \frac{11.281.148.112,81}{8.582.292.661,54}$$

$$\text{QGS} = 1,32$$

O Índice indica que os Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, em conjunto possuíam ao final de 2000, R\$ 1,32 do seu Ativo Real para cada Real de seus compromissos a curto, médio e longo prazos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

O quadro seguinte demonstra, com Índices, a Situação Financeira da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais, no último triênio:

RELAÇÃO/QUOCIENTE	2000	1999	1998
Quociente de Pronta Liquidez	0,43	0,22	0,09
Quociente de Liquidez Mediata	0,54	0,33	0,24
Quociente Geral de Solvência	1,32	1,19	1,09



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

V – RESUMO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Constituição Estadual, em seu artigo 37, XI, estabelece que compete privativamente ao Governador do Estado prestar à Assembléia Legislativa as contas anuais relativas à receita e à despesa públicas.

Ao Tribunal, Órgão incumbido de exercer o Controle Externo, compete, dentre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador.

Em síntese, o Tribunal verifica se a administração pública, ao executar o orçamento, no que tange à realização de receitas e execução de despesas, obedeceu os princípios estabelecidos nas Constituições da República Federativa do Brasil e na do Estado de Goiás e, ainda, se atingiu os resultados previamente planejados.

A apreciação das contas do Governador não isenta de responsabilidade os administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, visto que terão as suas contas individualmente julgadas por este Tribunal.

Nas contas apresentadas, referentes ao exercício de 2000, nota-se que os objetivos e metas foram previamente definidos no Orçamento, em valores e quantitativos, atendendo ao princípio da eficiência, instituído pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

Entretanto, seria necessário que o Governo do Estado apresentasse o relatório de gestão, evidenciando o desempenho da arrecadação e demonstrando detalhadamente o cumprimento destes objetivos e metas, o que não ocorreu. Desta forma, este Tribunal se restringirá ao exame da execução do orçamento, com enfoque voltado para os valores executados dentro dos objetivos traçados, evidenciando as prioridades governamentais no exercício.

Ressalte-se que a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, definiu, em seu artigo 1º, § 1º, que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. E, ainda, em seu artigo 58 estabeleceu que deverá ser evidenciado na prestação de contas *“o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições”*.

Resumidamente, apresentaremos a seguir os aspectos principais das Contas do Governador do Estado de Goiás - Exercício de 2000:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS**

1 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO DEFINIDOS NO PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO DE 2000

O Orçamento do exercício de 2000 destinou aos Objetivos Estratégicos de Governo e aos Demais Programas o valor de R\$ 4.494.791.083,00 distribuídos da seguinte forma:

GOIÁS COMPETITIVO PÓLO ECONÔMICO REGIONAL	11,23%
GOIÁS CIDADANIA MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA	15,00%
GOIÁS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO	2,59%
GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR	1,94%
OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	1,19%
APOIO ADMINISTRATIVO	21,05%
ENCARGOS GERAIS	47,00%

Na Execução do Orçamento foram destinados aos Objetivos Estratégicos de Governo e aos Demais Programas o valor de R\$ 3.566.492.792,46 distribuídos da seguinte forma:

GOIÁS COMPETITIVO PÓLO ECONÔMICO REGIONAL	4,64%
GOIÁS CIDADANIA MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA	12,08%
GOIÁS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO	1,15%
GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR	1,93%
OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	1,38%
APOIO ADMINISTRATIVO	35,13%
ENCARGOS GERAIS	43,68%

Assim, comparando os valores executados com a proposta orçamentária, notamos que os Programas de Apoio Administrativo receberam um volume de recursos superior àquele previamente orçado, ficando, de consequência, os demais Objetivos e Programas de Governo com a sua cota orçamentária reduzida. (Anexo "Objetivos e Programas de Governo", fls. 7 a 10).

Considerando apenas os Objetivos de Governo, podemos dizer que o Orçamento do exercício de 2000 destinou a eles o Valor de R\$ 1.382.795.527,00, ou 29,76% do valor orçado, distribuídos da seguinte forma (Anexo "Objetivos e Programas de Governo", fl. 8):

OBJETIVOS/SETORES	Valor Orçado	% Setor P/Total Objetivos
GOIÁS COMPETITIVO PÓLO ECONÔMICO REGIONAL		
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TELECOMUNICAÇÕES	19.500,00	0,00%
SETOR DESENVOLVIMENTO MACRO ECONÔMICO	82.000,00	0,01%
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - ENERGIA	555.750,00	0,04%
SETOR MINERAÇÃO	1.382.750,00	0,10%
SETOR TURISMO	8.918.000,00	0,64%
SETOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	53.403.200,00	3,86%
SETOR AGROPECUÁRIO	73.732.410,00	5,33%
SETOR DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	78.155.500,00	5,65%
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TRANSPORTES	<u>288.598.226,00</u>	<u>20,87%</u>
TOTAL GOIÁS COMPETITIVO PÓLO ECONÔMICO REGIONAL	504.847.336,00	36,51%
GOIÁS CIDADANIA COM MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA		
SETOR DE GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO	27.478.424,00	1,99%
SETOR DE JUSTIÇA E SEGURANÇA	83.239.707,00	6,02%
SETOR EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	155.889.690,00	11,27%
SETOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	162.639.769,00	11,76%
SETOR SAÚDE	<u>245.062.030,00</u>	<u>17,72%</u>
TOTAL GOIÁS CIDADANIA MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA	674.309.620,00	48,76%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

OBJETIVOS/ SETORES	Valor Orçado	% Setor P/Total Objetivos
GOIÁS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO		
SETOR SANEAMENTO	3.477.500,00	0,25%
SETOR HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	9.529.054,00	0,69%
SETOR MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	32.425.238,00	2,34%
SETOR DESENVOLVIMENTO REGIONAL	<u>71.192.295,00</u>	<u>5,15%</u>
TOTAL GOIÁS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO	116.624.087,00	8,43%
GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR		
SETOR FINANÇAS PÚBLICAS	9.190.000,00	0,66%
SETOR DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	22.095.644,00	1,60%
SETOR GESTÃO PÚBLICA	<u>55.728.840,00</u>	<u>4,03%</u>
TOTAL GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR	87.014.484,00	6,29%
TOTAL DOS OBJETIVOS	1.382.795.527,00	100,00%

Na Execução do Orçamento foi destinado aos Objetivos de Governo o valor de R\$ 706.667.679,34, ou 19,80% do total empenhado, sendo assim distribuídos (Anexo "Objetivos e Programas de Governo", fl. 10):

OBJETIVOS/ SETORES	Valor Empenhado	% Setor p/Total Objetivos
GOIÁS COMPETITIVO PÓLO ECONÔMICO REGIONAL		
SETOR MINERAÇÃO	0,00	0,00%
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TELECOMUNICAÇÕES	0,00	0,00%
SETOR DESENVOLVIMENTO MACRO ECONÔMICO	0,00	0,00%
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - ENERGIA	460.608,34	0,07%
SETOR TURISMO	879.586,29	0,12%
SETOR AGROPECUÁRIO	6.061.767,77	0,86%
SETOR DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.226.420,43	1,31%
SETOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	25.088.540,49	3,55%
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA - TRANSPORTES	<u>123.863.538,24</u>	<u>17,53%</u>
TOTAL GOIÁS COMPETITIVO PÓLO ECONÔMICO REGIONAL	165.580.461,56	23,43%
GOIÁS CIDADANIA COM MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA		
SETOR DE GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO	12.014.727,35	1,70%
SETOR DE JUSTIÇA E SEGURANÇA	45.780.117,75	6,48%
SETOR EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	106.461.325,98	15,07%
SETOR SAÚDE	133.152.076,65	18,84%
SETOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	<u>133.557.627,92</u>	<u>18,90%</u>
TOTAL GOIÁS CIDADANIA MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA	430.965.875,65	60,99%
GOIÁS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO		
SETOR SANEAMENTO	155.765,39	0,02%
SETOR MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	2.164.219,55	0,31%
SETOR HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	2.291.385,97	0,32%
SETOR DESENVOLVIMENTO REGIONAL	<u>36.521.019,59</u>	<u>5,17%</u>
TOTAL GOIÁS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO	41.132.390,50	5,82%
GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR		
SETOR FINANÇAS PÚBLICAS	4.113.428,54	0,58%
SETOR DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	22.863.081,33	3,24%
SETOR GESTÃO PÚBLICA	<u>42.012.441,76</u>	<u>5,95%</u>
TOTAL GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR	68.988.951,63	9,76%
TOTAL DOS OBJETIVOS	706.667.679,34	100,00%

Assim, comparando os valores executados com a proposta orçamentária, notamos que aos Objetivos Goiás Cidadania Com Melhoria de Qualidade de Vida e Governo Moderno e Empreendedor foram destinados, percentualmente, um maior volume de recursos, o que, conseqüentemente, reduziu a destinação aos demais Objetivos de Governo, conforme demonstrado nos quadros acima.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Ressalte-se que os setores Justiça e Segurança, Educação, Cultura e Esporte, Saúde, Divulgação e Publicidade e Gestão Pública foram beneficiados com percentual de recursos maior do que havia sido proposto no Orçamento.

2 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - RECURSOS DO TESOIRO: o exame das Contas abrangeu a Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Tribunal de Justiça de Goiás, Governadoria do Estado, Polícia Militar, Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado, Corpo de Bombeiros Militar, Diretoria Geral da Polícia Civil e Secretarias de Estado. Podemos destacar os seguintes itens:

2.1 - Receita

a) a arrecadação das receitas do Tesouro, previstas em R\$ 3,76 bilhões (Lei Orçamentária Anual de R\$ 3,13 bilhões, acrescida em R\$ 600 milhões pela Lei n.º 13.774, de 28 de dezembro de 2000), ficou em R\$ 3,24 bilhões, implicando uma arrecadação a menor de R\$ 526,48 milhões (fl. 183);

b) no cômputo geral, a União respondeu por 17,73% dos recursos, ou R\$ 573,83 milhões (Transferências e Participação), a Receita Própria representou 76,44% ou R\$ 2,47 bilhões, as Operações de Crédito 2,15% ou R\$ 69,47 milhões, os Convênios 1,82% ou R\$ 58,94 milhões, as Transferências de Instituições Privadas 0,03% ou R\$ 1,08 milhão e finalmente Transferências Intragovernamentais 1,83% ou R\$ 59,39 milhões;

c) as Receitas Correntes representaram 95,01% da Receita do Tesouro, ou R\$ 3,08 bilhões, enquanto as Receitas de Capital somaram R\$ 161,43 milhões, ou 4,99%;

d) em relação ao total de receitas, merecem destaque, pelo volume: Receita Tributária, R\$ 2,25 bilhões (69,48%), Transferências Correntes, R\$ 632,41 milhões (19,54%) e Outras Receitas Correntes, R\$ 148,08 milhões (4,58%);

e) a Receita Tributária evoluiu 21,37% em relação ao exercício de 1999;

f) a arrecadação do ICMS foi responsável por 95,26% da Receita Tributária, seguida pelo IPVA com 4,24%;

g) comparativamente a 1999, a Receita Total cresceu 0,38%.

1.2 - Despesa

a) a Despesa Fixada pela Lei Orçamentária, e acrescida pela Lei n.º 13.774, para o exercício de 2000, foi de R\$ 3,76 bilhões e a Despesa Autorizada Final, após as Reduções Orçamentárias e a abertura de Créditos Adicionais, chegou ao valor de R\$ 3,78 bilhões;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

- b) do total autorizado foram empenhados R\$ 3,18 bilhões (fl. 184);
- c) os Empenhos Liquidados somaram R\$ 2,82 bilhões equivalentes a 88,57% do total empenhado, permanecendo outros R\$ 363,55 milhões equivalentes a 11,43%, como Restos a Pagar;
- d) foram realizadas despesas à margem do Orçamento, em infração ao disposto no artigo 60 da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, ficando consignada em balanço a importância de R\$ 10,19 milhões de despesas a regularizar referentes a operações cambiais na Secretaria da Saúde e no Tesouro Estadual repasses, para quitação de Indenizações por Tempo de Serviço, a diversos órgãos jurisdicionantes;
- e) em relação ao exercício financeiro de 1999, a Despesa Empenhada, em 2000, registrou um decréscimo de 4,46%;
- f) as Despesas Correntes responderam por 89,50% do total, destacando-se o grupo Pessoal e Encargos Sociais com 51,39% incidentes sobre o total da despesa;
- g) as Despesas de Capital responderam por 10,50% sobressaindo-se o grupo Investimentos com 6,96% do total empenhado;
- h) do total despendido com Pessoal e Encargos Sociais, 7,07% ou R\$ 115,54 milhões referiam-se a Transferências a Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas, enquanto as aplicações diretas representavam 92,93% ou R\$ 1,52 milhão, destacando-se a rubrica Pessoal Civil com 40,25% e Inativos com 26,40%;
- i) as despesas com Pessoal (Ativo e Inativo) de R\$ 1,41 bilhão, representaram 52,94% da Receita Corrente Líquida (Receitas Correntes da Administração Direta, das Autarquias e Fundações e dos Fundos Especiais (-) Transferências a Municípios (-) Transferências a Autarquias, Fundações e Fundos Especiais e (-) Contribuições ao Regime Próprio de Previdência e Assistência);
- j) ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário foram destinadas, respectivamente, 6,62% e 7,77% da Receita Tributária Líquida (Receita Tributária (-) Transferências a Municípios), conforme art. 110 da Constituição do Estado de Goiás;
- k) na execução da despesa por Função, destacaram-se: Encargos Especiais R\$ 906,04 milhões (28,48%), Educação R\$ 585,47 milhões (18,40%), Previdência Social R\$ 400,64 milhões (12,59%) e Administração, R\$ 333,77 milhões (10,49%), (fl. 185);
- l) a Execução Orçamentária (Receita Realizada (-) Despesa Empenhada) apresentou superávit de R\$ 55,14 milhões (fl. 186);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

m) a despesa empenhada (paga e a pagar) com a manutenção e desenvolvimento do ensino, analisados com base na Classificação Funcional, foi de R\$ 585,47 milhões (incluindo os gastos com Inativos e Pensionistas), ou 26,31% do total da Receita que foi de R\$ 2,22 bilhões (Receita de Impostos (-) as Transferências a Municípios (+) as Transferências da União). O saldo de Restos a Pagar com Educação, de 2000, foi de R\$ 80,26 milhões. Do valor empenhado de R\$ 585,47 milhões, R\$ 441,00 milhões ou 75,32% referem-se a gasto com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 20,71 milhões ou 3,54% (sendo 65,98% pagos no exercício e 34,02% a pagar) referem-se a gastos com Investimentos e R\$ 123,76 milhões ou 21,24% referem-se a Outras Despesas (Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Transferências);

n) a despesa empenhada (paga e a pagar) com Saúde foi de R\$ 163,40 milhões, sendo que R\$ 109,22 milhões ou 66,84% referem-se a gasto com Pessoal e Encargos, R\$ 785,54 mil ou 0,48% (sendo 51,78% pagos no exercício e 48,22% a pagar) referem-se a Investimentos no setor e R\$ 53,39 milhões ou 32,68% referem-se a Outras Despesas (Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Transferências);

o) a despesa empenhada (paga e a pagar) para Segurança Pública foi de R\$ 268,85 milhões, sendo que R\$ 213,39 milhões ou 79,37% referem-se a gasto com Pessoal Ativo, R\$ 8,52 milhões ou 3,17% (sendo 21,79% pagos no exercício e 78,21% a pagar) referem-se a Investimentos no setor e R\$ 46,94 milhões ou 17,46% referem-se a Outras Despesas (Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Transferências);

p) foi efetivamente repassado aos Municípios, a título de Transferências Constitucionais, o valor de R\$ 593,54 milhões, 0,24% inferior à destinação constitucional aos municípios e, a título de Transferências Voluntárias, o valor de R\$ 19,16 milhões;

q) foi verificado, no exercício de 2000, repasses efetuados pelo Estado à conta Participação no Capital de Empresas: para a CELG no valor de R\$ 4,47 milhões, para o GOIASINVEST no valor de R\$ 653,57 mil e para a SANEAGO no valor de R\$ 14,06 milhões;

r) a diminuição do valor de participação do Estado no capital de Empresas se deu com baixas na AGEHAB, CAIXEGO e TELEGOIÁS;

s) o aumento do valor de participação do Estado no capital de Empresas se deu com: 1) a criação da Agência de Fomento; 2) na CELG, com repasses do Estado e com integralização de ações referente a dívida assumida pelo Estado; 3) no CERNE, com incorporação de Reservas; 4) no GOIASINVEST, com repasses do Estado; 5) na SANEAGO, com repasses do Estado e com integralização de ações referente a dívida assumida pelo Estado;

t) foram constituídas no exercício de 2000 comissões de auditoria para apuração de irregularidades em diversos órgãos governamentais (fls. 33 a 35);

u) as Contas de Governo não apresentaram Inventário dos Bens Patrimoniais;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

v) foram evidenciadas, em 31/12/00, dívidas acumuladas do Estado de Goiás para com a CELG não registradas no Balanço do Estado: 1) dívida em função de autorizações de obras e serviços para posterior reembolso conforme processo n.º 16215001, em andamento neste Tribunal; 2) dívida em função do transporte de energia elétrica da Usina de Cachoeira Dourada à Estação da CELG em Goiânia, referente ao "Contrato de Suprimento de Energia Elétrica" n.º SPJU 1357/97, celebrado entre CELG e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A, com interveniência do Estado de Goiás, conforme processo n.º 16126726, em andamento neste Tribunal;

x) ao FUNDEF foi destinado o valor de R\$ 280,97 milhões, sendo R\$ 243,06 milhões pagos no exercício e R\$ 37,91 a pagar.

1.3 - Gestão Financeira

a) remanescente de R\$ 196,87 milhões a título de Disponibilidades para o exercício seguinte;

b) ingresso de R\$ 3,24 bilhões, a título de Receita Orçamentária, e R\$ 2,82 bilhões como Despesa Orçamentária, já deduzidos os Restos a Pagar;

c) a Receita e a Despesa Extra-Orçamentária de R\$ 1,46 bilhão e R\$ 1,47 bilhão, respectivamente;

d) inscrição em Restos a Pagar do montante de R\$ 363,55 milhões.

1.4 - Gestão Patrimonial

a) o Superávit Financeiro (Ativo Financeiro (-) Passivo Financeiro) do exercício foi de R\$ 102,63 milhões (fl. 187);

b) o Superávit Permanente (Ativo Permanente (-) Passivo Permanente) do exercício foi de R\$ 1,49 bilhão (fl. 188);

c) o Superávit Transitório (Saldo do Patrimônio Transitório de 2000 (-) Saldo do Patrimônio Transitório de 1999) do exercício foi de R\$ 588,91 mil (fl. 189);

d) a Situação Líquida positiva (Patrimônio Financeiro (+) Patrimônio Permanente (+) Patrimônio Transitório), em 2000, de R\$ 2,38 milhões, foi superior à verificada em 1999, quando o resultado montou R\$ 789,35 milhões (fl. 190).

2 - AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES: o exame abrangeu as contas de todas as Autarquias e Fundações do Estado:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

a) a Receita Orçamentária realizada foi de R\$ 549,13 milhões, apresentando um acréscimo de 41,71% em relação a 1999 (fl. 191);

b) da Receita Total, R\$ 305,17 milhões ou 55,57% correspondem às Transferências Correntes e de Capital e R\$ 243,96 milhões ou 44,43% correspondem a recursos diretamente arrecadados;

c) das Transferências para Autarquias e Fundações a AGETOP recebeu 60,29%;

d) a Despesa Empenhada foi de R\$ 525,89 milhões (fls. 192 e 193);

e) foram realizadas despesas à margem do Orçamento, em infração ao disposto no artigo 60 da lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, ficando consignada em balanço a importância de R\$ 1,84 milhão, de despesas a regularizar da FUEG;

f) o Superávit Orçamentário (Receita Arrecadada (-) Despesa Empenhada) foi de R\$ 23,24 milhões (fl. 194);

g) 41,06% dos dispêndios globais das Fundações e Autarquias destinaram-se às Despesas de Capital e 58,94% às Despesas Correntes;

h) os maiores gastos das Fundações e Autarquias ocorreram no âmbito da AGETOP, IPASGO e DETRAN com 38,45%, 19,35% e 17,91%, respectivamente, do valor global;

i) verificou-se Receita Tributária na AGDRF, AGRCFSP, DETRAN e JUCEG, Receita Industrial na AGSP e Receita de Contribuições no IPASGO;

j) os gastos com Pessoal e Encargos Sociais (Ativo e Inativo) somaram R\$ 123,02 milhões;

k) inscrição em Restos a Pagar no montante de R\$ 98,53 milhões;

l) o Superávit Financeiro (Ativo Financeiro (-) Passivo Financeiro) do exercício foi de R\$ 205,59 milhões (fl. 195);

m) o Déficit Permanente (Ativo Permanente (-) Passivo Permanente) do exercício foi de R\$ 471,96 milhões (fl. 196);

n) o Déficit Transitório (Saldo do Patrimônio Transitório de 2000 (-) Saldo do Patrimônio Transitório de 1999) do exercício foi de R\$ 131,42 milhões (fl. 197);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

o) o Balanço Patrimonial revelou um Saldo Patrimonial (Patrimônio Financeiro (+) Patrimônio Permanente (+) Patrimônio Transitório) de R\$ 316,24 milhões (fl. 198).

3 - FUNDOS ESPECIAIS - o exame abrangeu as contas de todos os Fundos Especiais do Estado:

a) os Fundos Especiais FEC, FECAD, FFM, FUNAJ e FUNPROGE encaminharam seus balanços sem a assinatura do contador responsável;

b) da Receita Total, R\$ 151,64 milhões ou 68,27% correspondem às Transferências Correntes e de Capital e R\$ 70,49 ou 31,73% correspondem a recursos diretamente arrecadados (fl. 199);

c) a Despesa Empenhada foi de R\$ 258,95 milhões e o Crédito Orçamentário remanescente de R\$ 327,60 milhões (fl. 200);

d) do total despendido pelos Fundos Especiais, 10,26% deram-se no Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, 14,89% no Fundo Estadual de Cidadania e 49,47% no Fundo Especial de Saúde;

e) por Elemento de Despesa, os empenhamentos realizados concentraram-se em Material de Consumo com 20,75%, seguido por Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos com 14,59%;

f) as maiores alocações de recursos couberam às Funções Saúde e Assistência Social, com 49,47% e 16,23% do total, respectivamente (fl. 201);

g) o Déficit Orçamentário (Receita Arrecadada (-) Despesa Empenhada) foi de R\$ 36,82 milhões (fl. 202);

h) inscrição em Restos a Pagar do montante de R\$ 115,08 milhões;

i) o Déficit Financeiro (Ativo Financeiro (-) Passivo Financeiro) do exercício foi de R\$ 35,75 milhões (fl. 203);

j) o Superávit Permanente (Ativo Permanente (-) Passivo Permanente) do exercício foi de R\$ 264,63 milhões (fl. 204);

k) o Superávit do Patrimônio Transitório (Saldo do Patrimônio Transitório de 2000 (-) Saldo do Patrimônio Transitório de 1999) do exercício foi de R\$ 56,28 milhões (fl. 205);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

l) o Balanço Patrimonial dos Fundos Especiais revela um Saldo Patrimonial (Patrimônio Financeiro (+) Patrimônio Permanente (+) Patrimônio Transitório) de R\$ 987,06 milhões (fl. 206).

4 - CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS - o exame abrangeu a Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais:

a) a Receita Arrecadada do Estado de Goiás foi de R\$ 4,01 bilhões (incluídas as Transferências Intragovernamentais no valor de R\$ 399,21 milhões) enquanto a Despesa atingiu a importância de R\$ 3,97 bilhões (onde também estão incluídas as Transferências Intragovernamentais). É importante ressaltar que os ordenadores de despesa, dirigentes das Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista integrantes do complexo administrativo do Governo do Estado de Goiás e os demais administradores têm responsabilidade sobre os atos e fatos pertinentes às suas gestões, que serão objeto de apreciação própria, por meio de Tomada e Prestações de Contas;

b) o Superávit Orçamentário (Receita Arrecadada (-) Despesa Empenhada) foi de R\$ 41,56 milhões;

c) o Superávit Financeiro (Ativo Financeiro (-) Passivo Financeiro) do exercício foi de R\$ 272,47 milhões (fl. 207);

d) o Superávit Permanente (Ativo Permanente (-) Passivo Permanente) do exercício foi de R\$ 997,55 milhões (fl. 208);

e) o Déficit Transitório (Saldo do Patrimônio Transitório de 2000 (-) Saldo do Patrimônio Transitório de 1999) do exercício foi de R\$ 74,55 milhões (fl. 209);

f) o Resultado Patrimonial do Exercício (Superávit Financeiro (+) Superávit Permanente (+) Déficit Transitório) apresentou um Superávit de R\$ 1,19 bilhão;

g) o Saldo Patrimonial (Patrimônio Financeiro (+) Patrimônio Permanente (+) Patrimônio Transitório) do Estado de Goiás, ao final do exercício, perfazia o valor de R\$ 2,70 bilhões, superior ao verificado em 1999 quando o resultado montou o valor de R\$ 1,50 bilhão (fl. 210);

h) o Passivo Permanente do Estado, ao final do exercício, perfazia R\$ 7,77 bilhões, sendo 99,01% (R\$ 7,69 bilhões) referentes a Operações de Crédito Internas realizadas pela Administração Direta e os restantes 0,99% (R\$ 76,92 milhões) concernentes a compromissos assumidos externamente. No exercício de 2000 houve inscrições somente à conta Operações de Crédito Internas no valor de R\$ 69,47 milhões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

5 – NOTAS

a) os gastos da Administração Direta e Indireta, inclusive das Empresas Econômicas (exceto CERNE, CRISA, TRANSURB e os gastos no 4º trimestre da CEASA e CELG), com Divulgação e Propaganda foi da importância de R\$ 39,83 milhões. Quando comparamos com os gastos do Exercício de 1999, que foram de R\$ 19,73 milhões, verificamos um crescimento de 101,88%;

b) vários órgãos do Estado descumpriram o que determina o Art. 30 da Constituição Estadual: 1) apresentaram os relatórios com atraso: Assembléia Legislativa, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Agência Goiana de Comunicação, JUCEG, FUEG, AGEHAB, CASEGO, CEASA E SANEAGO; 2) não apresentaram os relatórios: Secretaria da Saúde, AGDRF, BD, CELG (exceto publicidade e quantitativo de pessoal), CERNE (exceto quantitativo de pessoal), CRISA e TRANSURB;

c) durante a realização de nossos trabalhos constatamos a dificuldade da Secretaria da Fazenda na consolidação dos balanços dos órgãos face a inexistência de profissionais em contabilidade em diversos órgãos do Estado.

Divisão de Análise de Balanços da Contadoria Geral do **Tribunal de Contas do Estado, em Goiânia**, aos 05 de junho de 2001.

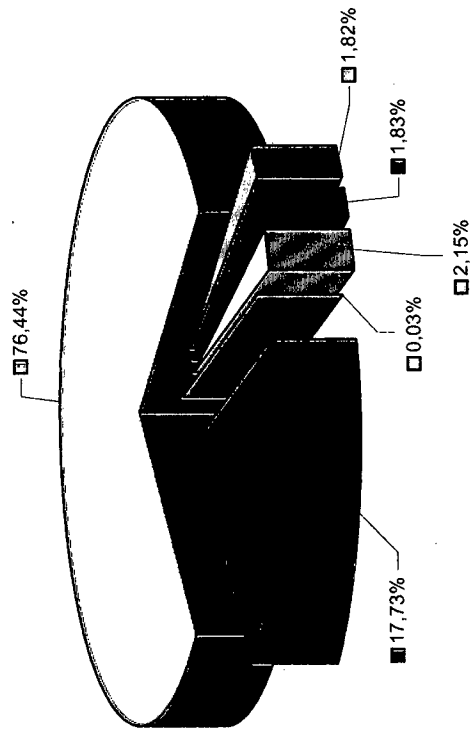
Lilianne Maria Cruvinel Siqueira Peu,
Diretora da Divisão de Análise de Balanços.

Luiz Carlos da Fonseca,
Contador Geral.
CRC-GO n.º 11.362



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Receita da Administração Direta - 2000



Total: R\$ 3.236.715.406,22

Transferência de Convênios
R\$ 58.944.986,62

Transferência Intragovernamental
R\$ 59.392.312,00

Operação de Crédito
R\$ 69.468.502,00

Transferências de Inst. Privadas
R\$ 1.082.723,12

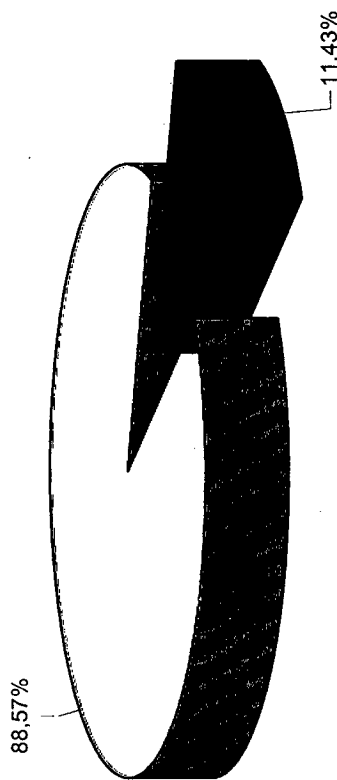
Receita da União
R\$ 573.825.154,56

Receita Própria
R\$ 2.474.001.727,92



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Total da Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) da
Administração Direta - 2000



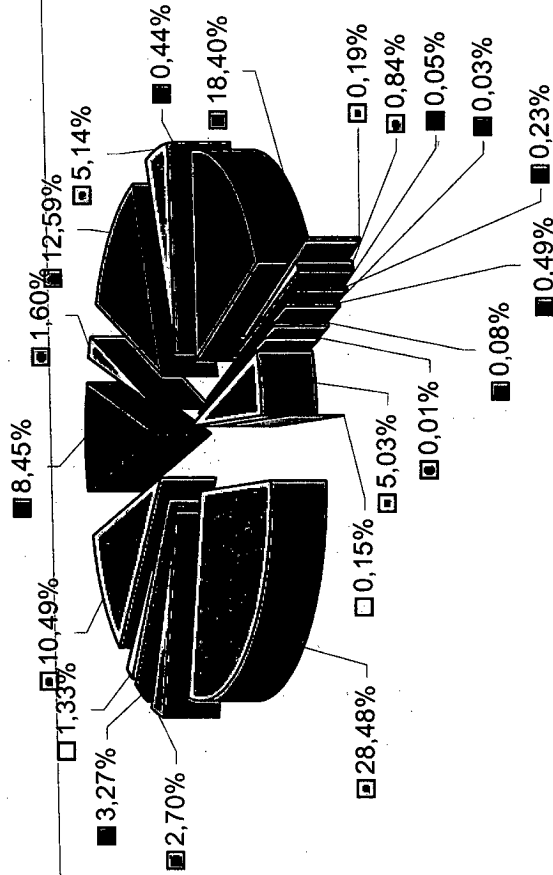
<input type="checkbox"/> Despesa Paga
R\$ 2.818.025.903,66
<input checked="" type="checkbox"/> Despesa a Pagar
R\$ 363.550.994,94

Total: R\$ 3.181.576.898,60



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Despesa Empenhada da Administração Direta - 2000



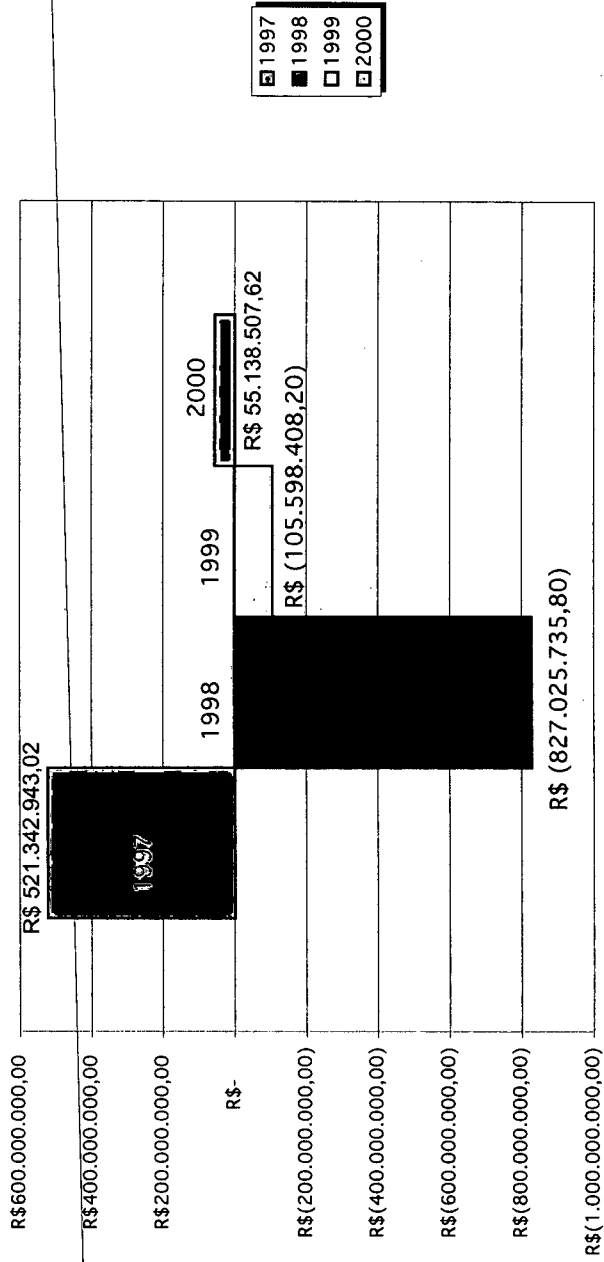
Total: R\$ 3.181.576.898,60

01. Legislativa	R\$ 86.038.978,23
02. Judiciária	R\$ 103.936.175,04
03. Essenc. à Justiça	R\$ 42.194.456,97
04. Administração	R\$ 333.768.906,97
05. Segur. Pública	R\$ 268.852.220,15
08. Assist. Social	R\$ 50.899.073,50
09. Previd. Social	R\$ 400.639.953,44
10. Saúde	R\$ 163.397.088,48
11. Trabalho	R\$ 14.052.252,51
12. Educação	R\$ 585.471.784,83
13. Cultura	R\$ 6.133.468,73
14. Dir. da Cidadania	R\$ 26.878.146,69
16. Habitação	R\$ 1.547.726,48
17. Saneamento	R\$ 899.424,88
18. Gestão Ambiental	R\$ 7.378.136,87
20. Agricultura	R\$ 15.642.972,73
23. Com. e Serviços	R\$ 2.512.106,28
25. Energia	R\$ 460.608,34
26. Transporte	R\$ 160.180.727,99
27. Desporto e Lazer	R\$ 4.648.404,38
28. Encargos Especiais	R\$ 906.044.285,11



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

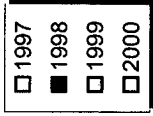
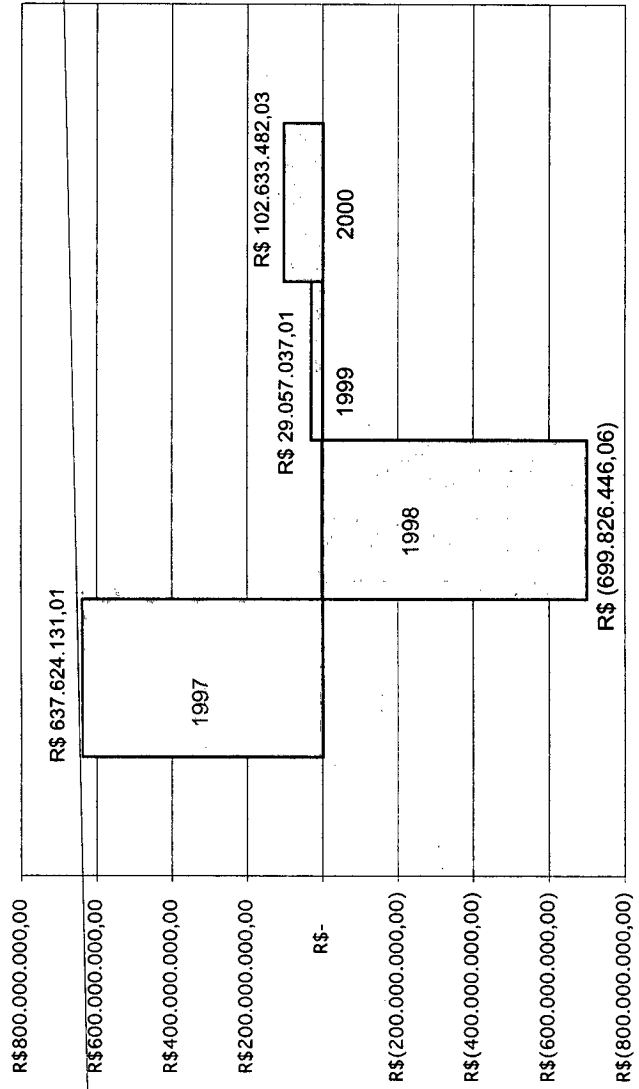
Resultado da Execução Orçamentária da Administração Direta -
1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

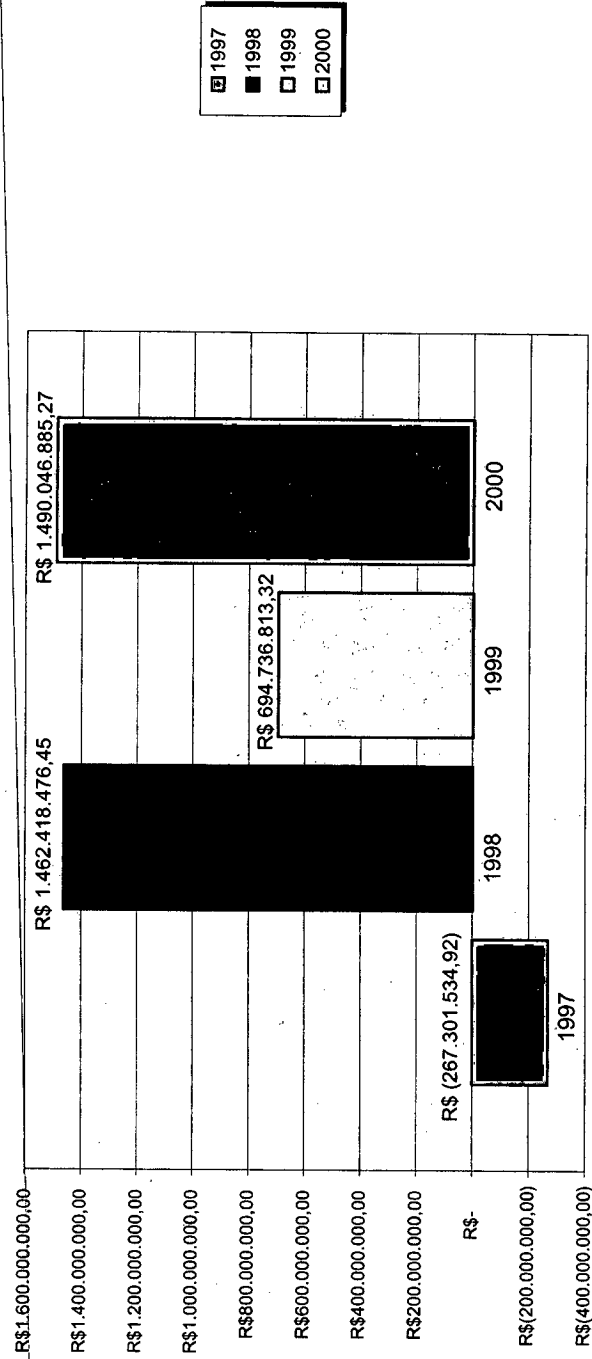
Resultado Financeiro da Administração Direta - 1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

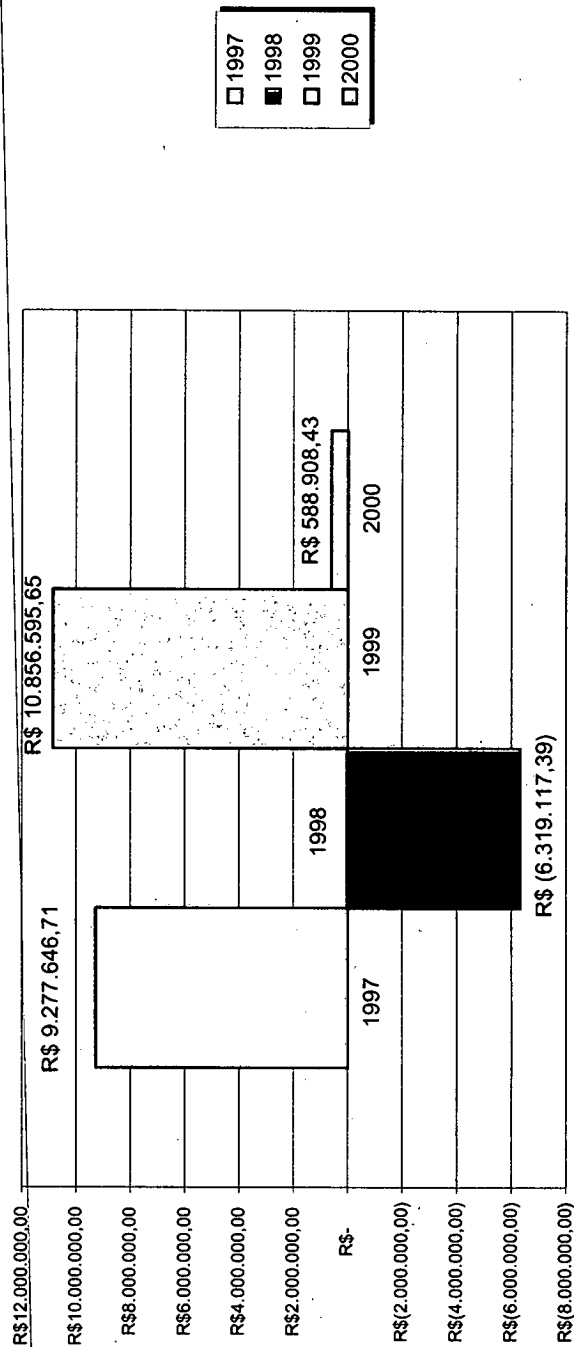
Varição do Patrimônio Permanente da Administração Direta - 1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

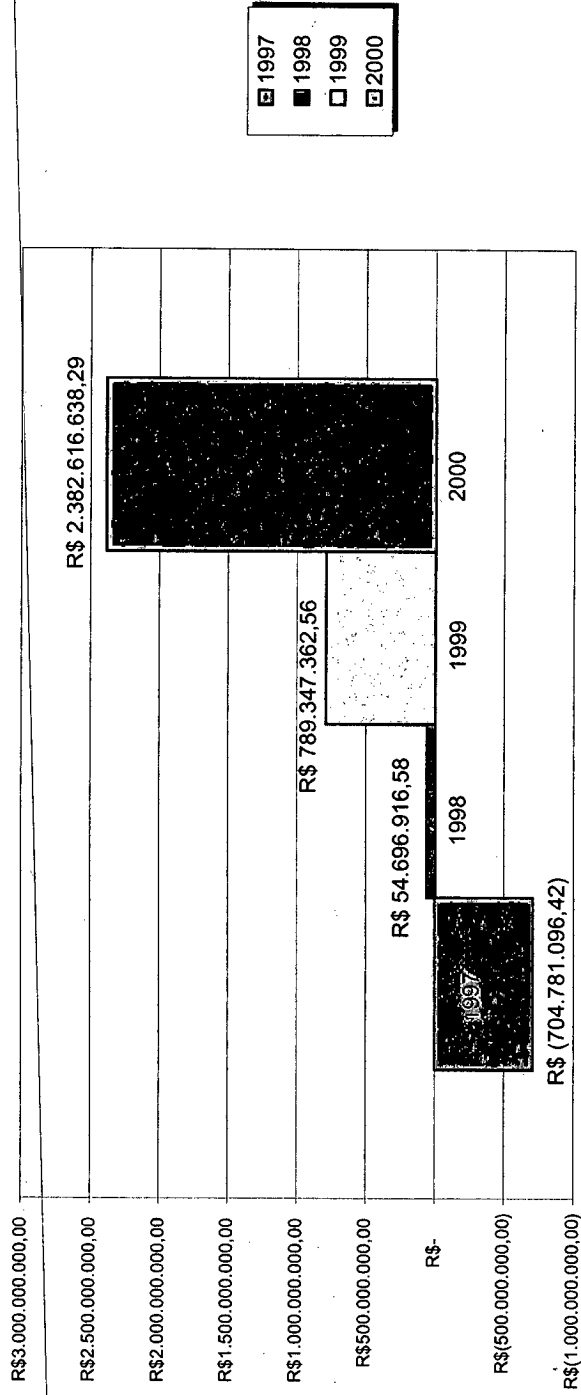
Variação do Patrimônio Transitório da Administração Direta - 1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

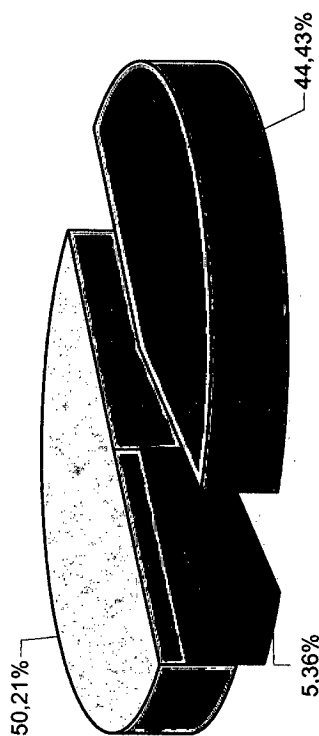
Saldo Patrimonial da Administração Direta - 1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Receita das Autarquias e Fundações - 2000



- Receita Própria
- Transferência de Convênio
- Transferência Intragovernamental

Total: R\$ 549.130.802,89



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) Autarquias e Fundações - 2000

18,74%



81,26%

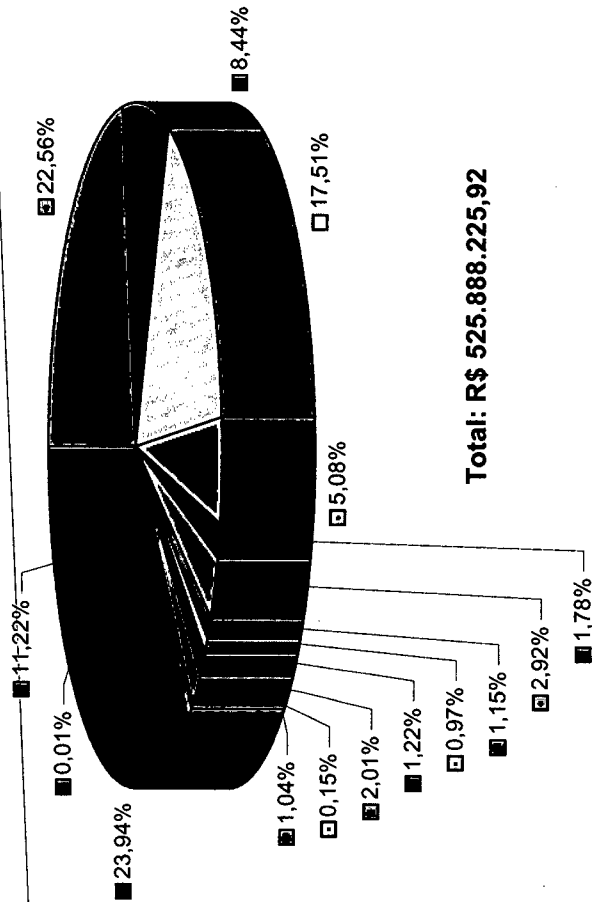
Total: R\$ 525.888.225,92

<input type="checkbox"/> Despesa Paga	R\$ 427.359.841,02
<input checked="" type="checkbox"/> Despesa a Pagar	R\$ 98.528.384,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

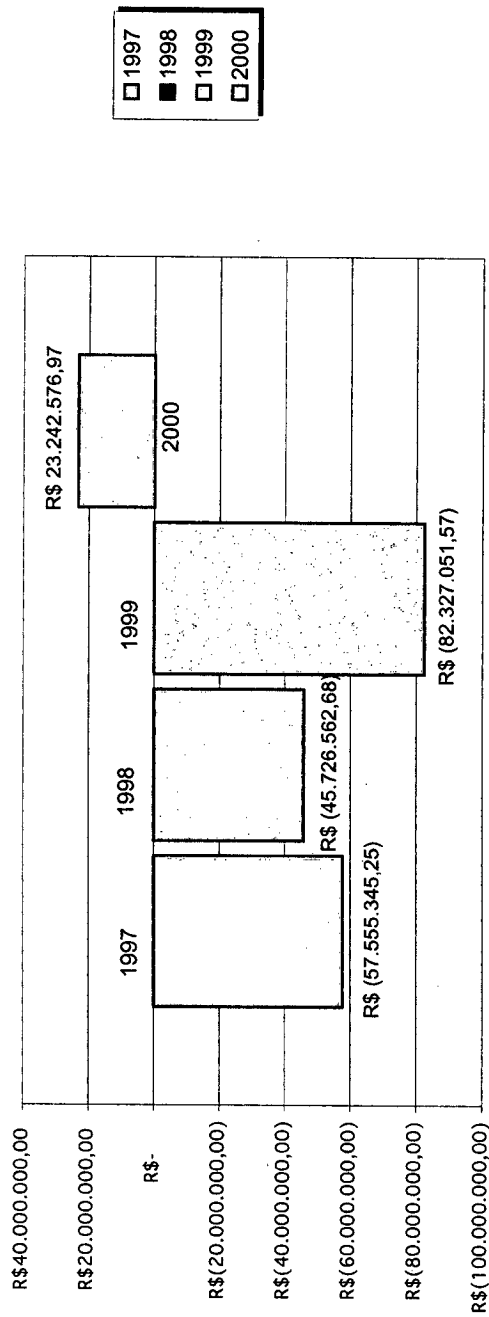
Despesa Empenhada das Autarquias e Fundações - 2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

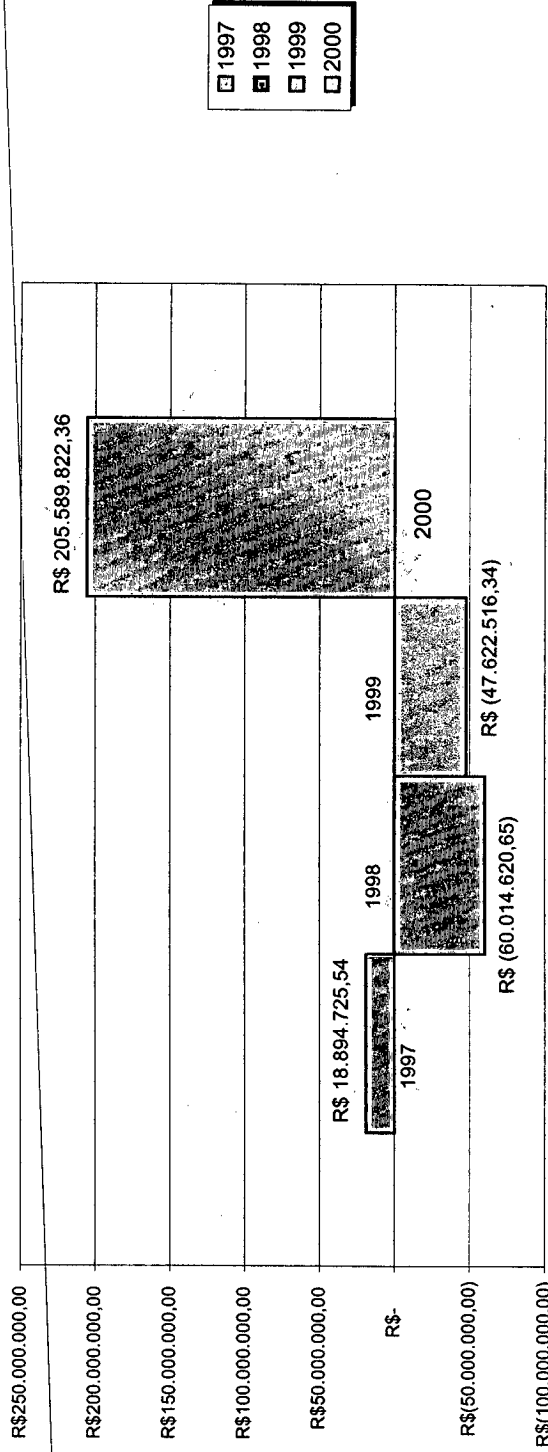
Resultado da Exec. Orçamentária das Autarquias e Fundações -
1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Resultado Financeiro das Autarquias e Fundações - 1997/2000

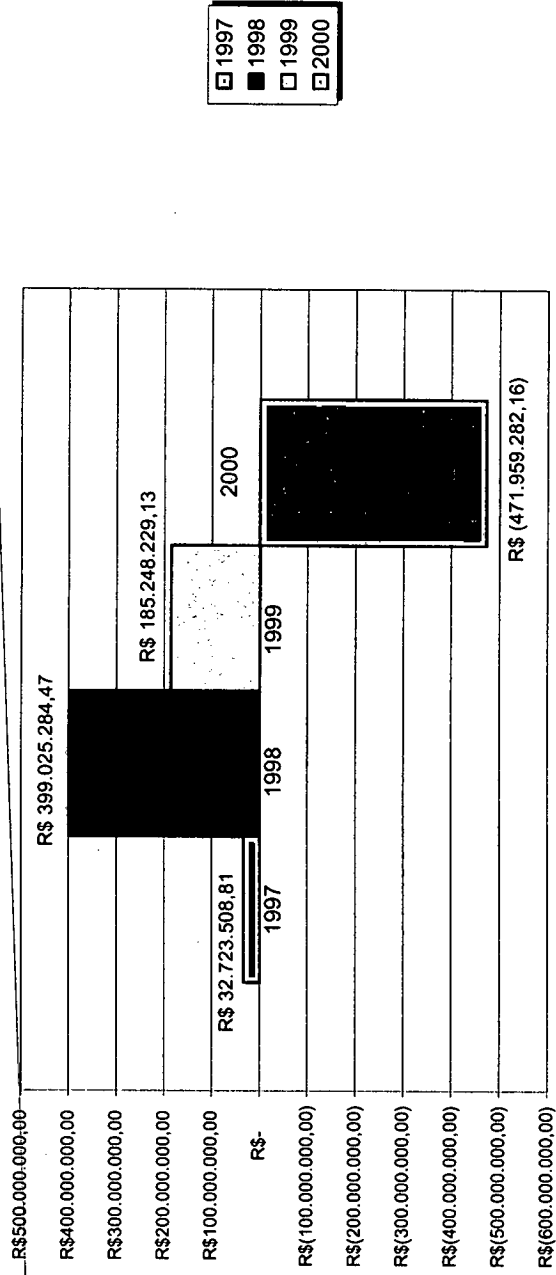


1997
 1998
 1999
 2000



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

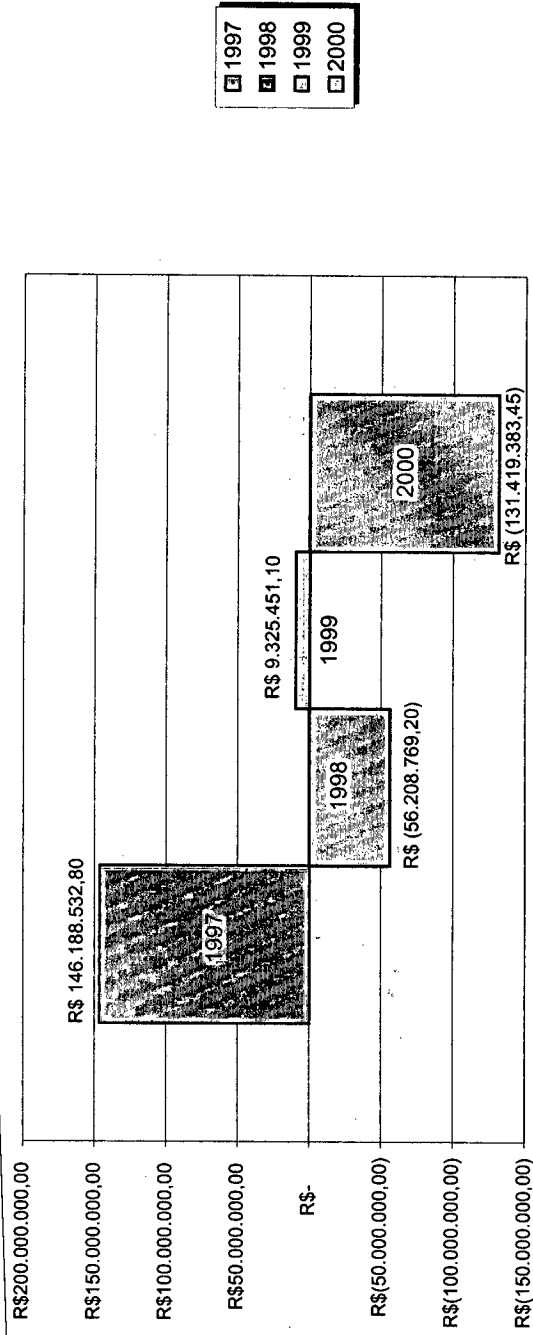
Variação do Patrimônio Permanente das Autarquias e Fundações -
1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

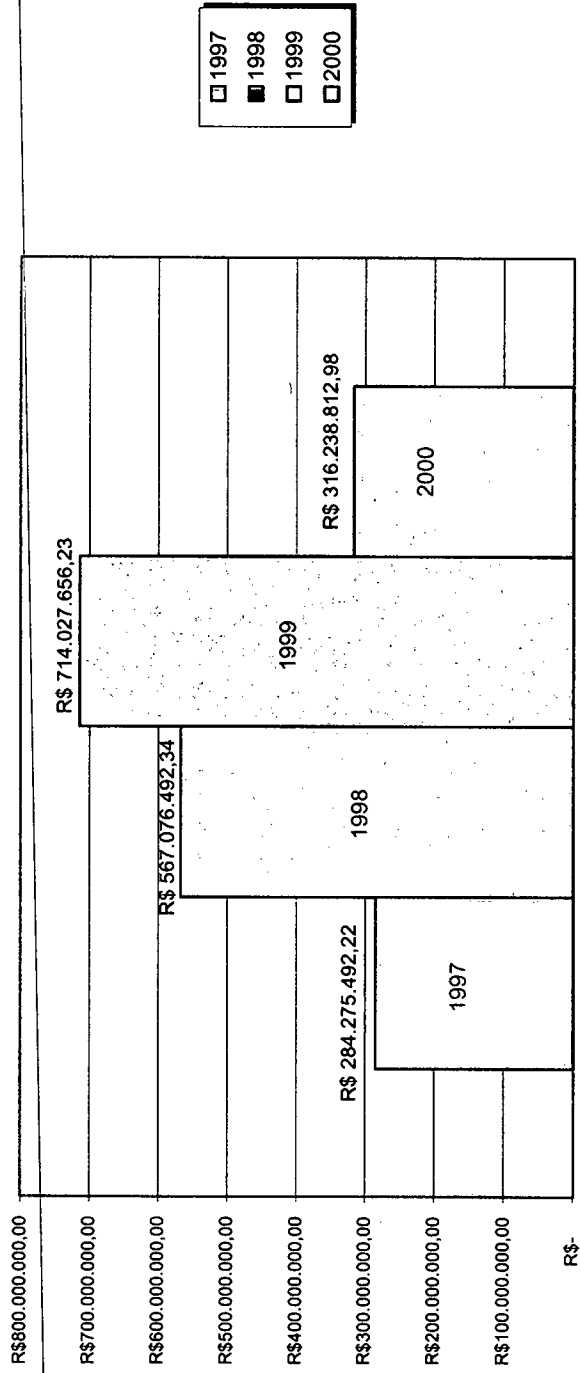
Variação do Patrimônio Transitório das Autarquias e Fundações -
1997/2000





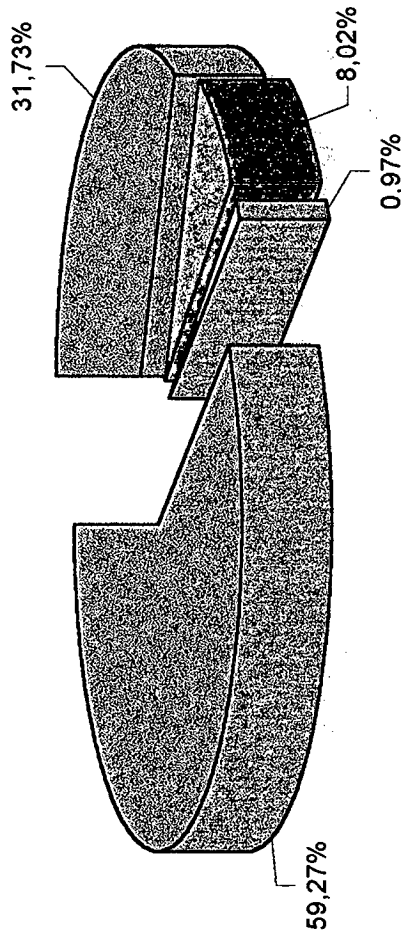
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Saldo Patrimonial das Autarquias e Fundações - 1997/2000



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Receita dos Fundos Especiais - 2000

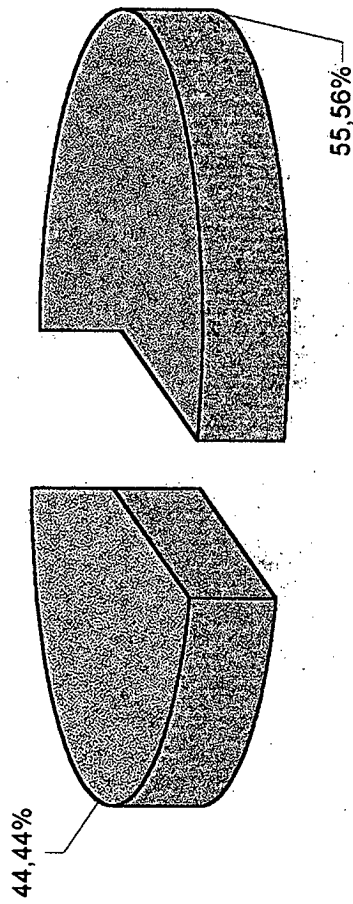


- ▣ Receita Própria
- ▣ Transferência de Convênio
- ▣ Transferências de Inst. Privadas e Pessoais
- ▣ Transferência Intragovernamental

Total: 222.130.953,57

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Total da Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) dos Fundos
Especiais - 2000



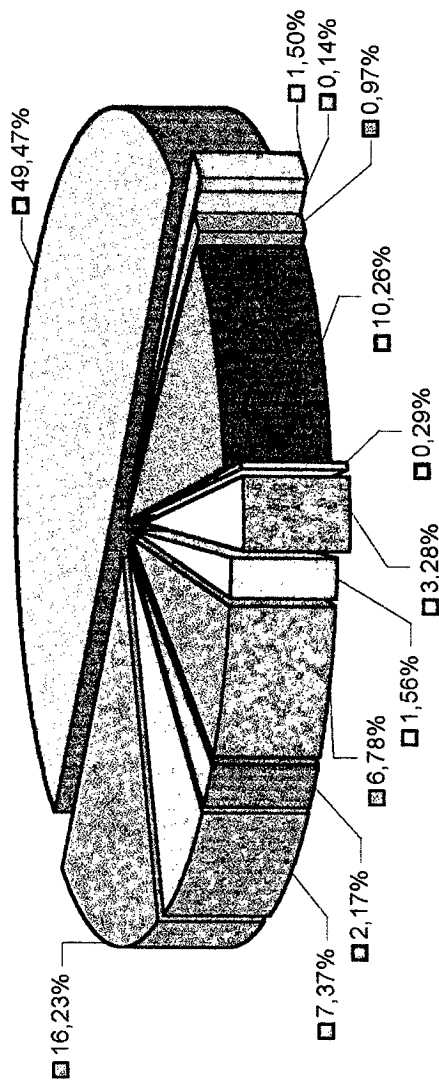
■ Despesa Paga	R\$ 143.873.451,72
■ Despesa a Pagar	R\$ 115.075.821,06

Total: 258.949.272,78



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Despesa Empenhada dos Fundos Especiais - 2000



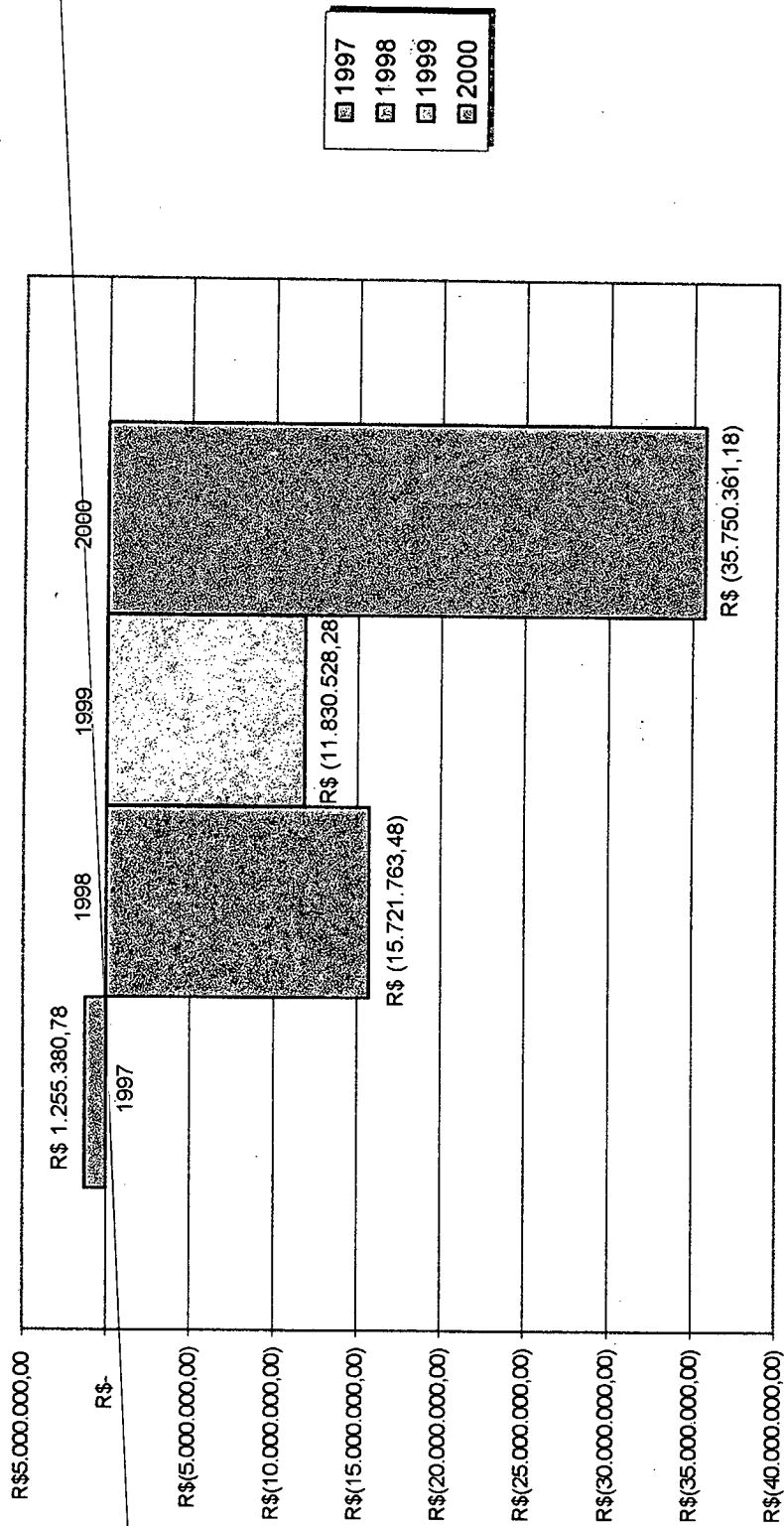
02. Judiciária	R\$ 17.549.025,97
04. Administração	R\$ 5.616.081,66
06. Segurança Pública	R\$ 19.077.892,50
08. Assistência Social	R\$ 42.021.742,31
10. Saúde	R\$ 128.098.293,02
11. Trabalho	R\$ 3.877.441,99
14. Direitos da Cidadania	R\$ 352.530,35
18. Gestão Ambiental	R\$ 2.512.406,06
19. Ciência e Tecnologia	R\$ 26.558.123,53
20. Agricultura	R\$ 752.577,39
22. Indústria	R\$ 8.492.123,94
27. Desporto e Lazer	R\$ 4.041.034,16

Total: 258.949.272,78



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Resultado Financeiro dos Fundos Especiais - 1997/2000

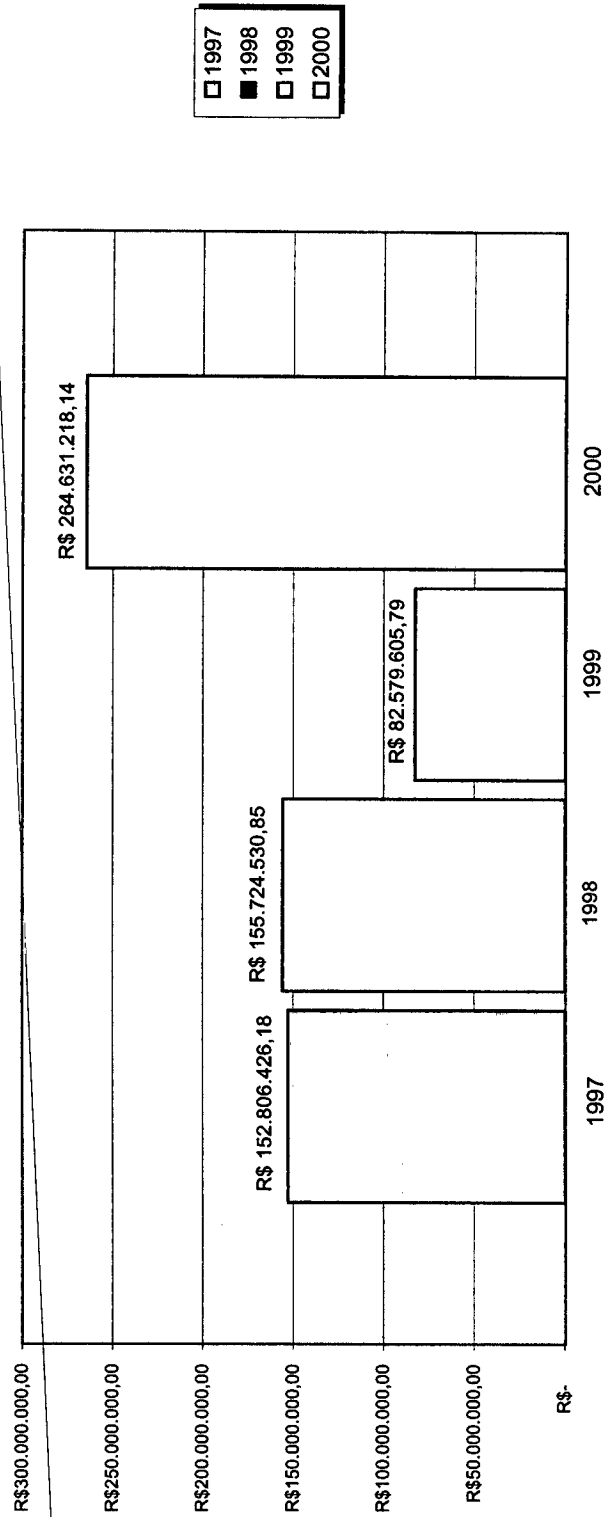


1997
1998
1999
2000



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

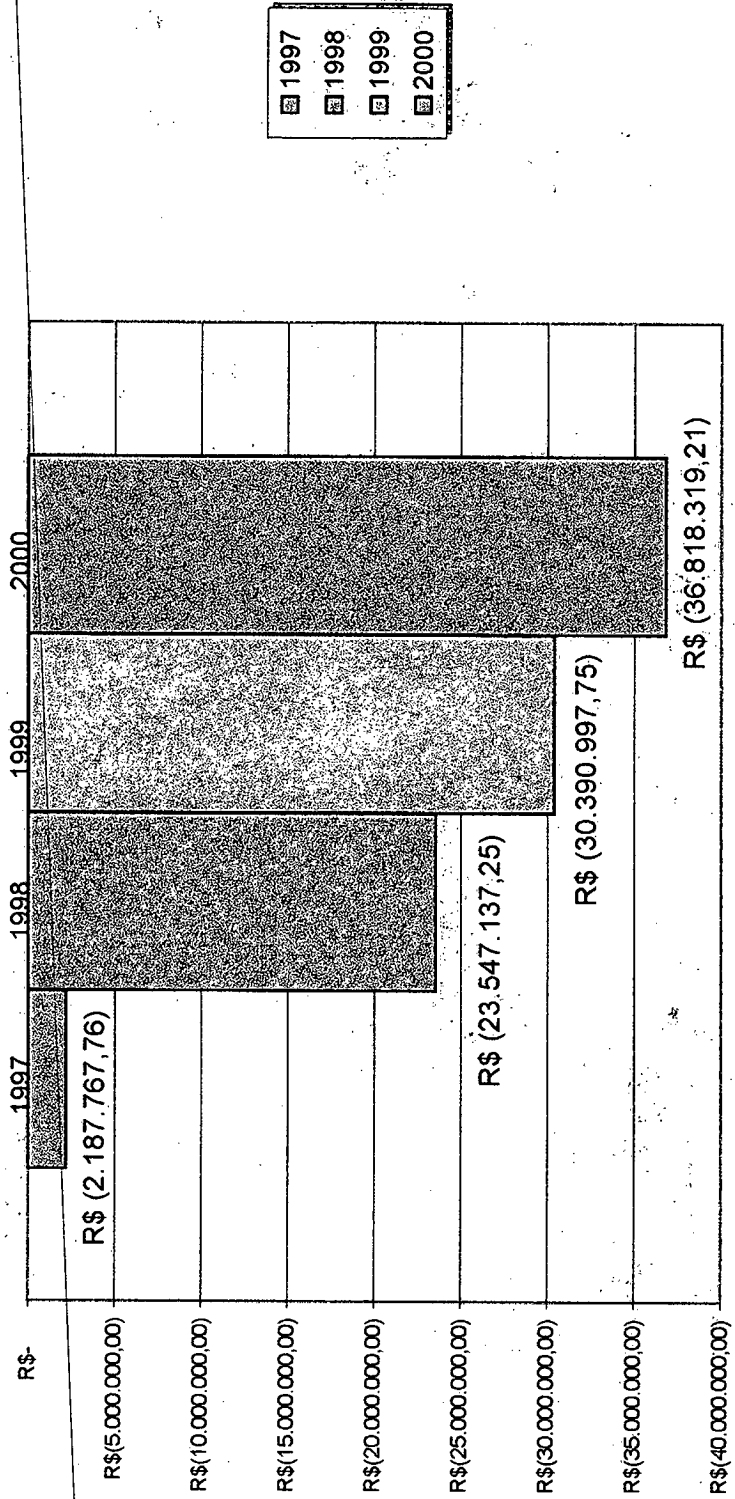
Varição do Patrimônio Permanente dos Fundos Especiais - 1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

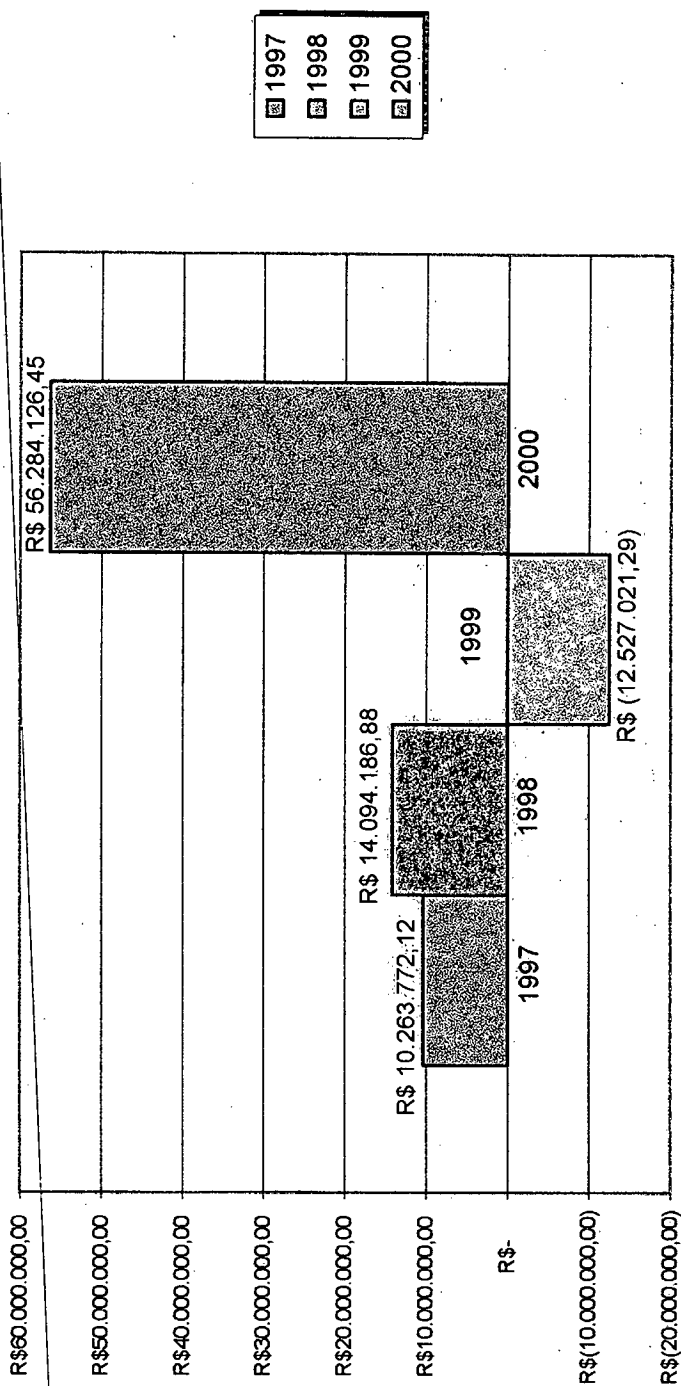
Resultado da Execução Orçamentária dos Fundos Especiais -
1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

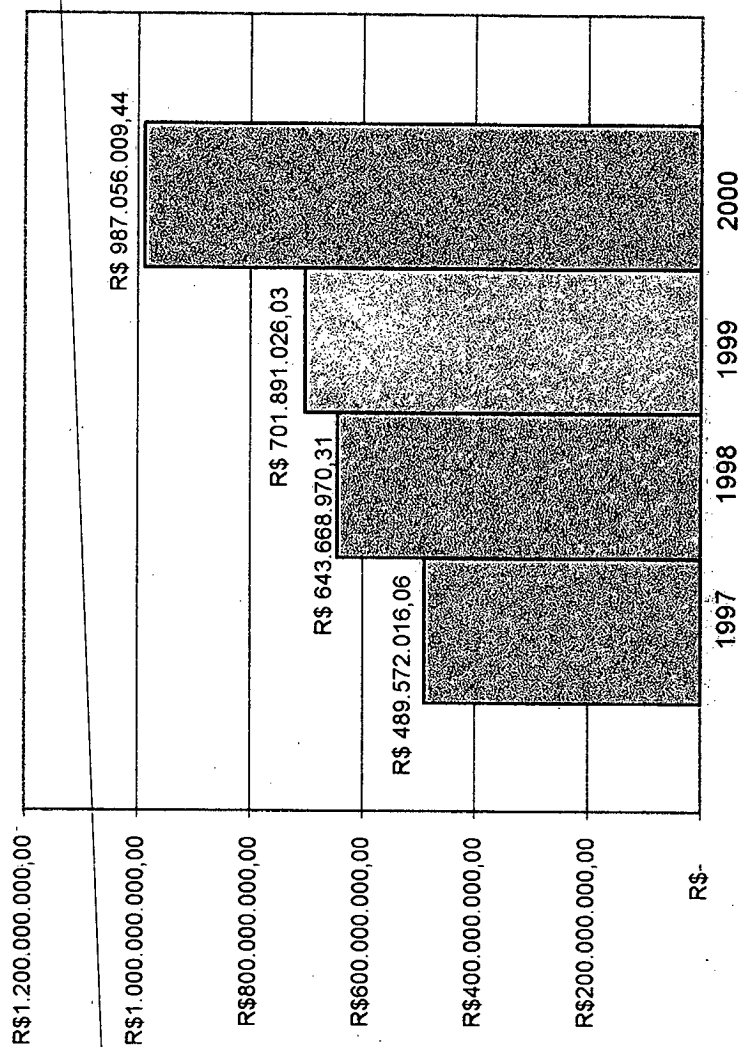
Variação do Patrimônio Transitório dos Fundos Especiais
1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Saldo Patrimonial dos Fundos Especiais - 1997/2000

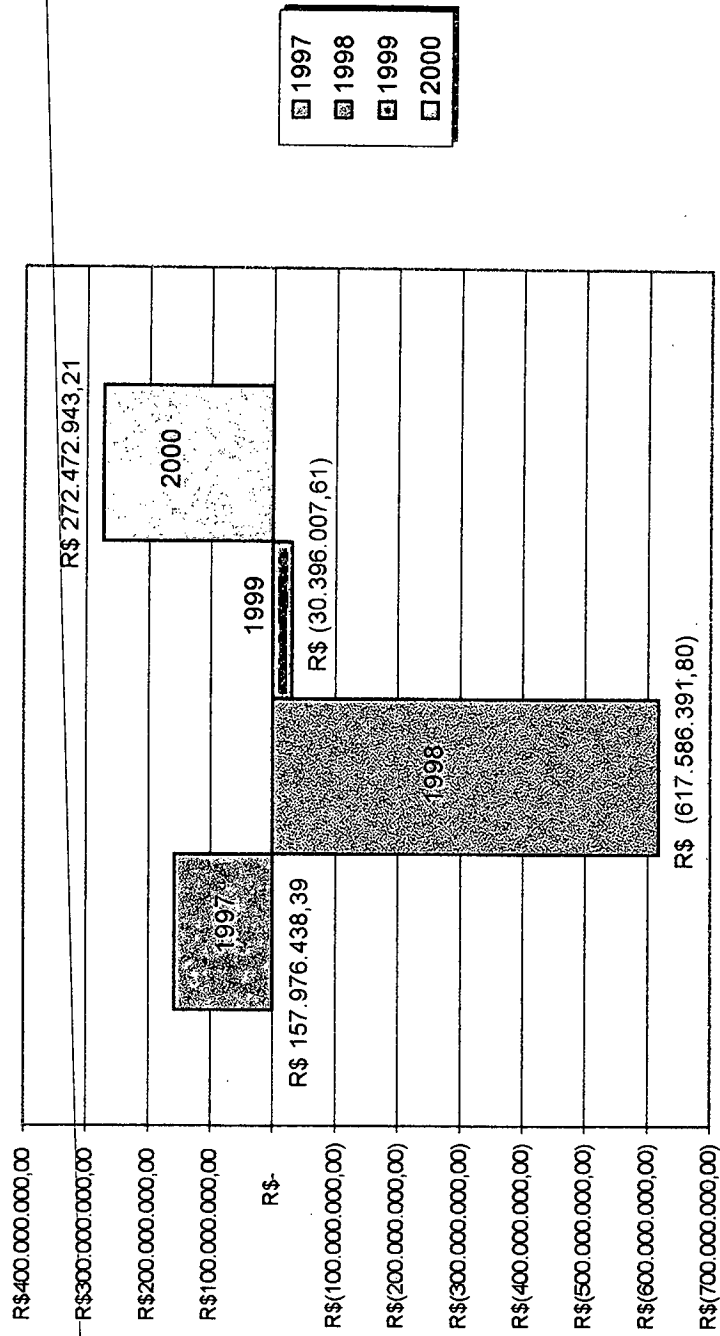


■ 1997
■ 1998
■ 1999
■ 2000



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

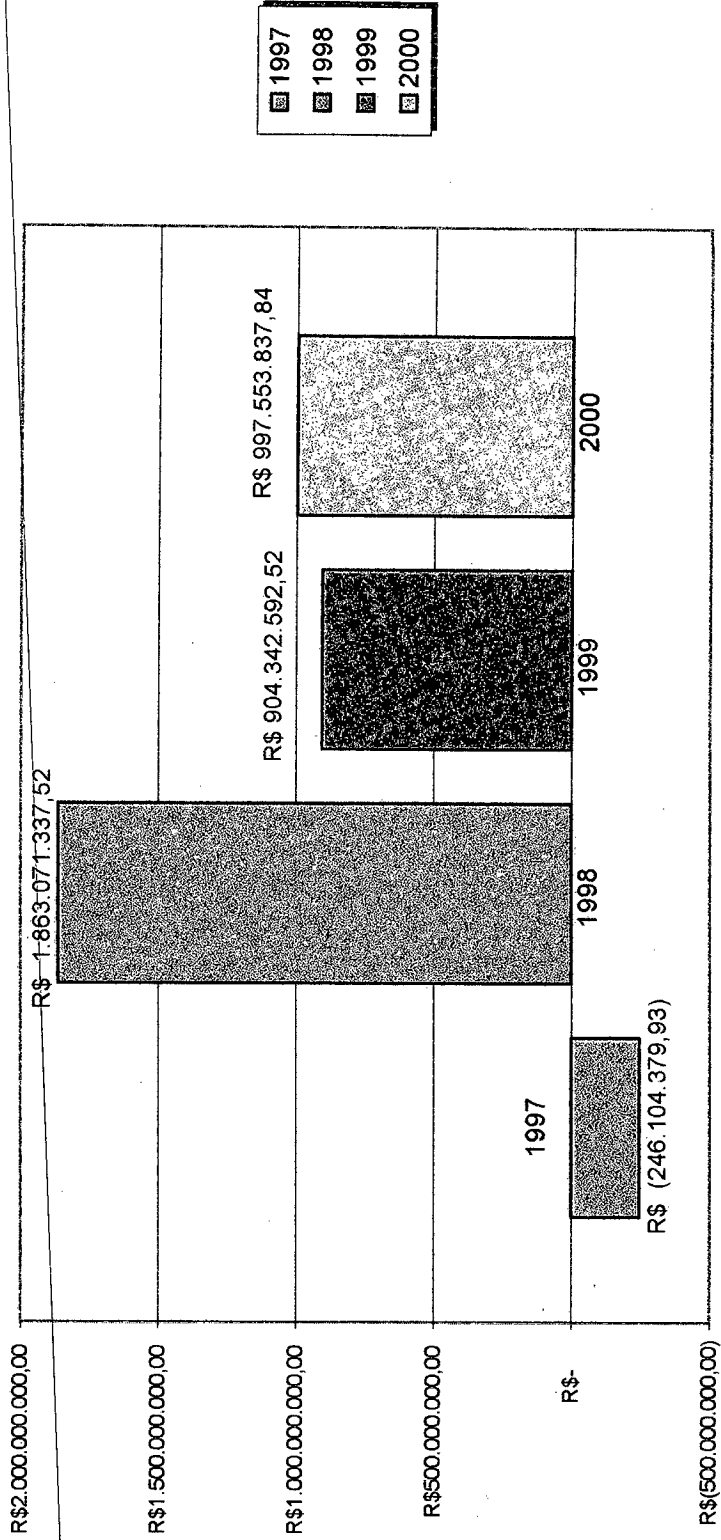
Resultado Financeiro do Balanço Consolidado - 1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

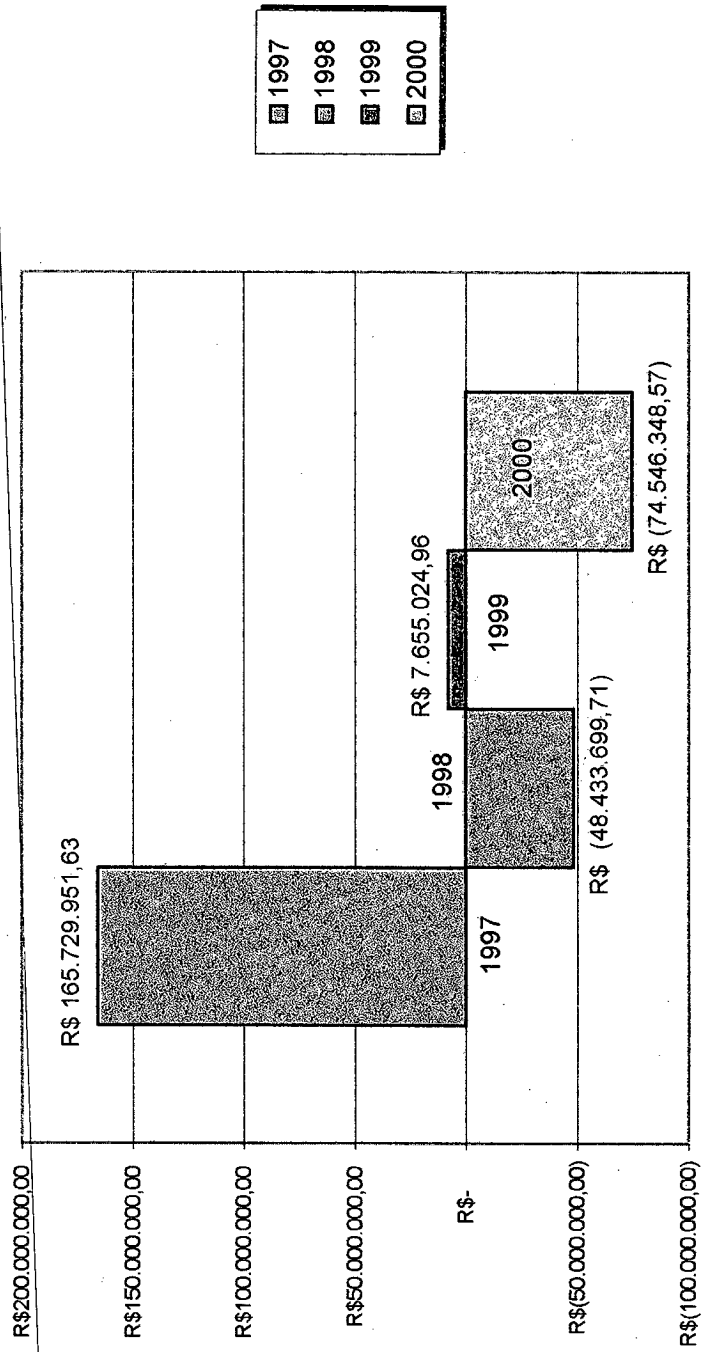
Variação do Patrimônio Permanente do Balanço
Consolidado - 1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

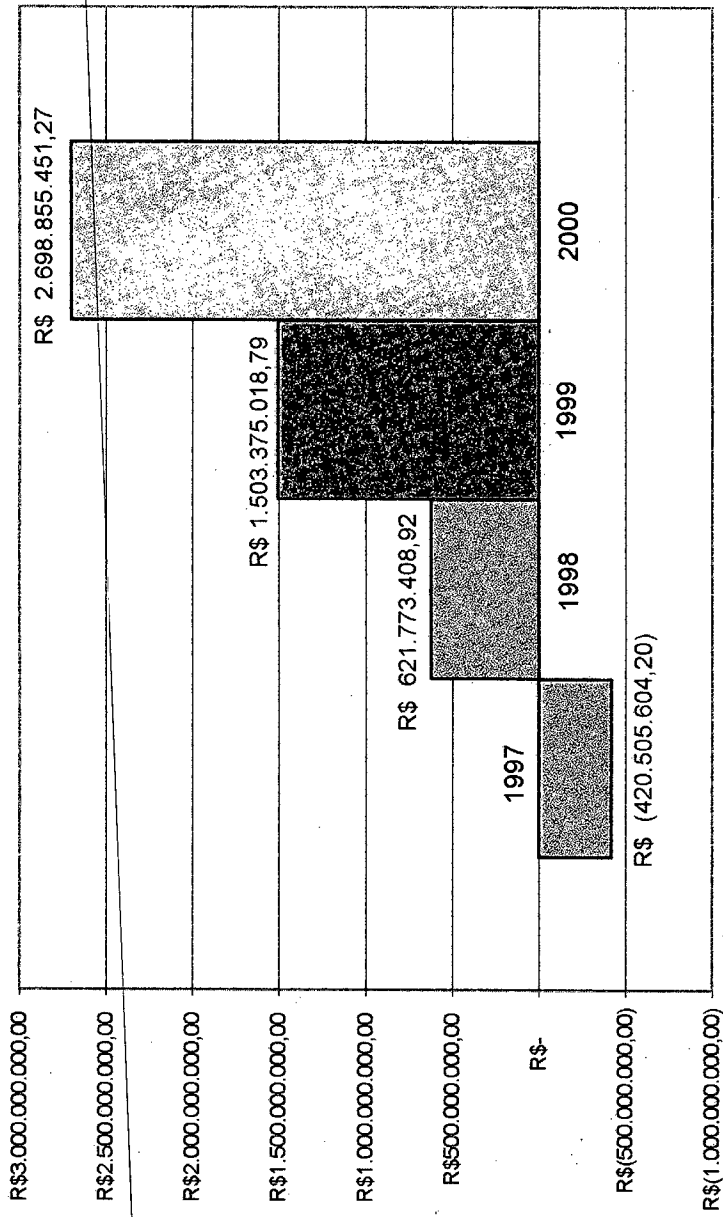
Varição do Patrim. Transitório do Balanço Consolidado -
1997/2000





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
DIVISÃO DE ANÁLISE DE BALANÇOS

Saldo Patrimonial do Balanço Consolidado - 1997/2000



1997
 1998
 1999
 2000



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

AGRADECIMENTO

Antes de submeter à apreciação das Egrégias Câmaras Reunidas, o Processo das Contas para o seu voto, cumpro o dever de manifestar o meu agradecimento cordial pela elaboração do trabalho de exame e análise das Contas do Governo do Estado de Goiás, relativas ao ano de 2000, às chefias e funcionários da Contadoria Geral, da Divisão de Processamento de Dados, da Divisão de Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial e em especial à Divisão de Análise de Balanços.

Goiânia, 7 de junho de 2001.


Carlos Leopoldo Dayrell,
Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

CONCLUSÃO

O Relatório sobre as Contas do Governador, referente ao Exercício de 2000, objeto do processo n.º 19492570 foi elaborado com base no Balanço Geral do Estado e no Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda e permite-nos chegar às seguintes constatações:

1- O Balanço Geral do Estado foi encaminhado a este Tribunal em 17 de abril de 2000.

2- Os Objetivos e metas do Governo foram previamente definidas no Plano Plurianual e Orçamento, em valores e quantitativos, atendendo ao princípio da eficiência, instituído pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

3- O Governo do Estado não apresentou o relatório de gestão, evidenciando o desempenho da arrecadação e demonstrando detalhadamente o cumprimento dos objetivos e metas.

4- Este Tribunal se restringiu ao exame da execução do orçamento, com enfoque voltado para os valores executados dentro dos objetivos traçados, evidenciando as prioridades governamentais no exercício.

5- Na Execução do Orçamento foram destinados aos Objetivos Estratégicos de Governo e aos Demais Programas o valor de R\$ 3,57 bilhões distribuídos da seguinte forma:

GOIÁS COMPETITIVO PÓLO ECONÔMICO REGIONAL	4,64%
GOIÁS CIDADANIA MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA	12,08%
GOIÁS DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO	1,15%
GOVERNO MODERNO E EMPREENDEDOR	1,93%
OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	1,38%
APOIO ADMINISTRATIVO	35,13%
ENCARGOS GERAIS	43,68%

6- Comparando os valores executados com a proposta orçamentária, notamos que os Programas de Apoio Administrativo receberam um volume de recursos superior àquele previamente orçado, ficando, de conseqüência, os demais Objetivos e Programas de Governo com a sua cota orçamentária reduzida. (Anexo "Objetivos e Programas de Governo" fls. 7 a 10).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

7- Considerando apenas os Objetivos Estratégicos de Governo podemos dizer que na Execução do Orçamento foi destinado a eles o valor de R\$ 706,67 milhões, ou 19,80% do total empenhado (Anexo "Objetivos e Programas de Governo" fl. 10).

8- Comparando os valores executados com a proposta orçamentária, notamos que aos Objetivos Goiás Cidadania Com Melhoria de Qualidade de Vida e Governo Moderno e Empreendedor foram destinados, percentualmente, um maior volume de recursos, o que, conseqüentemente, reduziu a destinação aos demais Objetivos de Governo.

9- Os setores Justiça e Segurança, Educação, Cultura e Esporte, Saúde, Divulgação e Publicidade e Gestão Pública foram beneficiados com percentual de recursos maior do que havia sido proposto no Orçamento. Para os demais setores os percentuais destinados foram menores.

10- Os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e demais elementos que integram as Contas do Governador de Goiás - Exercício de 2000, foram elaborados em conformidade com as normas aplicáveis à matéria, sobretudo as da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

11- A realização da receita e da despesa, no Exercício, se adequou aos limites das autorizações legais, à exceção de despesa a regularizar no valor de R\$ 12,03 milhões, sendo R\$ 333,42 milhões referente a operações cambiais na Secretaria da Saúde, R\$ 9,86 milhões referente a repasses do Tesouro Estadual, para quitação de Indenizações por Tempo de Serviço, a diversos órgãos jurisdicionantes e R\$ 1,84 milhão referente a despesas da Fundação Universidade Estadual de Goiás. O fluxo de caixa do Estado, registrado nos Balanços Financeiros, expressa a realidade vivida no período. A Situação Patrimonial do Estado e de suas Autarquias, Fundações e Fundos Especiais foi adequadamente configurada nos respectivos Balanços Patrimoniais.

12- A Receita Arrecadada pelo Estado de Goiás foi de R\$ 4,01 bilhões (aí incluídas as Transferências Intragovernamentais no valor de R\$ 399,21 milhões), enquanto a Despesa atingiu a importância de R\$ 3,97 bilhões (em que também estão incluídas as Transferências Intragovernamentais). Assim, as Receitas e Despesas Efetivas do Estado de Goiás foram respectivamente de R\$ 3,61 bilhões e de R\$ 3,57 bilhões.

13- Quando comparamos Receitas Arrecadadas e Despesas Realizadas em 2000 com as do Exercício de 1999, verificamos que a Receita Arrecadada registrou um crescimento de 5,85%, enquanto que a Despesa Realizada decresceu em 0,96%.

14- A Receita que mais se destacou no Exercício de 2000 foi a Tributária, representando 58,85% do total das Receitas Arrecadadas. Vale ressaltar que ela apresentou um crescimento de 20,98%, quando comparada com a do Exercício de 1999.

15- As Despesas Correntes responderam com 84,61% do total, destacando-se o grupo Pessoal e Encargos Sociais, com 44,49%.

16- As Despesas com Pessoal (Ativo e Inativo) da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas Dependentes, de R\$ 1,52 bilhão, equivaleram a 56,77% de sua Receita Corrente Líquida (Receitas Correntes (-)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Transferências aos Municípios (-) Transferências às Fundações, Autarquias e Fundos Especiais (-) Contribuições ao Regime Próprio de Previdência e Assistência), estando portanto 3,23% abaixo dos 60% estabelecidos pelo art. 19 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

17- Na Execução da Despesa por Função verificou-se uma maior aplicação nos seguintes setores: Encargos Especiais, R\$ 965,06 milhões (24,33%); Educação, R\$ 600,84 milhões (15,15%); Administração, R\$ 458,03 milhões (11,55%), e Previdência Social, R\$ 427,38 milhões (10,78%).

18- Ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário foram destinados respectivamente 6,62% e 7,77% da Receita Tributária Líquida (Receita Tributária (-) Transferências a Municípios), em conformidade com o que determina o art. 110 da Constituição Estadual.

19- Aos Municípios foram efetivamente repassados, a título de Transferências Constitucionais, o valor de R\$ 593,54 milhões, 0,24% inferior à destinação constitucional aos municípios e, a título de Transferências Voluntárias, o valor de R\$ 19,16 milhões.

20- A Despesa Empenhada (Paga e a Pagar) com a manutenção e desenvolvimento do ensino foi de R\$ 585,47 milhões (incluídos os gastos com Inativos e Pensionistas), ou 26,31% do total da Receita, que foi de R\$ 2,22 bilhões (Receita de Impostos (-) Transferências a Municípios (+) Transferências da União), descumprindo assim o art. 158 da Constituição Estadual, que fixa em no mínimo 30% a aplicação de Receita de Impostos na Educação. O percentual não aplicado de 3,69% totalizou o valor de R\$ 82,10 milhões. Os Restos a Pagar para Educação foram de R\$ 80,26 milhões.

21- A Despesa Empenhada Paga para o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, foi de R\$ 22,39 milhões ou 1,27% da Receita Tributária Líquida, que totalizou R\$ 1,77 bilhão (Receita Tributária (-) Transferências a Municípios), descumprindo assim o art. 168 da Constituição Estadual, que fixa em 3,00% de sua Receita Tributária, o respectivo valor a ser transferido no exercício. O saldo de Restos a Pagar para o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foi de R\$ 4,17 milhões. O descumprimento do referido artigo da Constituição Estadual vem se repetindo ao longo dos anos.

22- Não houve destinação de Receita Tributária Líquida ao Fundo de Desenvolvimento Econômico de Goiás, conforme previsto no art. 146 da Constituição Estadual combinado com o parágrafo único do art. 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O descumprimento do referido artigo da Constituição Estadual vem se repetindo ao longo dos anos.

23- O total de Despesa Empenhada (paga e a pagar) no exercício somou R\$ 3,97 bilhões (já incluídas as Transferências Intragovernamentais no valor de R\$ 399,21 milhões). Deste total, R\$ 577,16 milhões foram inscritos como despesas a pagar no próximo exercício.

24- Do total de Despesa Empenhada da Administração Direta, no valor de R\$ 3,18 bilhões, destacamos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

a) para Educação, foram empenhados R\$ 585,47 milhões, sendo que R\$ 441,00 milhões, ou 75,32% deste valor, referem-se a gasto com Pessoal e Encargos Sociais, apenas R\$ 20,71 milhões, ou 3,54% (sendo 65,98% pagos no exercício e 34,02% a pagar), referem-se a gastos com Investimentos e R\$ 123,76 milhões, ou 21,24%, referem-se a Outras Despesas (Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Transferências);

b) para Saúde, foram empenhados R\$ 163,40 milhões, sendo que R\$ 109,22 milhões, ou 66,84%, referem-se a gasto com Pessoal e Encargos Sociais; apenas R\$ 785,54 mil, ou 0,48% (sendo 51,78% pagos no exercício e 48,22% a pagar), referem-se a Investimentos no setor e R\$ 53,39 milhões, ou 32,68%, referem-se a Outras Despesas (Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Transferências);

c) para Segurança Pública, foram empenhados R\$ 268,85 milhões, sendo que R\$ 213,39 milhões, ou 79,37%, referem-se a gasto com Pessoal e Encargos Sociais; apenas R\$ 8,52 milhões, ou 3,17%, referem-se a Investimentos no setor e R\$ 46,94 milhões, ou 17,46%, referem-se a Outras Despesas (Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Transferências).

25- Com relação aos gastos do poder público estadual com Divulgação e Propaganda, vale destacar o dispêndio pelo alto valor aplicado, ou seja, a Administração Direta e Indireta, inclusive as Empresas Econômicas (exceto CERNE, CRISA, TRANSURB e os gastos no 4º trimestre da CEASA e CELG), foi da importância de R\$ 39,83 milhões. Quando comparamos com os gastos do Exercício de 1999, que foram de R\$ 19,73 milhões, verificamos um crescimento de 101,88%.

26- Foi verificado, no exercício de 2000, repasses feito pelo Estado à conta Participação no Capital de Empresas: para a CELG no valor de R\$ 4,47 milhões, para o GOIASINVEST no valor de R\$ 653,57 mil e para a SANEAGO no valor de R\$ 14,06 milhões.

27- O aumento do valor de participação do Estado no capital de Empresas se deu com: 1) a criação da Agência de Fomento; 2) na CELG, com repasses do Estado e com integralização de ações referente a dívida assumida pelo Estado; 3) no CERNE, com incorporação de Reservas; 4) no GOIASINVEST, com repasses do Estado; 5) na SANEAGO, com repasses do Estado e com integralização de ações referente a dívida assumida pelo Estado.

28- A diminuição do valor de participação do Estado no capital de Empresas se deu com baixas na AGEHAB, CAIXEGO e TELEGOIÁS.

29- Foram evidenciadas, em 31/12/00, dívidas acumuladas do Estado de Goiás para com a CELG não registradas no Balanço do Estado: 1) dívida em função de autorizações de obras e serviços para posterior reembolso conforme processo n.º 16215001, em andamento neste Tribunal; 2) dívida em função do transporte de energia elétrica da Usina de Cachoeira Dourada à Estação da CELG em Goiânia, referente ao "Contrato de Suprimento de Energia Elétrica" n.º SPJU 1357/97, celebrado entre CELG e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A, com interveniência do Estado de Goiás, conforme processo n.º 16126726, em andamento neste Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

30- Foram constituídas no exercício de 2000 comissões de auditoria para apuração de irregularidades em diversos órgãos governamentais (fls. 33 a 35). Os relatórios de auditoria serão julgados em seus respectivos processos ou anexados às contas anuais dos gestores, para julgamento em conjunto.

31- Ao FUNDEF foi destinado o valor de R\$ 280,97 milhões, sendo R\$ 243,06 milhões pagos no exercício e R\$ 37,91 a pagar.

32- O Estado de Goiás, pelos órgãos da Administração Direta, realizou Operações de Crédito Internas, totalizando, de valores inscritos às suas contas, a importância de R\$ 69,47 milhões. Os outros acréscimos à posição final de R\$ 7,69 bilhões referem-se a Atualização Monetária (R\$ 845,77 milhões), Encampação de dívidas de outros órgãos (R\$ 156,41 milhões), Cancelamento devido a negociação de dívidas (R\$ 58,92 milhões) e Amortização (R\$ 96,77 milhões). Não houve inscrição de novas Operações de Crédito Externas, sendo que o acréscimo à posição final de R\$ 76,92 milhões, refere-se a Correção Cambial (R\$ 16,05 milhões), Encampação (R\$ 36,87 milhões), Cancelamento (R\$ 11,88 milhões) e Amortização (R\$ 15,10 milhões).

33- O Saldo Patrimonial do Estado de Goiás, ao final do exercício, perfazia o valor de R\$ 2,70 bilhões, superior ao verificado em 1999 quando o resultado foi de R\$ 1,50 bilhão.

34- Vários órgãos do Estado descumpriram o que determina o Art. 30 da Constituição Estadual: 1) apresentaram os relatórios com atraso: Assembleia Legislativa, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Agência Goiana de Comunicação, JUCEG, FUEG, AGEHAB, CASEGO, CEASA E SANEAGO 2) não apresentaram os relatórios: Secretaria da Saúde, AGDRF, BD, CELG (exceto publicidade e quantitativo de pessoal), CERNE (exceto quantitativo de pessoal), CRISA e TRANSURB.

35- As Contas de Governo não apresentaram o Inventário dos Bens Patrimoniais.

36- É importante ressaltar que os ordenadores de despesa, dirigentes das Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista integrantes do complexo administrativo do Governo do Estado de Goiás e os demais administradores têm responsabilidade sobre os atos e fatos pertinentes às suas gestões, que serão objeto de apreciação própria, por meio de Tomada e Prestações de Contas.

Goiânia, 7 de junho de 2001.


CARLOS LEOPOLDO DAYRELL,
RELATOR



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

PARECER

EMENTA: Contas do Governo do Estado de Goiás relativas ao exercício de 2000.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, reunido nesta data, em sessão especial, cumprindo o disposto no inciso I do artigo 26 da Constituição Estadual, atende seu mais alto desígnio Constitucional, apreciando o Processo n.º 19492570, que depois de examinada e discutida a matéria, acolheu o Relatório e a Conclusão do Conselheiro Relator, aprovando-os, e

ATENDENDO a que o Balanço Geral da Administração Estadual, ressalvados os aspectos destacados pelo Conselheiro Relator, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública, e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica no exercício de 2000,

ATENDENDO a que os processos de inspeções e de auditorias para apuração de irregularidades em diversos órgãos estaduais, serão objeto de julgamento em separado,

ATENDENDO a que os atos de gestão e as responsabilidades dos Dirigentes e Ordenadores de Despesas dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual serão objeto de exame e julgamento desta Corte, nos respectivos processos de Tomadas e Prestações de Contas,

PORÉM:

RESSALVANDO que foram realizadas despesas à margem do Orçamento, em infração ao disposto no artigo 60 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, ficando consignada em balanço a importância de R\$ 12,03 milhões de despesas a regularizar sendo R\$ 333,42 mil referentes a operações cambiais da Secretaria da Saúde, R\$ 9,86 milhões referentes a repasses do Tesouro Estadual para quitação de Indenizações por Tempo de Serviço a diversos órgãos jurisdicionantes e R\$ 1,84 milhão referentes a despesas da Fundação Universidade Estadual de Goiás;

RESSALVANDO que vários órgãos do Estado descumpriram o que determina o Art. 30 da Constituição Estadual: 1) apresentaram os relatórios com atraso: Assembléia Legislativa, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Agência Goiana de Comunicação, JUCEG, FUEG, AGEHAB, CASEGO, CEASA E SANEAGO; 2) não apresentaram os relatórios: Secretaria da Saúde, AGDRF, BD, CELG (exceto publicidade e quantitativo de pessoal), CERNE (exceto quantitativo de pessoal), CRISA e TRANSURB;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

RESSALVANDO que, assim como em exercícios anteriores, houve descumprimento do art. 146 da Constituição Estadual combinado com o parágrafo único do art. 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, visto que não houve destinação de Receita Tributária Líquida ao Fundo de Desenvolvimento Econômico de Goiás;

RESSALVANDO que houve descumprimento do art. 158 da Constituição Estadual, que fixa em no mínimo 30% da Receita de Impostos o valor a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino público, visto que a Despesa Empenhada Paga e a Pagar com Educação (inclusive gastos com inativos e pensionistas) foi de R\$ 585,47 milhões, ou seja 26,31%. O percentual não aplicado de 3,69% totalizou o valor de R\$ 82,10 milhões. Os Restos a Pagar para Educação foram de R\$ 80,26 milhões;

RESSALVANDO que, assim como em exercícios anteriores, houve descumprimento do art. 168 da Constituição Estadual, que fixa em 3% da Receita Tributária Líquida o valor a ser transferido no exercício para o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, visto que a Despesa Empenhada Paga para o Fundo foi de R\$ 22,39 milhões, ou seja 1,27%;

RESSALVANDO que as Contas de Governo não apresentaram o Relatório de Gestão assim como o Inventário dos Bens Patrimoniais;

É DE PARECER, que as Contas do Governo do Estado de Goiás, da gestão do Excelentíssimo Senhor Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior, relativas ao exercício de 2000, após exame e avaliação em seus aspectos legais, contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais estão, **observadas as restrições destacadas no corpo deste relatório**, em condições de ser julgadas pela Augusta Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos,

12 JUN. 2001

,Presidente

,Relator

,Procurador